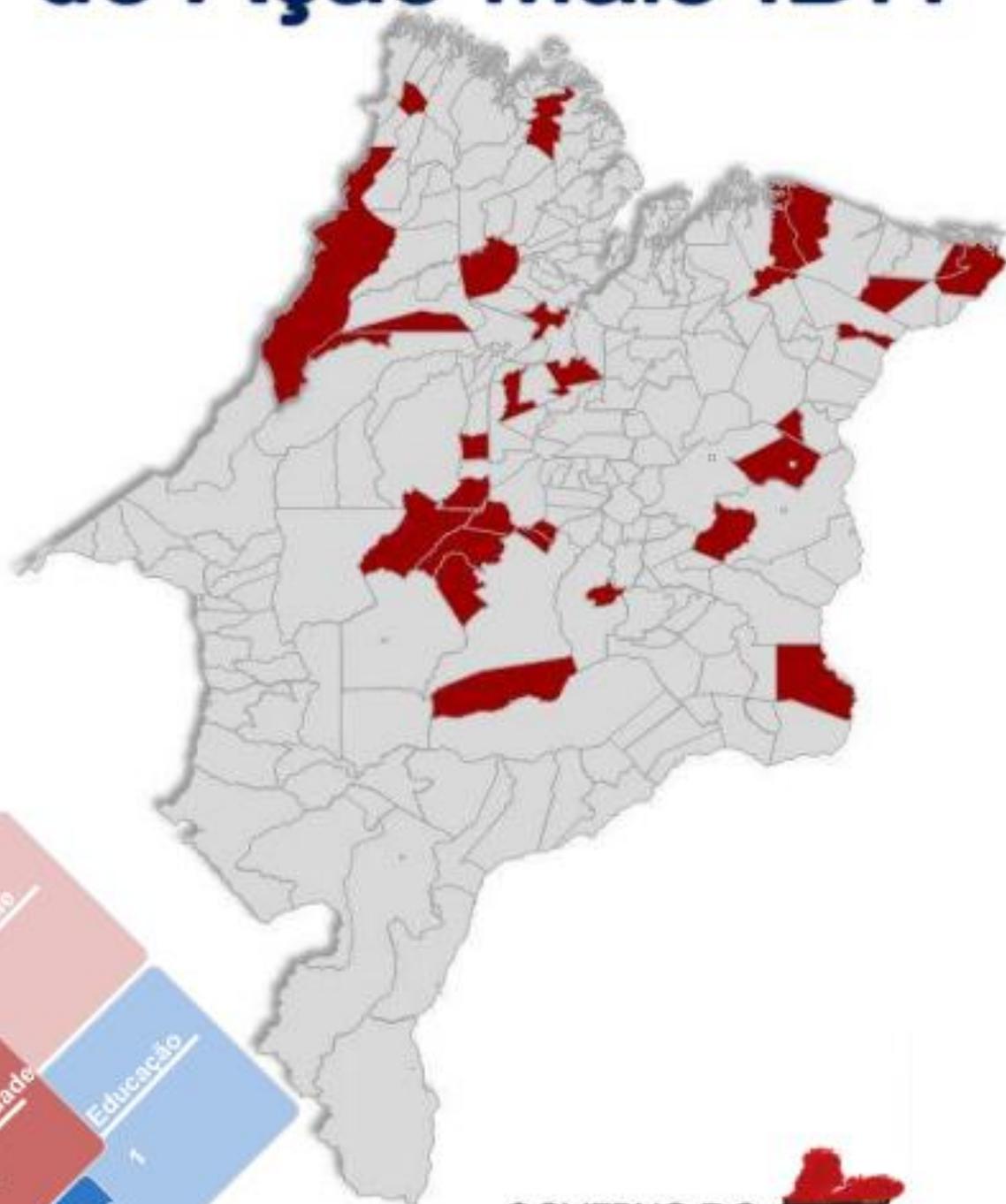


GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN  
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC

# Diagnóstico Preliminar Plano de Ação Mais IDH



GOVERNO DO  
MARANHÃO



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS E  
CARTOGRÁFICOS

# **Plano de Ação Mais IDH**

## Diagnóstico Preliminar

São Luís  
2015

## **Governador do Estado do Maranhão**

Flávio Dino de Castro e Costa

## **Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento**

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

## **Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos**

### **Presidente**

Felipe Macedo de Holanda

### **Diretor de Estudos e Pesquisas**

Frederico Lago Burnett

### **Diretor de Estudos Ambientais e Geoprocessamento**

Josiel Ribeiro Ferreira

### **Equipe técnica**

Carlos Henrique Santos da Silva  
Dionatan Silva Carvalho  
Getúlio Estefânio Duarte Martins  
Jane Karina Silva Mendonça  
José de Ribamar Carvalho dos Santos  
José Ribamar Trovão  
Odara Freitas Pereira Leite  
Paulo César dos Santos Garras  
Talita de Sousa Nascimento  
Yata Anderson Gonzaga Masullo

### **Apoio técnico**

Alfredo Luiz Bacelar Ribeiro  
Ana Tereza Bouéres Rodrigues Noronha  
Anderson Nunes Silva  
Daniele de Fátima Amorim Silva  
Elison André Leal Pinheiro  
Laiane Souza Silva Rabelo  
Marcelo de Sousa Santos  
Rafael Thalysson Costa Silva  
Vicente Anchieta Júnior

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

Plano de ação mais IDH: diagnóstico preliminar / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. São Luís, 2015.

113p. : il. color.

1. Desenvolvimento econômico – Maranhão. 2. Aspectos ambientais – Maranhão. I. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. II. Título.

338.1: 502.2 (812.1)

## APRESENTAÇÃO

O Plano **de Ações Mais IDH**, uma das primeiras medidas anunciadas pelo Governador Flávio Dino no início de sua gestão, demonstra sua opção pela priorização do desenvolvimento das regiões e das populações mais necessitadas do Maranhão, constituindo-se também em inovadora tecnologia social. Pensado como um movimento que se amplia e aprofunda, agregando mais e mais setores do poder público e da sociedade civil na direção de ações territoriais planejadas, teve seu arranque com a escolha dos 30 municípios maranhenses com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, segundo os dados do Censo 2010. Foco das atenções concentradas de nove Secretarias de Estado e duas autarquias<sup>1</sup>, a partir da definição de uma metodologia para coleta e sistematização das informações disponíveis, as ações do Plano se expandiram para os executivos municipais ao tempo em que possibilitavam o primeiro produto de um longo processo, consubstanciado agora neste Diagnóstico Preliminar.

Este documento tem por objetivo sistematizar um conjunto de informações socioeconômicas e ambientais capazes de refletir a situação inicial existente nos 30 municípios selecionados como alvo das políticas, programas, projetos e atividades mobilizados a partir do Plano de Ações Mais IDH. Sua elaboração foi possível a partir dos esforços combinados da equipe técnica do IMESC/SEPLAN com os técnicos e gestores das Secretarias e Órgãos integrantes do Comitê Gestor do Plano de Ações Mais IDH, assim como a partir do contato inicial com os gestores e técnicos dos 30 municípios selecionados.

O trabalho teve como ponto de partida a sistematização dos indicadores componentes das três dimensões do Índice de Desenvolvimento Municipal – IDHM (educação, saúde e renda), calculados com base nas informações do Censo de 2010, tanto os relativos aos 30 municípios-alvo, quanto aqueles relacionados aos planos estadual e nacional. Tendo como base a riqueza

---

<sup>1</sup> Presidido pelo Governador do Estado, o Comitê Gestor do Plano de Ação Mais IDH está composto pelos seguintes órgãos: Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Secretaria de Estado de Articulação Política e Assuntos Federativos, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Agricultura Familiar, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Estado de Igualdade Racial, Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária, Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

do levantamento censitário, foi possível georreferenciar os indicadores, desdobrando-os no nível municipal e no nível intramunicipal, a partir de sua visualização nas unidades territoriais identificadas como setores censitários.

Em colaboração com os gestores e técnicos de cada Secretaria ou Órgão integrante do Comitê Gestor do Plano de Ações Mais IDH (os chamados Pontos Focais) foram identificados conjuntos de indicadores específicos de cada eixo elencado - Educação, Saúde, Renda, Gestão Municipal e Meio Ambiente -. Este Diagnóstico Preliminar apresenta um quadro comparativo das condições gerais de desempenho escolar, saúde pública, produção, trabalho, legislação municipal e áreas protegidas dos 30 municípios, relacionando-os também com indicadores do Maranhão e do Brasil.

Apresentado através de gráficos, tabelas e mapas, com o apoio de notas elucidativas e comentários comparativos, o Diagnóstico Preliminar oferece a oportunidade de mensurar, a partir de cada item detalhado, as condições em que se encontra determinado município, bem como avaliar a dimensão socioeconômica da situação identificada e qualificar a escala do esforço exigido para seu enfrentamento. É importante observar que os dados censitários aos quais relaciona o cálculo do IDHM somente estarão disponíveis novamente com a publicação do Censo 2020, o que torna de vital importância a construção de indicadores de meio do caminho, capazes de monitorar as ações setoriais empreendidas nos municípios, de um lado e, de outro, de servir como proxies (índices correlatos, sensíveis e válidos) do IDHM nos anos intercensitários.

Com o intuito de identificar o caráter produtivo das diferentes regiões sob a intervenção do Plano de Ação Mais IDH, questões relativas ao perfil econômico dos municípios – discriminação dos produtos com maior peso na composição do PIB, comparativo entre os setores de produção, situação da força de trabalho etc. – também foram sistematizadas pelo Diagnóstico Preliminar, constituindo-se em importantes informações para as próximas etapas do Plano. Pois, a partir da definição das metas de inclusão produtiva para o desenvolvimento socioeconômico do Maranhão, tais dados passarão a configurar uma das bases da articulação regional, em busca da dinamização das atividades de produção e a expansão da oferta de serviços públicos que, de fato, contribuam para o fortalecimento das cadeias produtivas e a qualificação profissional maranhenses. A inserção de uma escala espacial maior, na qual os municípios inicialmente selecionados pelo Plano passam a ser vistos com parte de um território mais amplo, apresenta-se assim como oportunidade de vincular aquelas áreas territoriais com baixos indicadores socioeconômicos aos espaços regionais de maior dinamismo, articulando a totalidade do Estado do Maranhão a programas integrados de desenvolvimento social.

Componente da etapa inicial no processo de planejamento para atuação nos municípios do Plano de Ação Mais IDH, as informações sistematizadas pelo Diagnóstico Preliminar demandam um maior detalhamento, expansão e aprofundamento. Para alcançar tal meta, dois movimentos devem ser adotados, o primeiro visando o melhor conhecimento da realidade socioeconômica e ambiental local, tarefa a ser iniciada durante o Mutirão da Cidadania, programada em cada um dos 30 municípios. Oportunidade para complementação das informações, as visitas possibilitarão também a constituição de uma rede de contatos nos diferentes eixos abordados pelo Diagnóstico para realimentação contínua da base de dados do Plano nos quatro eixos aqui abordados; O segundo movimento, buscará informações em escala regional, de forma a tornar possível o entendimento das relações intermunicipais e seu potencial para dinamizar a economia local – trocas comerciais, geração de emprego e renda, capacitação técnica, infraestrutura e logística - e fortalecer as redes de serviços de educação e saúde, complementando as ofertas localizadas e ampliando as condições de desenvolvimento nos 30 municípios selecionados. A transescalaridade de tais movimentos simultâneos possibilitará ao Comitê Gestor uma visão mais ampla e aprofundada das questões inerentes ao Plano de Ação Mais IDH, ao tempo em que inclui as regiões mais dinâmicas do Maranhão no debate e, consequentemente, na agenda de atuação do Governo do Estado.

Assim, este Diagnóstico Preliminar tem como objetivo permitir a visualização de forma integrada das atuais condições de vida nos municípios selecionados e também mapear os esforços a serem empreendidos para construir um Painel de Indicadores capaz de permitir o monitoramento e avaliação das ações a serem empreendidas, correlacionando-as ao macro objetivo de elevar o IDHM nos municípios-alvo e, por este intermédio, no Estado como um todo. Neste sentido, trata-se de uma ação inserida no marco do Planejamento das políticas públicas estaduais, cujo ciclo completo parte da elaboração do Planejamento Plurianual - PPA e se desdobra na construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e no da Lei do Orçamento Anual – LOA.

**Felipe de Holanda**

Presidente do IMESC/SEPLAN

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	PLANO DE AÇÕES MAIS IDH .....	7
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	8
4	INFORMAÇÕES HISTÓRICAS E CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS DO PLANO DE AÇÃO MAIS IDH.....	13
5	INDICADORES DO IDHM DOS 30 MUNICÍPIOS COM MENOR IDH.....	49
5.1	Eixo Educação.....	49
5.2	Eixo Saúde.....	65
5.3	Eixo Renda.....	78
5.4	Eixo Gestão Municipal e Meio Ambiente .....	98
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
	REFERÊNCIAS.....	111

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho divide-se em 4 seções, em adição a esta introdução. Na primeira, apresentam-se os marcos gerais do Plano de Ações Mais IDH. Na segunda, discutem-se os aspectos metodológicos deste Diagnóstico Preliminar, que se iniciam com uma breve apresentação da forma de cálculo do IDHM e se desdobram na necessidade de se planejar territorialmente as ações do Plano. A terceira reúne informações geográficas, históricas, culturais e político-institucionais de cada um dos municípios. A quarta seção analisa, de forma sucinta, os dados já disponíveis em cada um dos eixos definidos (educação, saúde, renda e gestão municipal/meio ambiente), procurando, sempre que possível, apontar as lacunas existentes, assim como a melhor forma de estabelecer uma governança/cooperação, com o apoio decisivo dos gestores das políticas nos municípios-alvo (dos três níveis de governo), para atualizar os indicadores e informações requeridos para as tarefas de monitoramento e avaliação.

## 2 PLANO DE AÇÕES MAIS IDH

O Plano de Ações Mais IDH foi instituído através do Decreto N° 30.612, de 02 de janeiro de 2015 e tem como objetivo principal promover a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no ambiente urbano e rural, por meio de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

As diretrizes do Plano de Ações Mais IDH compreendem:

- I - integração de políticas públicas com base no planejamento territorial;
- II - ampliação dos mecanismos de participação popular na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos municípios;
- III - ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;
- IV - inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais, calcado em um modelo de desenvolvimento que atenda às especificidades de cada um deles;
- V - valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

As ações do Plano deverão ser executadas de forma descentralizada e integrada, por meio da conjugação de esforços entre o Estado e os municípios, observadas a intersetorialidade, a transdisciplinaridade, a integralidade, a participação da sociedade civil e o controle social.

Presidido pelo Sr. Governador Flávio Dino de Castro e Costa e integrado pelo titular de cada um dos seguintes órgãos:

Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular - SEDIHPOP

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES

Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos - SEAP

Secretaria de Estado de Saúde - SES

Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Secretaria de Estado de Agricultura Familiar - SAF

Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária - SETRES

Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID

Secretaria de Estado da Igualdade Racial;

Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC/SEPLAN

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### Metodologia de cálculo do IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH Global, criado em 1990, é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano - PNUD, anualmente, para os países (Figura 1). O IDH Renda e o IDH Longevidade possuem um indicador cada (renda média nacional *per capita* e esperança de vida ao nascer, respectivamente), o IDH Educação possui dois subíndices: escolaridade da população adulta (média de anos de estudos de pessoas de 25 anos ou mais) e escolaridade da população jovem (anos esperados de estudos).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, instituído em 1998, é calculado, decenalmente, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e a Fundação João Pinheiro – FJP, para estados e municípios, através dos dados do Censo, com metodologia adaptada do IDH Global. O IDHM é formado por três dimensões: Renda, Longevidade e Educação. O IDH Renda e o IDH Longevidade possuem um indicador cada (renda *per capita* e esperança de vida ao nascer, respectivamente), o IDH Educação possui dois subíndices: escolaridade (percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo) e frequência escolar (percentual de crianças de 5 a 6 anos de idade na escola, o percentual de adolescentes de 11 a 13 anos nos anos finais do ensino fundamental ou com fundamental completo e o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com o ensino fundamental completo). (Figura 1).

Figura 1 – Metodologias do IDH Global e do IDHM 2013

	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO		RENDA
		População Adulta	População Jovem	
<b>IDHM Brasil 2013</b>	Esperança de vida ao nascer	18+ com fundamental completo (peso 1)	% 5-6 na escola % 11-13 nos anos finais do fundamental % 15-17 com fundamental completo % 18-20 com médio completo (peso 2)	Renda mensal <i>per capita</i> (em R\$ ago/2010)
<b>IDH Global</b>	Esperança de vida ao nascer	Média de anos de estudo de 25+	Anos Esperados de Estudos	Renda Média Nacional <i>per capita</i> (US\$ ppp2005)

Fonte: PNUD

### Metodologia adotada para o Diagnóstico

Órgão integrante do Comitê Gestor do Plano de Ações Mais IDH, responsável pela elaboração do Diagnóstico, do Banco de Dados e do Atlas Multimídia dos 30 municípios maranhenses com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano, o IMESC/SEPLAN adotou, como metodologia de trabalho, o princípio dos processos sucessivos de conhecimento da realidade e a articulação progressiva entre o local e o regional. Tendo em vista que tanto o conteúdo do **Banco de Dados** quanto do **Atlas Multimídia** dependem do conteúdo contido nos **Diagnósticos Preliminar e Avançado**, sendo estes, decisivos para a definição das políticas públicas mais adequadas ao problema em geral e aos seus aspectos particulares, passa-se a descrever aqui as diretrizes que balizaram os procedimentos de análise e seus produtos.

Considerando que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) representa a medida de determinadas condições de vida, Educação, Saúde e Renda; atuar para sua melhoria implica interferir direta ou indiretamente sobre tais aspectos. Entretanto, tais indicadores não se apresentam com a mesma permeabilidade aos impactos de políticas públicas. Se os serviços de Educação e Saúde dependem, fundamentalmente, das condições em que deles usufruem e se beneficiam localmente as populações mais pobres, identificar as causas que comprometem o seu bom aproveitamento – ausência de escolas, debilidade do quadro docente, dificuldades de acesso às unidades, entre outros aspectos - possibilita, na maioria das situações, um bom indicativo do conjunto de ações a adotar. Tais ações, partindo do poder público e tendo como foco a população mais vulnerável, apresentam alta capacidade de impactar positivamente os resultados dos indicadores, ainda que seus efeitos demandem médio e longo prazos.

Comparativamente, a dimensão Renda, mesmo que iniciativas para correção de carências e fragilidades nos serviços de Educação e Saúde impactem de forma indireta na geração de trabalho e na circulação de riqueza – como ampliação do número de docentes, construção e reforma de edificações escolares -, tais medidas endógenas são insuficientes para modificar a dinâmica produtiva do município, dando perenidade e consistência ao seu desenvolvimento.

Portanto, naquilo que se refere à possibilidade de elevação conjunta dos Indicadores do IDHM, deve-se partir da premissa que a base do desenvolvimento dos municípios está sedimentada nas trocas por eles realizadas e a rede de relações assim constituída resulta em

uma maior ou menor capacidade de expansão e diferenciação socioeconômica e ambiental. Por estas razões, reconhecendo as distintas bases que conformam os indicadores de desenvolvimento do município, este Diagnóstico Preliminar tem como fundamento de sua metodologia o entendimento das múltiplas escalas da realidade intra e intermunicipal, o que significa também dizer urbana e regional ou entre diferentes sedes e povoados. Originada a partir do caráter socioeconômico próprio de cada município, influenciada pelos movimentos externos através dos quais realizam trocas com outros centros urbanos, a realidade de um município somente será apreendida se seus diferentes níveis de expressão forem considerados.

O entendimento dessa realidade complexa com que deve lidar o Plano de Ações Mais IDH resultou no escalonamento das análises em dois níveis, um denominado de **Diagnóstico Preliminar**, no qual são priorizadas as informações sobre a realidade local e que se referem à Educação, Saúde e Renda nos limites de cada município analisado comparativamente aos demais; em um segundo nível de expansão e aprofundamento do conhecimento, aquele que foi intitulado **Diagnóstico Avançado**, onde este buscará aprofundar as informações sobre cada um dos municípios selecionados e ampliar a análise para as regiões envolvidas, identificando cadeias produtivas existentes e avaliando o potencial de novas relações socioeconômicas, mas também aberto a externalidades possíveis de impactar os eixos de Educação e Saúde.

Assim, torna-se clara a necessidade de planejar territorialmente as ações do Plano, de modo a maximizar seus impactos nas regiões de entorno e de articulação dos municípios-alvo. Para tanto, além dos aspectos relativos à economia local, deverá ser considerada uma escala mais ampla, envolvendo na análise o conjunto de municípios do entorno imediato, reconhecendo aqueles com maior grau de relação já estabelecida ou com potencial para isso. Nesta escala, além do existente e consolidado, tendências futuras deverão ser identificadas a partir da realização/previsão de investimentos de grande porte, sejam públicos ou privados. As potencialidades de tais investimentos para dinamizar a região e alcançar os municípios com baixos indicadores deverão ser avaliadas por meio de projeções que verifiquem a viabilidade de inserção produtiva de cada um dos 30 municípios selecionados pelo Programa.

A partir deste entendimento e no processo de desenvolvimento das análises, ainda que focadas no Índice de Desenvolvimento Humano, foi identificada a necessidade de incluir outro eixo, além dos três que compõem o IDHM. Considerando a relevância para a aplicação das políticas públicas de desenvolvimento, do papel da gestão local e tendo em vista a existência, no Maranhão, de inúmeros territórios previamente demarcados como de identidade étnica e/ou proteção ambiental, presentes em muitos dos 30 municípios selecionados, foi constituído um quarto eixo, o da Gestão Municipal e Meio Ambiente, que passou a compor o Diagnóstico apresentado, com clara abertura para questões intermunicipais que influenciam o IDHM.

Parte decisiva de uma importante iniciativa governamental planejada para intervenção territorial no Maranhão, que vem sendo construída com base em uma profícua articulação interinstitucional no interior do Comitê Gestor do Plano de Ações Mais IDH, com o poder público e a sociedade civil dos municípios-alvo, este Diagnóstico Preliminar vai além da tarefa de equacionar dados e comparar situações socioeconômicas; sua adoção como ferramenta de planejamento pelas instituições envolvidas amplia a capacidade de conhecer a realidade dos nossos municípios, respeitando suas condicionalidades, articulando de forma racional os recursos técnicos e financeiros do Estado, em favor da constante melhoria da qualidade de vida da população maranhense.

## **Etapas e Produtos**

Conforme exposto acima, o **Diagnóstico** do Plano de Ações Mais IDH se subdivide em etapas e produtos que expressam o processo contínuo de ampliação e aprofundamento do conhecimento sobre a complexa realidade dos 30 municípios selecionados. Processo que tem a ver não apenas com as distintas escalas territoriais adotadas nas análises, mas também com a progressiva expansão de sujeitos sociais envolvidos que, desde o interior do Comitê Gestor, crescem horizontalmente e verticalmente, dado a amplitude e complexidade das questões que explicam os fatores socioeconômicos responsáveis pelos baixos indicadores de desenvolvimento humano no Maranhão. De forma sintética, apresenta-se abaixo os produtos que constituem esse esforço de entendimento de parte significativa de nossa realidade, dando início ao processo de transformação social do nosso Estado.

### Levantamento e Sistematização da Base de Dados

O processo de diagnóstico do Plano de Ações Mais IDH foi iniciado com a coleta e sistematização das informações relacionadas aos eixos dos indicadores do IDHM, disponíveis para cada um dos 30 municípios selecionados em bases de dados oficiais, nacionais e estaduais, como o IBGE e IMESC/SEPLAN, principalmente. Iniciada na forma de explicitação de conceitos próprios do IDHM, a coleta organizou tais dados em planilhas e mapas georreferenciados (19/01/2015), possibilitando uma primeira base de informações, essenciais para nivelar o conhecimento dos gestores e técnicos das Secretarias e Órgãos integrantes do Comitê Gestor do Plano de Ações Mais IDH. Ao se expandir para um nível de maior detalhamento com a constituição dos Pontos Focais em cada uma das Secretarias e Órgãos do Comitê Gestor, realizou-se uma oficina (23/01/2015) com a presença de representantes indicados pelos gestores; esforço que resultou na constituição de uma rede para alimentação/ampliação da base de dados com a disponibilização de informações internas de cada uma das instituições, incluindo repasses ao IMESC/SEPLAN de elementos relativos a programas e ações previstas ou já em andamento.

Todo esse processo sistematizado em constantes trocas de informações com as Secretarias de Estado e Órgãos envolvidos no Plano, resultou no conjunto de elementos que possibilitaram o passo seguinte, constituindo este **Diagnóstico Preliminar**.

### Diagnóstico Preliminar

Composto dos quatro eixos elencados – Educação, Saúde, Renda, Gestão Municipal e Meio Ambiente -, o Diagnóstico Preliminar apresenta um quadro comparativo das condições gerais de desempenho escolar, saúde pública, produção, trabalho, legislação municipal e áreas protegidas dos 30 municípios, relacionando-os também com indicadores do Maranhão e do Brasil. Apresentados na forma de gráficos, tabelas e mapas, com o apoio de notas elucidativas e comentários comparativos, o Diagnóstico Preliminar oferece a oportunidade de mensurar, a partir de cada item detalhado, as condições em que se encontra determinado município, bem como avaliar a dimensão socioeconômica da situação identificada e qualificar a escala do esforço exigido para sua execução.

Com o intuito de ampliar a visão sobre as questões abordadas, a seleção dos itens

mensurados pelo Diagnóstico Preliminar contemplou tanto a relação direta quanto a indireta que influenciam os fatores que compõem cada um dos indicadores do IDHM. Assim, no caso do eixo Renda, além da explicitação de dados relacionados diretamente com o PIB, são apresentados números sobre produção local, percentual de extrema pobreza e de benefícios continuados, como o Programa Bolsa Família, essenciais para a composição de um quadro quantitativo do cenário socioeconômico que envolve e caracteriza os municípios selecionados. Como forma de manter uma visão conjunta da situação, cada medição está acompanhada de mapa que apresenta o status dos municípios organizados em três grupamentos, conforme a posição – alta, média ou baixa condição - em que se encontram.

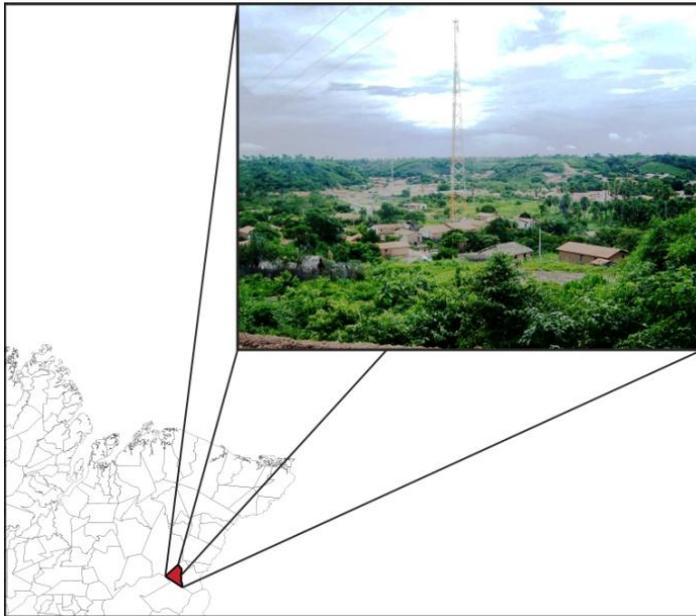
### Diagnóstico Avançado

Após a discussão e validação do Diagnóstico Preliminar pelo Comitê Gestor do Plano de Ações Mais IDH (12/02/2015), dois movimentos deverão ser executados para subsidiar a elaboração do Diagnóstico Avançado: a) ocorrerá a aplicação de um questionário junto aos gestores e à sociedade civil organizada dos 30 municípios, que recolherá importantes informações sobre a realidade local, no que se refere aos temas do Plano e que irão complementar os dados estatísticos elencados no Diagnóstico Preliminar, permitindo a explicitação de particularidades locais; b) em um processo simultâneo, serão expandidas as análises para o território de entorno dos municípios com foco principalmente no entendimento das dinâmicas regionais de produção e consumo, verificando potenciais e aptidões possíveis de dinamização através de políticas públicas.

Das considerações e conclusões do **Diagnóstico Avançado** poderá advir a definição de novas estratégias de intervenção, assim como a inserção de outros órgãos do Governo do Estado e dos municípios-alvo, e ainda de novos interlocutores no processo, complementando ações tanto na escala local quanto regional. O **Diagnóstico Avançado**, a ser concluído após a realização do Seminário Estadual (com a participação de instituições do governo federal com atuação territorial no Maranhão) e das visitas aos 30 municípios selecionados (nos meses de março a maio de 2015), permitirá pensar de forma integrada os vínculos entre as políticas de desenvolvimento local e regional. Dessa forma, constituindo-se como um marco inicial do ciclo de planejamento estadual e referência para a intervenção nos demais municípios e regiões maranhenses em situação crítica quanto aos indicadores de desenvolvimento humano.

## **4 INFORMAÇÕES HISTÓRICAS E CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS DO PLANO DE AÇÃO MAIS IDH**

**AFONSO CUNHA**



### **Histórico**

A partir do povoado Regalo, começa a história de Afonso Cunha, pois ali, nos limites de Coelho Neto e Chapadinha, iniciava-se o desbravamento do território. A formação inicial do lugar não se alterava e apenas em pequena escala, explorava-se lavoura e o extrativismo.

A família Bacelar, influente na política de Coelho Neto e gozando da simpatia do Governo do Estado, iniciou a proposição para criar-se o município, dando-lhe o topônimo de Afonso Cunha, em homenagem ao poeta caxiense, grande amigo da família.

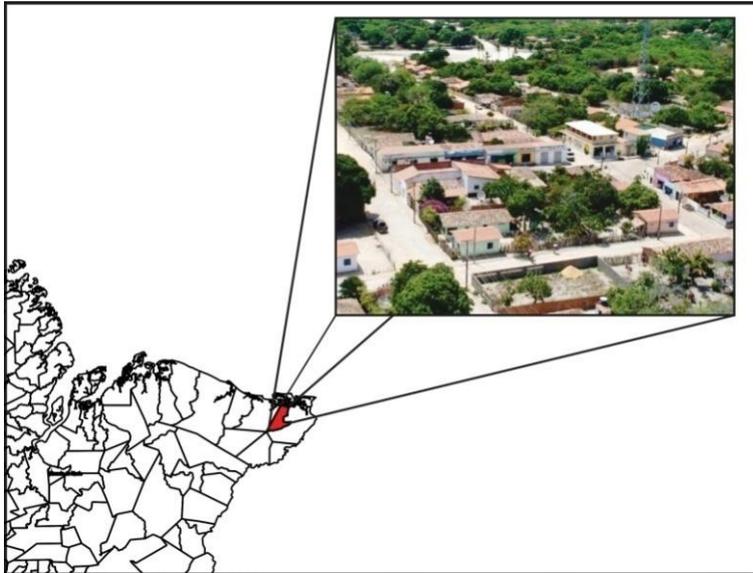
Apresentado o Projeto e encaminhado à consideração da Assembleia Legislativa do Estado, recebeu total apoio, sendo aprovado através da Lei Estadual Nº 7, de 10 de outubro de 1959, com o nome de Afonso Cunha, desmembrado de Coelho Neto. Instalado em 25/03/1961.

A cidade é banhada pelo Riacho São Gonçalo, com nascente na localidade São Gonçalo, no município, e que deságua no rio Munim, na localidade Carnaubal, município de Chapadinha.

A população sobrevive da agricultura (arroz, feijão, mandioca, bacuri, juçara e buriti).

### **Turismo e Cultura**

Podem ser consideradas como atrações turísticas: a festa de Santa Luzia, padroeira do município, além dos diversos festejos religiosos que ocorrem no decorrer do ano; os festejos juninos, o carnaval e o aniversário do município, com vasta programação cultural e shows.



## Histórico

Há séculos passados, antes da independência do Brasil, quando ainda existia a escravidão, na metade do século XVIII, foi descoberta Água Doce. Contam os mais idosos que na época só existia matas e manguezal, não havia estradas.

No passado alguns pescadores vinham do povoado Barro Duro pescar nas imediações da Ilha do Caju, Ilha Grande e outras ilhas próximas, sendo a pesca o

meio fácil para sua sobrevivência.

Um dia faltou água potável para a tripulação de um barco pesqueiro e um dos tripulantes convidou alguns amigos da tripulação para descerem do barco e ir à procura de água. Então em terra, saíram sem direção em busca do precioso líquido. Foi aí que numa ocasião, ouviram o canto de alguns pássaros e seguiram na direção dos gorjeios, e logo adentraram no Igarapé chamado "Rio Morto" e, após a chegada ao local, saíram andando as margens do extenso manguezal, onde viram água farta, clara e cristalina correr abundante pelo solo arenoso dessa desconhecida região.

Logo, rumaram em direção da nascente. Provaram da água e um deles disse: —"É água doce!". Dai então, deram o nome ao local de Água Doce, que logo foi ficando comum entre os pescadores, e a notícia foi se espalhando até virar uma referência de parada para beber da saborosa água daquele lugar, considerando um ponto ótimo para passar a noite. Era assim sempre que os pescadores vinham para pescar para aquelas bandas, quando a água faltava, alguém sempre dizia: —"Vamos buscar água doce!". Com isso um dos pescadores chamado Pedro Carvalho resolveu fazer um rancho de palha de buritizeiro e logo foi buscar sua esposa Dona Águida Rosa de Carvalho e seus filhos. Ela se dedicava aos afazeres da casa pobre e simples. E além do mais, gostava de tecer rede no tear com fibras feitas do olho do buritizeiro e tucunzeiro que trazia de Barro Duro.

Através do casal Pedro Carvalho e Águida Rosa, outros familiares também resolveram morar ali, igual a família do Sr. Manoel Araújo, conhecido pelo apelido de Tico Pá.

O pequeno povoado que se situava dentro dos domínios do município de Araisos foi se estendendo e crescendo com rapidez, que com o passar do tempo, o povoado veio a se tornar vila. Foi ai que surgiu a primeira rua de Água Doce que se chamou rua São Sebastião.

A emancipação de Água Doce foi sancionada pelo governador em exercício José Ribamar Fiquene, que autorizou o plebiscito no dia 16 de junho de 1994. Tendo uma votação com os números expressivos de 3.063 (três mil e sessenta e três) votos a favor da emancipação. Firmado o plebiscito, o governador Fiquene, Célio Lobão Ferreira (Secretário da Casa Civil) e Raimundo Nonato de Araújo Neto (Secretário de Estado e da Justiça), assinaram o protocolo Nº. 6.199, que criou o município de Água Doce no ano de 1994. A grande manifestação do povo para que o povoado de Água Doce se tornasse município deu certo, o povo compareceu em massa, votou

sim, para confirmar o tão sonhado título de município. Isso ficou registrado no dia 10 de novembro de 1994 com a resolução de 26 de abril de 1994. Com isso, o município recebeu o nome de Água Doce do Maranhão.

## **Turismo e Cultura**

Água Doce do Maranhão localiza-se próximo da divisa com o Estado do Piauí, faz parte da Área de Proteção Ambiental do Delta das Américas, fazendo parte, também da Rota das Emoções - roteiro composto pelos Estados do Maranhão, Ceará e Piauí. O município tornou-se refúgio dos que procuram lugares sossegados e dos que buscam muita aventura e lugares especiais aos fins de semana e feriados. O município possui diversas ilhas, praias, trilhas e variada vida marinha e selvagem.

O ecoturismo é o principal segmento apreciado no município, já que em parte deste localiza-se o Delta das Américas, onde a natureza encontra-se quase intocada, possuindo uma fauna diversificada e flora exuberante com suas matas preservadas.

É possível observar o *habitat* natural do caranguejo uçá, a revoada dos guarás que emolduram o pôr do sol em um contraste de cores contagiante. Também é possível ver e vivenciar a prática das comunidades tradicionais que vivem do extrativismo e pesca e fazem das ilhas próximas da cidade um ambiente de paz e tranquilidade. É possível realizar passeios de barco pelo delta, guiados por condutores que fazem fretes de embarcações, não havendo um roteiro planejado, podendo o visitante escolher o seu próprio roteiro.

Esses passeios podem durar de 6 a 8 horas e são feitos em embarcações tradicionais, botes de madeira, podendo, assim, se contemplar, na calmaria, a peculiar formação do delta, que mais se parece um labirinto formado por diversas ilhas e que, na medida em que se vai seguindo, vão sendo reveladas cada uma mais linda que a outra, formando um cenário perfeito.

Os passeios se iniciam saindo do cais de Água Doce, que conta com uma boa infraestrutura para embarque e desembarque, seguindo depois pelo rio até sua foz na ilha do Cabeça do Porco. É nessa área que se tem a primeira impressão da grandiosidade do delta. Nessa ilha se observa a primeira grande ramificação do rio e onde as opções se duplicam.

Pode-se seguir em direção às ilhas de Tutóia (Igoronhon, do Carrapato, do Caju), podendo conhecer as populações tradicionais, apreciar as aves migratórias, conhecer o processo pós pesca do camarão (seleção, conservação e estocagem) e ainda, se deliciar com a gastronomia local à sombra das árvores cheias de redes, as dunas e os imponentes manguezais, que margeiam lagoas, onde se tem uma grande diversidade da fauna. Na época de chuvas (fevereiro a julho), se formam lagoas entre as dunas, algumas de água fria e outras mornas, tornando o cenário ainda mais irresistível. No entanto, há quem prefira a praia em mar aberto, que alcança após uma caminhada de 20 minutos pelas dunas.

No retorno do passeio, pode-se contemplar o pôr do sol de cima das dunas ou se a maré permitir, o espetáculo do fim do dia pode ser apreciado do barco mesmo, sendo também uma ótima opção, unindo a isso a observação das aves, como guarás e garças já se recolhendo.

Pelo interior do município, ainda, há a opção de passeios à região Magu, um consolidado destino de excursionistas, que aos fins de semana buscam a tranquilidade das águas frias e cristalinas do rio (de mesmo nome da região), que especialmente no povoado Cana Brava, conta com balneários, serviços de alimentação, hospedagem, transporte rodoviário, entre outros serviços de apoio e equipamentos de turismo.

Chegando ao destino, o visitante pode se dirigir a um dos balneários e apreciar as águas

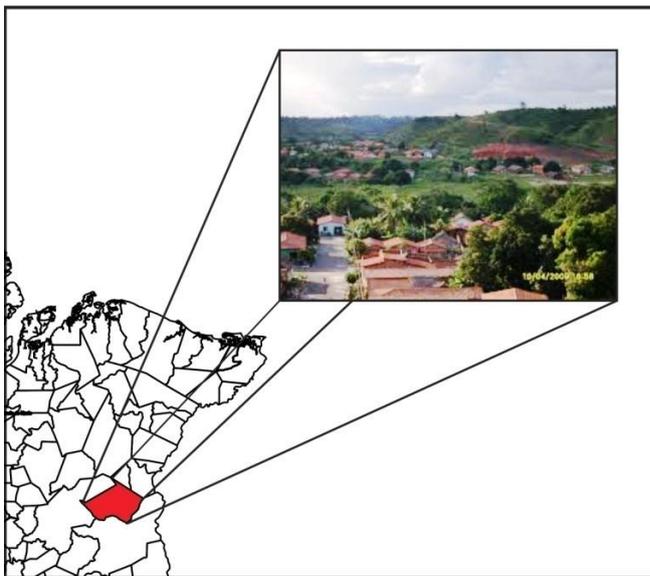
do rio, relaxar à sombra de palmeiras que tornam o ambiente ainda mais agradável, além de se deliciar com o churrasco e o prato símbolo da região: o peixe tambaqui assado.

O rio também apresenta forte potencial para atividades como passeios com pequenas embarcações para contemplação da flora, com forte presença de palmeiras de buriti e carnaúba, além da taboa, vegetação típica dos rios da região que é utilizada para produção de cestos, mantas e tucunzeiros do qual pode-se produzir um tipo de rede. A prática de bóia-cross também é favorável, uma atividade muito apreciada em destinos de ecoturismo, que oferecem rios com essas características.

Ao retornar a Água Doce, no fim da tarde, o visitante pode optar por ficar na praça central, que é o ponto de encontro da comunidade local, conhecendo as histórias e estórias da cidade contadas pelos moradores, ou, ainda, apreciar a brisa no cais da cidade, observar a natureza e o pôr do sol.

A gastronomia local, baseia-se em frutos do mar, com variedade de pratos, com destaque para o caranguejo, mexilhões, pescado e outros.

## ALDEIAS ALTAS



### Histórico

Em 1918, o Sr. Alderico de Novais Machado resolveu explorar sua propriedade denominada São João, constituindo a primeira casa do lugar, para onde se transferiu com a família. O local escolhido era constituído de terras férteis e banhado pelos riachos Barreiro e Cachoeira.

Em seguida, passou o proprietário a desenvolver a agropecuária e indústria, levando o início do progresso para a região.

Pela sua condição econômica sólida, o Sr. Alderico Machado investiu bastante em estradas e criou uma escola, abrindo novas

perspectivas para o lugar. Ao lado dessa medida, incentivou a vinda de novos moradores, possibilitando um melhor crescimento demográfico.

Um dos filhos do pioneiro, Sr. João Machado, foi eleito deputado estadual, tendo a pedido do pai, iniciado uma luta séria para que São João tentasse a sua emancipação, dado o crescimento ali verificado.

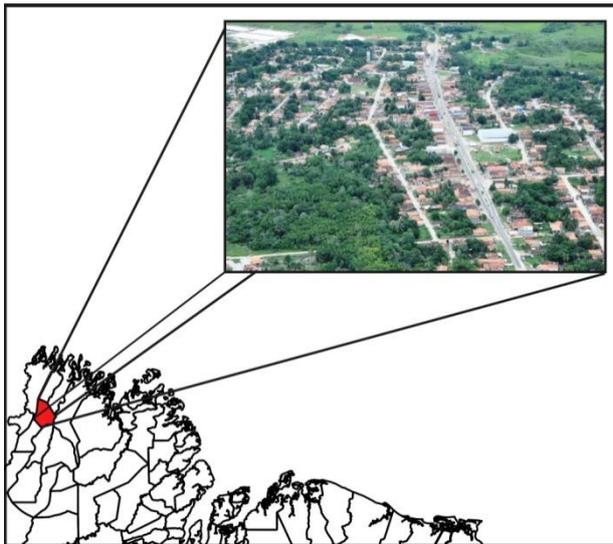
Em 1961, tramitou um projeto para criação do município, com a denominação de Novo Horizonte, o qual não passou, em razão de já existir em São Paulo um município com este topônimo, o que era proibido por lei. Reformulando o Projeto, veio a ser aprovado pela Lei Nº 2.173, de 26 de dezembro de 1961, com a denominação de Aldeias Altas, desmembrado de Caxias.

Tendo habitado nas proximidades do local, onde hoje se situa a sede em elevações ribeirinhas ao Itapecuru, tribos dos Guanarés; decidiram as lideranças que o topônimo fosse Aldeias Altas.

## Turismo e Cultura

A cidade é rica em balneários como o “Balneário Limpeza”, principal ponto de lazer da cidade. Também possui um calendário cultural baseado nas festividades juninas e o tradicional carnaval, atraindo para a cidade grande número de turistas que aquecem a economia local. O “Boi da Terra”, orgulho dos aldeenses é muito prestigiado.

## AMAPÁ DO MARANHÃO



### Histórico

Em 1955, a família do Sr. Antônio Pereira da Silva, conhecido como Antônio Bóia, fixou residência à margem direita do Rio Urubuquara, rio intermitente, iniciando a colonização do lugar.

Na época, um surto de malária dizimou parte da família dos Bóias, fazendo com que o Sr. Antônio se afastasse do rio escolhendo um lugar para a nova residência, para o qual deu o nome Colônia São Francisco, que mais tarde se transformou em padroeiro do atual município.

A família Bóia, apesar de lavradores, não negligenciavam a fé em Deus e no santo padroeiro local, reunindo-se sempre que podiam para celebrar os cultos religiosos. A colônia São Francisco era distrito de Godofredo Viana, cujo prefeito era o Sr. João Jorge e o pároco o padre Antônio, que através de incalculáveis diligências junto à família colonizadora, conseguiu mudar o nome da colônia para Amapá, segundo relato do Sr. Antônio Pereira Farias, filho do fundador da cidade.

O nome Amapá, deve-se ao igarapé de mesmo nome e à grande incidência de uma árvore também assim denominada.

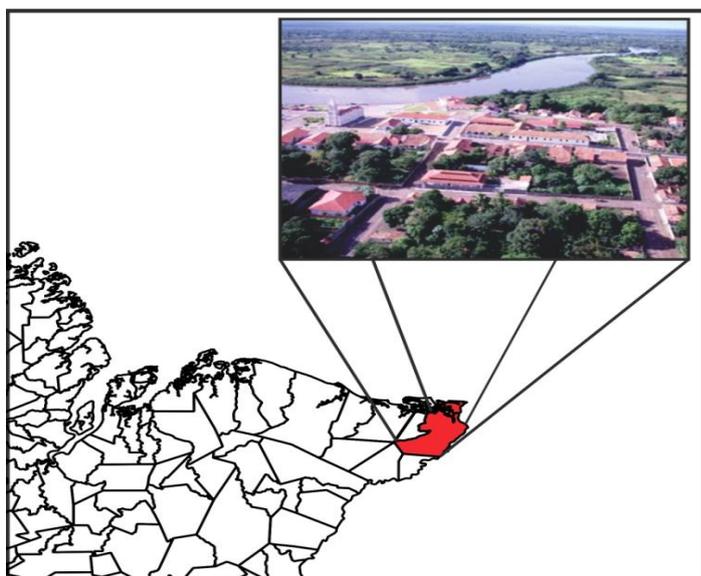
Por volta do ano de 1982, com a chegada de várias famílias migrantes ruralistas, trabalhadores na agricultura convencional, em busca de novas terras a serem exploradas, iniciou-se o povoamento do lugar, dando origem ao cultivo dos gêneros de primeiras necessidades, exploração de madeira de lei, comércio e pequenas indústrias de beneficiamento de arroz e farinha de mandioca, bem como a criação de gado vacum, cavalos, muar e outros rebanhos, todos sob o regime extensivo e para subsistência. Em razão do constante crescimento do povoado, surgiram as primeiras escolas e com elas o desejo do povo de emancipar-se, tornando como primeira iniciativa um plebiscito, após o qual o município foi criado.

Foi elevado à categoria de município com a denominação de Amapá do Maranhão, pela Lei Estadual Nº 6.433, de 10/10/1995, alterada pela Lei Estadual Nº 7.099, de 08/04/1998, desmembrado de Carutapera, Luis Domingues e Godofredo Viana, e instalado em 01/01/1997.

## Turismo e Cultura

Como potencial turístico podem ser aproveitadas as fazendas, além da vaquejada, festas religiosas, o carnaval e as festas juninas.

## ARAIÓSES



### Histórico

O primeiro núcleo de ocupação do atual município de Araióses, cujo primeiro nome era Enjeitado, foi um aldeamento dos índios Arayós, da tribo dos tremembés ou teremembés.

Em 1767, o então governador Joaquim de Melo Póvoas, após visitar o lugar, informou ao rei de Portugal as suas impressões, relatando que, embora bem localizado, o lugar sofria pela falta de água no período de estiagem e que suas terras, embora pobres, possibilitavam uma produção

significativa de algodão, de cuja fibra os moradores teciam panos que eram comercializados no sertão com bastante aceitação. Portanto, o governador sugeriu que fosse intensificada a cultura do algodão no município e que fosse instalada uma fábrica de tecelagem (certamente artesanal), para isso algumas pessoas do município foram enviadas para São Luís, com a finalidade de aprender a tecer.

Os moradores locais construíram uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição e, a título de esmola, os índios chefes da aldeia João de Deus Magu e sua esposa Marianna Fernandes Chaves e Silvestre da Silva e esposa Domingas da Conceição doaram suas terras à aludida santa para que nelas se devolvessem a pecuária, aproveitando as doações de bovinos e equinos realizadas em gratidão à santa.

Em cumprimento ao alvará de 14 de janeiro de 1807, o governo da Província, em 9 de setembro e 18 de novembro de 1884, mandou que fossem inventariados os bens da santa a fim de serem incorporados ao patrimônio nacional. Entretanto, nessas terras várias fazendas de particulares tinham se desenvolvido, inclusive dos filhos dos doadores da terra, que defendiam o direito de usá-las, prerrogativa que constou do documento de doação. Esses e outros fatos semelhantes geraram uma série de ações judiciais que se efetivaram através do juiz municipal de Tutóia.

Uma sequência de processos foi ajuizada entre 1750 e 1846, período que foram analisadas a legalidade da doação das terras à santa.

Considera-se, no entanto, a construção da capela como marco efetivo da origem do povoado, pois foi a partir daí que o burgo se formou, recebendo o nome de Nossa Senhora da Conceição de Araióses, mais tarde simplificado para Araióses, ficando a toponímia Conceição para um povoado rural que, pela expansão urbana da sede municipal, a esta foi incorporado.

A Lei Estadual Nº 53, de 15 de maio de 1893, elevou o povoado à condição de Vila,

desmembrando-o de Tutóia; o Decreto Lei Estadual Nº 45 de 29 de março de 1938 concedeu-lhe a condição de município.

## **Turismo e Cultura**

A cidade de Araióses fica às margens do Rio Parnaíba, distante cerca de 500km da capital São Luís; este município é um importante polo turístico ecológico, oferecendo passeios guiados para conhecer o Delta das Américas, formado pelo Rio Parnaíba.

Visitar o Delta das Américas é uma experiência inesquecível. O lugar é um verdadeiro santuário ecológico, com dunas, manguezais, rios e dezenas de ilhas e ilhotas, algumas habitadas por pescadores. A viagem começa em Carnaubearas, a 25 km de Araióses. A partir daí, segue-se de barco pelas águas do Parnaíba, em trechos de rio que mais parecem labirintos.

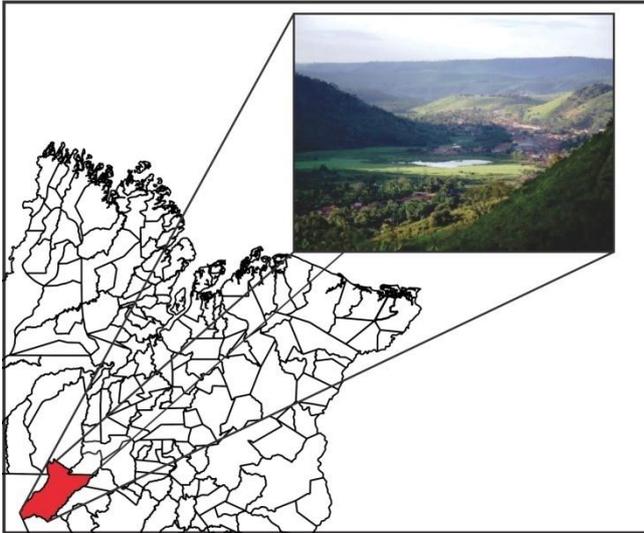
Durante o passeio, é possível observar, com tranquilidade, a fauna e a flora da região. No caminho algumas paradas são obrigatórias. Existem locais de dunas, lagoas e palmeiras que se confundem com oásis. Banhos de mar e lagoas são imperdíveis, a rica biodiversidade é excelente opção para amantes do ecoturismo.

Outro ponto são essenciais para a visita, como as praias do Farol, do Caju, dos Guarás e dos Poldros, as Ilhas do Caju, dos Poldros, do Carrapato, Carnaubearas e Canárias, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, do século XIX e o cemitério indígena Arayos, no povoado de Aldeia, a 20 quilômetros da sede, além do artesanato de palha de carnaubeira (chapéus, tapetes, abanos), madeira, cerâmica, ferro e tecido. Os diversos balneários proporcionam momentos únicos de lazer para os turistas, os mais importantes são: Balneário de Barreiras, Cana-brava, São Raimundo, Ponta Grossa, Mangueira, Mexeira e Melancias.

Durante todo o ano, o município proporciona ao turista uma vasta programação. Em janeiro, por exemplo, pode-se prestigiar o festejo de São Sebastião; em fevereiro, pode-se desfrutar do tradicional carnaval da cidade; em março, participar das comemorações do aniversário da cidade, que ocorre dia 29; em junho, ver o encanto dos festejos juninos e o festival de quadrilhas de Araióses; em julho, prestigiar o CarnAraióses, o carnaval fora de época do município; em agosto, tem o Festejo de São Raimundo Nonato; em setembro tem-se o grande festival gastronômico, com variadas atrações musicais e o inigualável festival do caranguejo; em dezembro, tem-se o festejo de Nossa Senhora da Conceição e as festas natalinas.

---

## **ARAME**



## Histórico

Após doze (12) anos de emancipação do município de Santa Luzia, Francisco Guarim tomou suas posições como comerciante e como agricultor e dentro desse plano, resolveu buscar um local onde ele pudesse exercer toda sua capacidade de líder e conhecedor das selvas maranhense. Assim aconteceu, e Francisco Guarim adentrou as matas e descobriu o lugarejo Arame em março de 1963. Sua comitiva, ou seja, seus companheiros, não passavam de duas

pessoas, além dele próprio. Francisco Guarim, Custódio Guarim, seu irmão e José Cardoso. Sua condução era à base de animais, cavalos e mulas resistentes que transportavam as mercadorias e serviam como meio de transporte.

Francisco Guarim foi também um pioneiro no confronto com os índios e com as feras, que até então eram os verdadeiros nativos dessa área florestal. Francisco Guarim foi um dos primeiros a chegar e pesquisar as condições de vida, as dificuldades e os perigos que oferecia esse longo trecho tão desabitado e sem dono. Dentre suas viagens, Francisco Guarim alcançou um outro pequenino e distante povoado; chamado de Vargem Limpa e situado à margem do rio Zutíua. Em seguida, retornou com sua comitiva, para o pequeno lugarejo que nessas alturas não possuía nome algum. Naquele pequenino lugarejo, hoje chamado Arame, Francisco Guarim encontrou dois moradores, ambos instalados toscamente em barracas construídas de madeira e cobertas com palhas de anajá. Dos moradores ali encontrados, Francisco Guarim comprou suas barracas e lhes concedeu a morada até que retornasse ao lugarejo com sua família.

Foi dessa maneira, que a história de Arame começou a tomar um rumo determinado. Arame sobreviveu sob a custódia de mãos estranhas e foi crescendo sem nenhuma proteção política e na sua pia batismal recebeu o nome de Arame.

O nome Arame foi escolhido devido a uma cerca de arame que muito antiga, fazia divisa entre uma propriedade abandonada, do senhor Mundico Jorge, e a ainda existente aldeia indígena do Toary, cujos moradores encontraram alguns fios ou pedaços de arame e resolveram com muita convicção, escolher o nome de Arame.

Arame não tinha estradas para lugar nenhum e Guarim deu início a construção da primeira estrada carroçal. Para isso, aconteceram alguns contatos com o prefeito de Amarante do Maranhão, no sentido de negociarem a construção dessa estrada. Com a construção da estrada, ligando Arame a Amarante, o progresso começou a chegar na localidade.

Naquela época, a principal atividade econômica de Arame era a lavoura e a produção de destaque era o arroz, o milho, o feijão e a mandioca. Depois foi descoberta a folha de jaborandi, prevalecendo na lavoura e no comércio.

Com o crescimento do povoado, necessitava-se de administrador, então o povo escolheu Francisco Guarim como seu principal administrador. Depois de sua nomeação, o primeiro passo de Guarim foi trazer o padre Frei Lauro, em 01/11/1965, para celebrar a primeira missa de Arame.

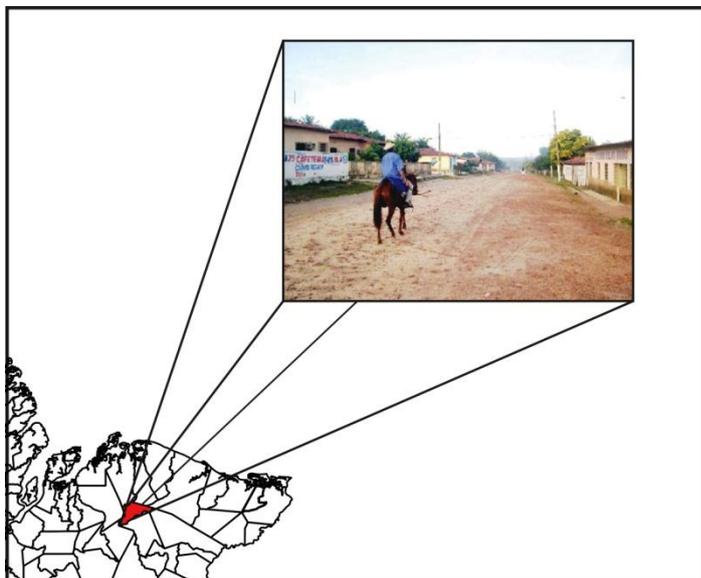
O município foi criado pela Lei Nº 4.867 de 15/03/1988, desmembrado dos municípios de

Santa Luzia e Grajaú.

## Turismo e Cultura

Podem ser considerados como atrações turísticas: os diversos festejos religiosos que ocorrem no decorrer do ano; os festejos juninos, com destaque para as quadrilhas e os animados arraiais, o carnaval tradicional e o aniversário da cidade, com vasta programação cultural e shows. No esporte, a atração principal é a disputa da taça cidade de Arame, torneio disputado por vários clubes de futebol, no estádio do Bragão.

## BELÁGUA



### Histórico

Belágua era um lugarejo onde os viajantes faziam uma parada para descansar, comer alguma coisa, beber água do rio e depois seguir viagem. Um desses viajantes de nome José de Souza Leotério, cearense, gostou do lugar, foi buscar sua mulher que estava grávida e fixaram residência. O casal teve cinco filhos: João, Isídio, Manoel, Raimundo e uma filha.

O nome Belágua originou-se de uma conversa entre dois viajantes que iam passando, um disse ao outro: —

“Que bela água!”. Um neto de José Leotério ouviu aquela conversa e contou ao avô. Este gostou e disse: —“Vamos chamar este lugar de Belágua”.

As outras famílias que vieram depois para morar foram: Souza, Gomes da Silva, Saminiez, Ferreira, Nunes, Abtibol, Pestana e Maciel.

O povo daquela época cultivava o algodão para tecer roupa, rede de dormir e pescar.

O cafezal era comunitário e no tempo da colheita as famílias colhiam o suficiente para o seu consumo. Havia também, os engenhos, cuja finalidade era produzir açúcar mascavo e rapadura para o consumo da comunidade.

Belágua foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual Nº 6.130, de 10/11/1994, desmembrado do município de Urbano Santos.

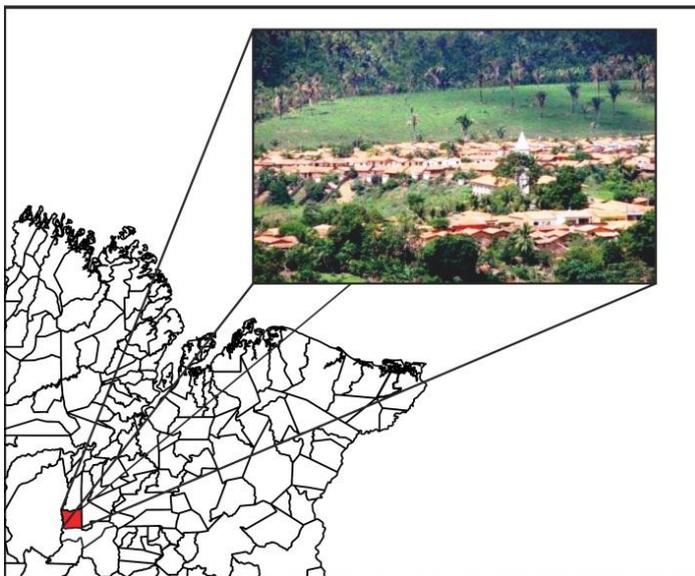
## Turismo e Cultura

O grande atrativo turístico presente no município de Belágua são as belezas naturais. O ecoturismo é bem proeminente, com destaque para seus rios, lagoas e cachoeiras. A cachoeira dos Mendes e o balneário Caçolzinho são áreas espetaculares de lazer, pois contam com uma beleza cênica inigualável, além de poderem desfrutar de banhos. A cachoeira dos Domingos é um lugar encantador, com suas águas límpidas, cristalinas e de temperatura perfeita para o

banho, possui quedas d'água que formam cascatas e uma enorme piscina natural. As áreas de cerrado com grandes árvores frutíferas são ideais para a prática de trilhas, além da possibilidade de ver a fauna e a flora desse bioma.

Outras atrações são os festejos religiosos que ocorrem o ano todo, as festas juninas, com o bumba-meu-boi, quadrilhas e outras danças típicas e não poderia faltar o carnaval com seus blocos e shows. O aniversário da cidade tem vasta programação, com espetáculos, desfiles e shows.

## BREJO DE AREIA



### Histórico

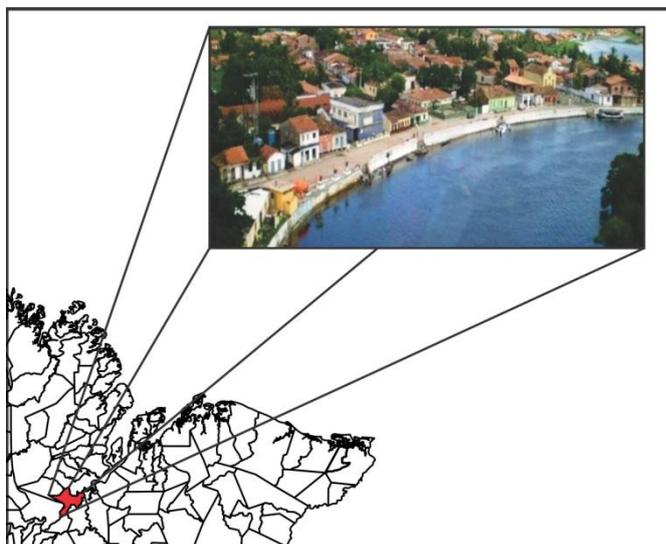
O município de Brejo de Areia foi criado pela Lei Nº 6.144, de 10 de novembro de 1994, sendo desmembrado do município de Altamira do Maranhão.

### Turismo e Cultura

Como potenciais turísticos podem ser aproveitados o Rio Grajaú, os morros existentes no municípios e as fazendas para turismo rural. Podem ser considerados como atrações turísticas: a festa do padroeiro do município, diversos

festejos religiosos que ocorrem no decorrer do ano, os festejos juninos, com destaque para o arraiaí Arranca Tôco e suas quadrilhas, o carnaval e o aniversário da cidade em novembro, com vasta programação cultural e shows.

## CAJARI



### Histórico

Em 1851, o local onde se localiza a cidade de Cajari era um simples porto da Fazenda Cadoz, de propriedade do Coronel Jerônimo Viveiros. Nessa época, existiam apenas os armazéns de depósito de açúcar de produção da fazenda, e dos gêneros de produção do Estado, oriundos de vários pontos do interior de Penalva, o qual pertenciam a localidade.

No porto ancoravam barcos à vela, alguns vapores de navegação flúvio-marinho para receberem carregamentos e

lenha, combustível essencial para as embarcações naquele período.

Em 1877, ocorreu um crescente desenvolvimento do porto e a construção de uma capela sob a invocação de São Benedito, atraindo populações que começaram a construir habitações. A localidade, então, passou a ser denominada de arraial do Barro Vermelho.

Com a Lei Áurea (1888), a população liberta do Maranhão construiu moradias no arraial. Surgiram casas, comércios, oficinas, escolas particulares e, posteriormente, públicas. Estabeleceram-se nesse local, as famílias Serejo e Muniz, que além de organizarem festividades religiosas, contribuíram para o surto de progresso.

Naquele período, o professor José Napoleão Serejo foi o responsável pelo desenvolvimento da educação na localidade. A primeira cadeira no ensino público estadual foi a de ensino misto primário, criada pela Lei N°164 de 21 de maio de 1896, ministrada pela professora Cirene Diniz Abreu.

A economia do povoado desenvolveu-se principalmente, por meio da extração da amêndoa do babaçu que crescia exponencialmente naquele período. Em 22 de novembro de 1923, foi instalada uma coletora para agilizar os processos de beneficiamento dos frutos.

Em 14 de julho de 1925, o povoado Barro Vermelho foi elevado à categoria de vila pela Lei N° 638, sujeita ao município e Juízo de Paz do termo de Penalva. As tentativas de emancipação foram norteadas pelo anseio populacional e, pela influência de Manoel Clodomir Serejo, que culminaram com a Lei N°179 de 13 de novembro de 1948, Lei de Criação do Município. No mesmo ano, ocorreu a ratificação do município referenciada pela Lei N° 269, de 31 de dezembro de 1948.

## **Turismo e Cultura**

A exuberante paisagem do município é resultado da simbiose entre o espaço natural, caracterizado por rios, lagos e igarapés e os processos culturais da população (festa do peixe, festival de inverno, corrida de barco tipo rapeta, corrida do saco, Paixão de Cristo e outros) traduzindo-se em um ambiente fascinante.

Os eventos esportivos, culturais e a paisagem, por exemplo, atraem populações de diversos municípios da região. O aniversário da cidade é um dos eventos do calendário festivo que atrai grande contingente populacional, devido ao marketing empregado e a presença de grupos musicais e folclóricos. O Lago Cajari torna-se um reduto de diversão, principalmente no início das manhãs e aos finais das tardes.

As danças de bumba boi, quadrilha, country e portuguesa são recortes das manifestações culturais dos cajarienses. Nas festas juninas, os pratos típicos da região, à base de mariscos, dão um toque especial na apreciação dos espetáculos culturais.



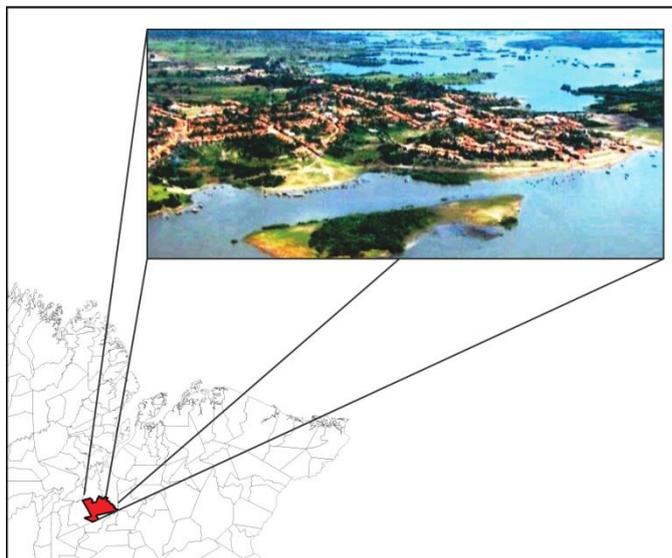
### Histórico

O município de Centro Novo do Maranhão foi criado pela Lei Nº 6.160, de 10 de novembro de 1994, com sede no Povoado Centro Novo, desmembrado do município de Carutapera.

### Turismo e Cultura

Podem ser consideradas como atrações turísticas: a festa do padroeiro do município, diversos festejos religiosos que ocorrem no decorrer do ano, os festejos juninos, o carnaval, o aniversário da cidade em novembro, com vasta programação cultural e shows, os torneios de futebol, e as comemorações do 7 de setembro com fanfarras. Outro atrativo pode ser o ecoturismo, pois o município possui uma gama de potencial, podendo ser citados o rio Gurupi, a floresta amazônica, a Reserva Biológica do Gurupi e as áreas indígenas Alto Turiaçú e Awa.

## CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU



### Histórico

Primitivamente, Conceição do Lago-Açu era ocupada por aborígenes, cujas habitações eram erguidas sobre esteios, sendo essa a hipótese mais plausível para que tenham se estabelecido no perímetro do lago, sobre as águas ou às suas margens, em ocupações de caráter permanente e, por questões de segurança, para se protegerem de animais ferozes ou de possíveis ataques de outras tribos.

No período de estiagem, no meio do lago, pode-se observar claramente uma piçarreira (material concrecionário da Formação Barreiras), onde se verificam esteios - denominados cientificamente de estearias - os quais são ruínas de antigas habitações, sendo esses registros da existência de comunidades primitivas que habitavam a região.

Tal população alimentava-se da pesca, da caça, da agricultura e outros recursos lacustres. Provavelmente eram grupos que se organizavam em aldeias autônomas ou em conjuntos de habitações com algum vínculo político, principalmente, o cultural. Além da estrutura construtiva remanescente presente no lago, não se tem informações ou pesquisas relacionadas a objetos

líticos no local, já que, normalmente, tais populações que viviam nessas habitações praticavam o descarte intencional de refugos e material cultural ou a perda ocasional, ou abandono de objetos no local e, até mesmo, objetos de cunho sagrado e ritualístico.

A história de Conceição do Lago-Açu está totalmente ligada a de Vitória do Mearim, pois o mesmo era um povoado pertencente a esse município. Conceição do Lago-Açu foi fundado pelo Padre José Gama d'Eça que também instituiu os municípios Arari e Vitória do Mearim.

De acordo com os moradores mais antigos, em 1950, Conceição do Lago-Açu era um povoado conhecido como Povoado dos Americanos, isto por existir uma companhia de americanos que retiravam madeira e cavavam poços atrás de metais preciosos. No lugar em que atualmente é a Igreja Matriz; antigamente era um barracão dos americanos, onde ainda existe um poço que foi cavado pelos mesmos, e cujo material retirado foi levado para os Estados Unidos.

Nessa época havia, aproximadamente, 60 casas de taipa, cobertas com palha e um engenho que produzia açúcar e cachaça, de propriedade do cearense Periz Soares de Oliveira. Em 1952, houve um grande incêndio no povoado, provocado por uma mulher que queria incendiar a casa da sogra; foram queimadas 22 casas. Para reconstruí-las, foi uma comissão até Vitória do Mearim, onde o prefeito deu 500 mil cruzeiros; nesse mesmo ano começou a construção de novas casas cobertas com telhas.

Naquele tempo, a pesca era realizada principalmente por pessoas de outros municípios, como Arari e Viana. Essas pessoas começavam a pescar no período de estiagem, em setembro e se deslocavam para seus municípios de origem apenas em janeiro, quando se iniciava o período chuvoso. O pescado era levado salgado e seco por transporte lacustre e, também, no lombo de burros, jumentos e cavalos, utilizando-se o primeiro devido à má condição das estradas. A pesca elevou o povoado ao *status* de município e, por isso, várias famílias da Baixada Maranhense foram residir no local.

Conceição do Lago-Açu foi elevado à categoria de município e distrito, pela Lei Estadual Nº 6.149, de 10 de novembro de 1994, desmembrado de Vitória do Mearim e instalado em 01/01/1997.

## **Turismo e Cultura**

Como potencial turístico, pode-se destacar o grande lago que dá nome à cidade, principalmente na estiagem quando são formadas praias e ilhas e, também, no passeio navegando-o, pescando dentre outras atividades. O município possui também rios e pequenos lagos. Ao visitante é oferecida uma rica culinária, onde são destacados a pescada da água doce e o camarão no leite de coco, além de outros pratos próprios da região. No mês de junho, acontecem inúmeras brincadeiras como as danças do boiadeiro e portuguesa, quadrilhas, carimbó e o tradicional bumba-meu-boi no sotaque de matraca.

---

## **FERNANDO FALCÃO**



### **Histórico**

No ano de 1831, chegou na região um jovem cearense chamado Manoel Resplandes Araújo, que instalou-se na localidade e começou a desenvolver atividades agrícolas, cujo resultado foi satisfatório para o momento. Mais tarde casou com Dona Bernardina, filha de um fazendeiro fixado nas terras do Mirador, passando a desenvolver a pecuária no município, aumentando, assim o rebanho do sogro.

Desse marco nasceu o povoado Jenipapo dos Resplandes, nome originado

da planta nativa existente em abundancia na região, o jenipapo, e o sobrenome do primeiro morador.

Após a chegada de Manoel Resplandes Araújo, outras famílias vieram fixar residência na localidade, na seguinte ordem: os Barbalhos, os Sousas, os Cavalcantes, e assim, outras correntes migratórias chegaram e foram se agregando nas terras devolutas e inexploradas.

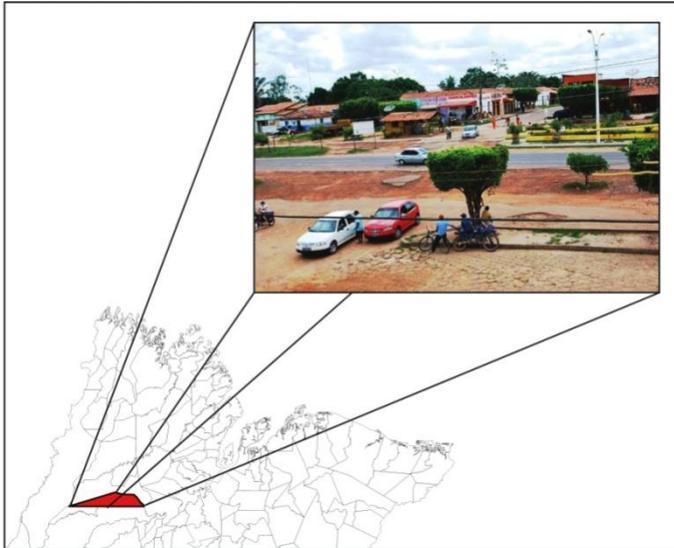
Por muito tempo a atividade de subsistência não chegou a ter grande desenvolvimento, em decorrência desse fato, observa-se que o município não desenvolveu, e que a situação humana da população atinge elevado índice de pobreza.

Jenipapo dos Resplandes foi desmembrado do município de Barra do Corda pela Lei N° 6.201 de 10 de novembro de 1994, passando a categoria de município, tendo nome de Fernando Falcão.

### **Turismo e Cultura**

Os principais potenciais turísticos são: a Lagoa Azul, as Serras do município, o Morro da Mesa, e as tribos indígenas Escalvados e dos Porquinhos.

No âmbito cultural destaca-se o Bumba-meu-boi Estrela do Sertão (sotaque de orquestra) e a dança portuguesa Falcão Dourado.



### **Histórico**

Raimundo Coelho, conhecido popularmente como "Raimundo Chapéu de Couro" chegou à região no início do desbravamento de suas matas no ano de 1958 com o propósito de cultivar a terra devido a grande fertilidade nela encontrada e de uma mata muito extensa. Porém, era morador do povoado Marajá e em seguida transferiu seu comércio para um povoado que estava nascendo às margens da futura BR 316.

Apesar de não ser o primeiro morador, se tornou o mais conhecido da

vila devido seu comércio, aos poucos se tornou comum dizer: —"vou lá no Chapéu de Couro", em referência ao comércio e que depois passou ser uma referência a todo o povoado, sendo assim batizado de "Chapéu de Couro". Aos poucos outras pessoas foram chegando, atraídos pelo trabalho na roça e outros comércios, tendo como maior destaque o beneficiamento de arroz, pecuária e extração de madeira e babaçu. Com a ampliação da BR 316 que liga Santa Inês – MA a Belém–PA, houve uma grande melhoria no escoamento da produção e uma melhor expectativa de vida para que mais pessoas viessem para a vila Chapéu de Couro que pertencia ao município de Monção-MA. Depois, passou a pertencer ao município de Zé Doca, com o nome de Governador Newton Bello, em homenagem ao governador do Estado do Maranhão.

A independência política do município só foi possível com o plebiscito de 11 de junho de 1994, sendo emancipado em 10 de novembro do mesmo ano pelo Decreto Lei N° 6.149, pelo então governador em exercício Dr. José Ribamar Fiquene.

### **Turismo e Cultura**

Podem ser consideradas como atrações turísticas: a festa do padroeiro do município, diversos festejos religiosos que ocorrem no decorrer do ano, os festejos juninos, com seus arraiais e quadrilhas estilizadas, o carnaval, com seus blocos e bandas e o aniversário da cidade em novembro, com vasta programação cultural e shows.



### Histórico

O povoamento de Itaipava do Grajaú teve início aproximadamente no ano de 1940, com a chegada de alguns migrantes dos Estados do Ceará e Piauí.

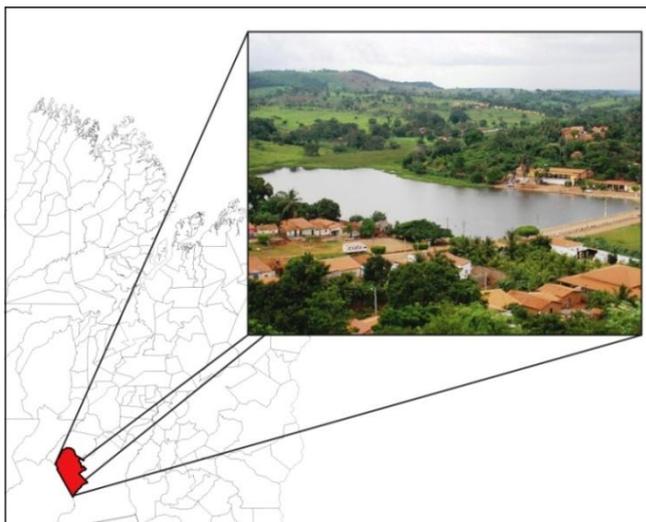
Fugindo da seca, esses migrantes passaram a procurar novas áreas para sua agricultura de subsistência exploradas em lotes de aproximadamente 50 hectares, sobretudo aplicando nas culturas de arroz, milho, mandioca e feijão, culturas estas que prevalecem até os dias atuais.

Itaipava do Grajaú foi elevado à categoria de município e distrito pela Lei Estadual Nº 6.148, de 10/11/1994, desmembrado do município de Grajaú e instalado em 01/01/1997.

### Turismo e Cultura

As belezas naturais são a grande atração do município; o rio Grajaú é ideal para se realizar passeios e usufruir um contato maior com a natureza, além desse, o balneário Prainha é ideal para banhos e ponto de encontro de famílias e amigos que querem se divertir, além de se poder praticar esportes como futebol e vôlei. Outros atrativos são os festejos religiosos de diversas crenças, o aniversário da cidade realizado em novembro é repleto de atrações, tendo desfiles e shows, as festas juninas e o carnaval com seus blocos animados.

## JENIPAPO DOS VIEIRAS



### Histórico

A região foi referenciada em a “Esfinge de Grajaú”, de Dunshee de Abranches. O Maranhão era província em 1888, quando para cumprir ordens do então Presidente da Província, Moreira Alves, a fim de socorrer a população de forte epidemia de varíola entre Pedreiras e Barra do Corda, pela primeira vez se passava a cavalo pelos arredores das regiões dos jenipapos, onde havia uma grande Lagoa que não secava no período de ausência de chuvas, conhecida por Lagoa do Jenipapo, devido a presença

de grande número de jenipapeiros.

No século XX, por volta da década de 1920, alguns moradores do povoado Cocalim ouviram falar, através dos índios, que existia uma grande lagoa na região. Como a água era especial, despertou em alguns moradores desse povoado o interesse em procurar a citada Lagoa.

Deslocaram-se do seu povoado os senhores Júlio Vieira, Joaquim Vieira e o senhor Bizeca, estas pessoas saíram à procura da lagoa e por onde eles passavam iam deixando uma “vereda”, para poderem voltar.

Depois de algum tempo de procura, aproximadamente 9 km de distância, descobriram uma lagoa pequena que recebeu o nome de Lagoa do Sucruí, mas não era esta a lagoa indicada pelos índios. Continuaram a procura através dos cachorros que corriam em perseguição a uma caça e descobriram a verdadeira lagoa; era uma lagoa grande e com muitos jenipapeiros, então deram o nome de Lagoa do Jenipapo.

Foi a partir de 1925 que agricultores, sob a liderança da família Vieira Nepomuceno, se fixaram para explorar a terra, sendo o remanescente José Vieira Nepomuceno. Extraiu do local, produtos agrícolas, surgindo então um pequeno agrupamento de pessoas que tão logo a localidade passaria a ser conhecida como Jenipapo dos Vieiras. Jenipapo por causa dos jenipapeiros e Viera por causa da família Vieira, que descobriu o local. Este nome existe até hoje.

O povoado foi se desenvolvendo pelas terras serem férteis para a agricultura e a criação de animais.

A primeira iniciativa de criação do município de Jenipapo dos Vieiras foi feita através da Emenda Constitucional Nº18/89 de 21 de março de 1989, de autoria do deputado Galeno Edgar Brandes e subscrita pelo deputado Francisco Camelo.

Posteriormente foi feita nova iniciativa através do projeto de Lei Nº 374/94 de autoria do Deputado Benedito Terceiro; porém o município foi criado pela Lei Nº 6.200 de 10 de novembro de 1994, desmembrado de Barra do Corda.

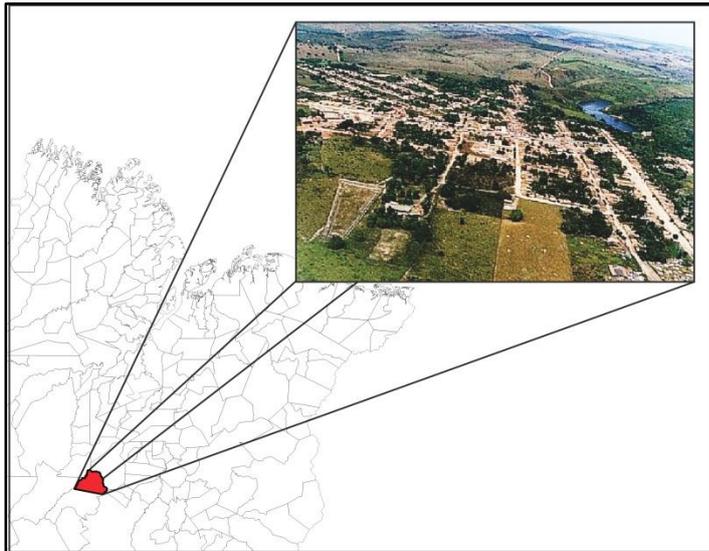
## **Turismo e Cultura**

Destaca-se como potencialidade turística no município o balneário Joaquinzão, na Lagoa Grande. Outros atrativos são: a festa do padroeiro do município, diversos festejos religiosos que ocorrem no decorrer do ano, os festejos juninos, o carnaval, e o aniversário da cidade em novembro, com vasta programação cultural e shows.

## **LAGOA GRANDE DO MARANHÃO**

---

### **Histórico**



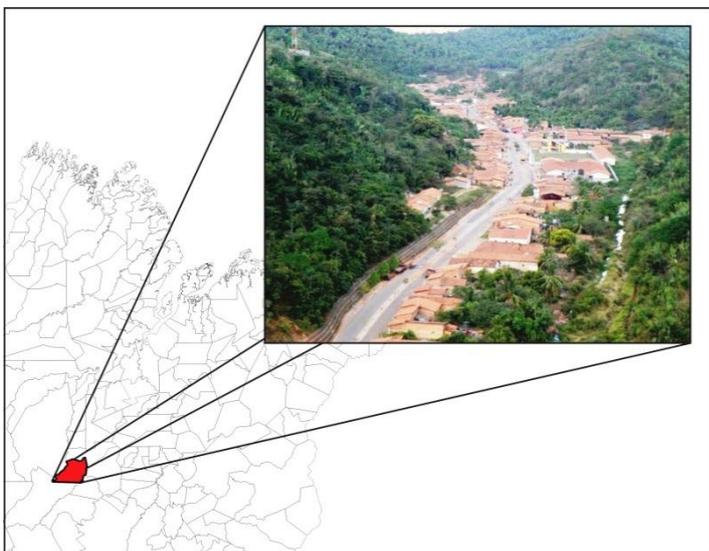
O município de Lagoa Grande do Maranhão foi criado, pela Lei Nº 6.170, de 10 de novembro de 1994, com sede no povoado Lagoa Grande, desmembrado do município de Lago da Pedra.

### **Turismo e Cultura**

Podem ser consideradas como atrações turísticas: a festa do padroeiro do município, diversos festejos religiosos que ocorrem no decorrer do

ano, os festejos juninos, o carnaval, com seus blocos e bandas e o aniversário da cidade com vasta programação cultural e shows. Outros atrativos que podem ser aproveitados são as fazendas e açudes.

## **MARAJÁ DO SENA**



### **Histórico**

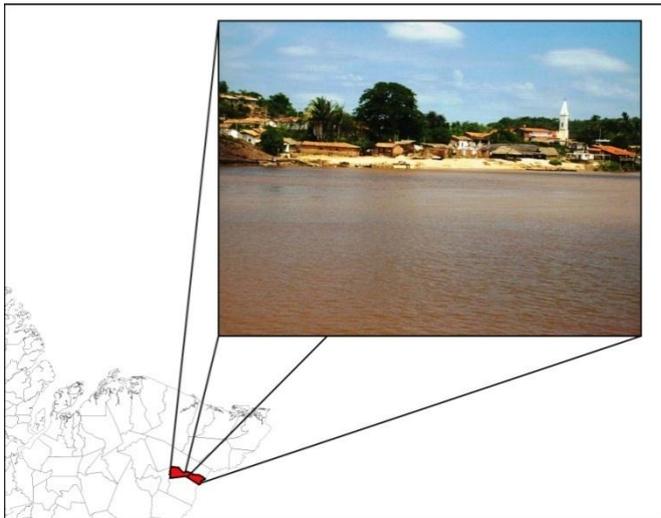
O município de Marajá do Sena foi criado pela Lei Nº 6.186, de 10 de novembro de 1994, com sede no povoado Marajá do Sena, desmembrado do município de Paulo Ramos.

### **Turismo e Cultura**

Podem ser consideradas como atrações turísticas: a festa do padroeiro do município, além dos diversos festejos religiosos que ocorrem no decorrer do

ano, os festejos juninos, o carnaval, e o aniversário da cidade com vasta programação cultural e shows. Outros atrativos são os morros encontrados no município.

## **MILAGRES DO MARANHÃO**



### Histórico

Segundo a lenda, um pescador estava com sua simples canoa navegando no rio Parnaíba quando uma forte tempestade o surpreendeu, arremessando-o contra uma enorme parede de pedras e se vê salvo pela santa que mora lá. Em homenagem a Santa milagrosa fundou um povoado próximo à pedra.

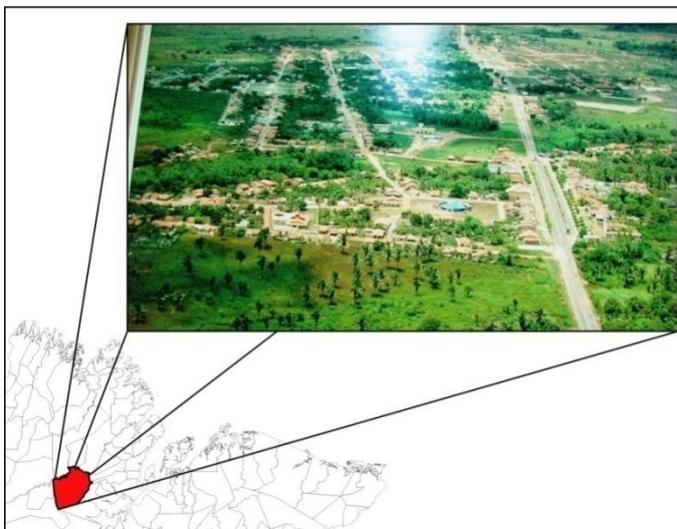
Milagres do Maranhão foi elevado à categoria de município e distrito pela Lei Estadual Nº 6.177, de 10/11/1994, desmembrado de Santa Quitéria do

Maranhão e Brejo e instalado em 01/01/1997.

### Turismo e Cultura

Localizado na Mesorregião Leste Maranhense, a 360 km da capital São Luís, Milagres do Maranhão possui um potencial turístico muito grande. O turismo religioso é a principal fonte de renda no município, já que estes tem em Nossa Senhora grande confiança para alcançar milagres e graças; todos os anos, milhares de pessoas chegam à cidade para pagar suas promessas, depositando diversos objetos, como réplicas de partes do corpo humano em uma pedra, onde dizem que a santa aparece; o festejo é repleto de atrações, tendo programação vasta com missas e shows. Outro atrativo é o rio Parnaíba, já que esta cidade se localiza as margens deste, o turista pode realizar passeios de barco e vislumbrar a paisagem local, além de desfrutar de agradáveis momentos na pacata cidade. Outros atrativos são o aniversário da cidade, os festejos juninos, com destaque para o bumba-meu-boi e o carnaval tradicional.

## PEDRO DO ROSÁRIO



### Histórico

Parte da MA 006, que passa pelo centro da cidade de Pedro do Rosário, era antigamente um caminho que começava na cidade de Viana. João Teixeira, morador de Viana, desejando encontrar um lugar para se estabelecer com algum gado que possuía, viajou pelos caminhos de Viana até encontrar um lugar aprazível, se agradando de um pequeno morro onde resolveu se instalar.

E, pela paisagem que dali se observava, chamou o local de Bela Vista.

Depois levou seu genro e um filho que construíram suas casas ali, e se instalaram com suas

famílias.

Nas imediações, havia um povoado denominado Capim, no qual morava o Sr. Silvestre, e no lugarejo Anta, seu compadre Pedro Cunha, dono de uma pequena barraca que se dedicava também a comprar amêndoa de babaçu. Como o antigo caminho de Viana estava sendo transformado em uma estrada até Pinheiro (atual MA 006), Pedro resolveu mudar-se para a margem da estrada, convidando o seu compadre Silvestre para escolher um lugar. Quando chegaram a um ponto que lhe interessou Silvestre observou que aquele lugar deveria ter sido escolhido por outra pessoa, pois tinha marcas feitas com folha de palmeira de babaçu. Deduziram que o local deveria ter sido demarcado por José Maria, que morava nas imediações e que confirmou o feito.

Os dois combinaram então em se estabelecer ali, ficando Pedro Cunha com uma linha na qual construiu sua casa. Ao demarcar a área, Pedro Cunha disse a seu compadre: —“aqui construirei uma cidade”. Com o comércio ali instalado, as pessoas ao se referirem ao local diziam: —“lá na casa de Pedro da Rosário” (Rosário era esposa de Pedro), ficando assim conhecido. Para atrair moradores, Pedro resolveu abrir um cabaré, indo até Viana de onde trouxe oito mulheres. O cabaré começou a atrair pessoas de muito longe fazendo crescer o povoado. Após dois anos, já existiam muitas casas; então, Pedro (de Rosário) resolveu desativar o cabaré e contratou um agrimensor para delimitar a área da “sua cidade”.

O povoado Pedro do Rosário era disputado pelas prefeituras de Viana e Pinheiro. Infelizmente, Pedro não viu concretizado seu sonho, pois faleceu antes da emancipação do povoado. O prefeito de Pinheiro, amigo de Pedro, para homenagear o amigo já falecido, mandou construir no povoado um colégio em consideração a ele. O prefeito de Viana mandou construir o mercado, um pequeno posto de saúde e um poço para abastecer a cidade. Para cuidar das almas do local, foi morar ali um padre italiano que construiu uma igreja.

Como resultado do desenvolvimento do povoado houve a sua emancipação, desmembrando-se do município de Pinheiro por meio da Lei Nº 6.190 de, 10 de novembro de 1994. Quanto ao nome Pedro do Rosário para o novo município, foi escolhido pelos próprios moradores em homenagem ao seu fundador, cuja esposa Maria do Rosário foi a primeira prefeita, exercendo dois mandatos. O segundo prefeito foi o seu filho adotivo Adailton Martins.

O lugar onde surgiu o povoado está demarcado por um monumento com uma estátua de uma pessoa montada num burro, e no patamar abaixo, quatro leões e em um dos lados o brasão do município.

## **Turismo e Cultura**

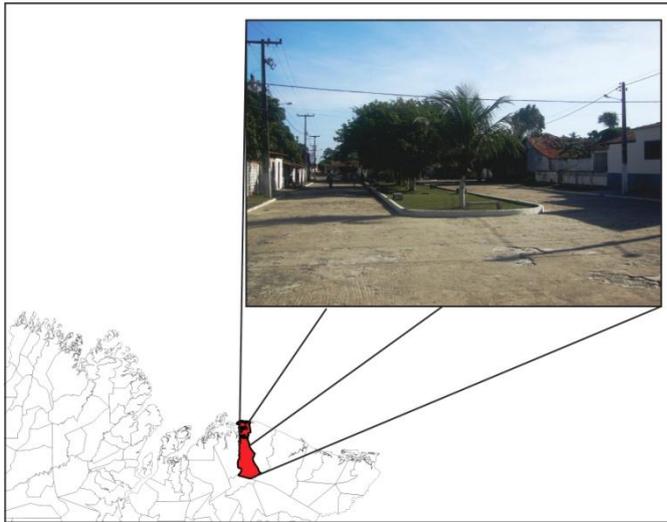
Os rios, açudes, fazendas e o conjunto de morros são as potencialidades turísticas do município. O artesanato é derivado de folhas do tucunzeiro, babaçu, macaúba e guarimã.

Encontram-se no município dois grupos de bumba-meu-boi com sotaque de matraca, um grupo de tambor de crioula e danças *country*, quadrilha, do boiadeiro e um grupo de fanfarra.

A galinha caipira, assado, juçara, tiquara, bacaba, bacuri e cupuaçu são as comidas e frutas típicas do local.

## **PRIMEIRA CRUZ**

---



### Histórico

Embora os portugueses tenham aportado em 1614, onde hoje se localiza a cidade, colocaram uma grande cruz, mas apenas no fim do século passado o território começou a ser desbravado. Segundo Trovão (2002) apud Carneiro (1998), o início da ocupação do espaço que deu origem a cidade de Primeira Cruz, foi à passagem de Jerônimo de Albuquerque, que ali permaneceu durante nove dias, quando se dirigia com toda a sua

companhia, para combater os franceses na Ilha do Maranhão.

Com doces dois dias de viagem, seguindo sempre pela costa, e tendo salvado grandes perigos os parciais de Parnaíba e Tutóia (...) entrou a armada a 14 de outubro pelo rio do Peria, fundado às dez horas da noite, três léguas por ele acima. Saltaram os chefes imediatamente para a terra com a maior parte da gente ergueu-se uma cruz, e tomou-se posse do país em nome do rei (CARNEIRO apud LISBOA, 1998).

Afirma ainda, o citado autor:

... reencetaram a marcha no dia 12/10 e ao anoitecer de 14 alcançaram a foz do Peria, já em terras maranhenses, onde se instalaram provisoriamente num chamado Quartel de São Tiago e onde o nome da pequena cidade hoje ali existente. Primeira Cruz...

Os primeiros povoadores vieram de municípios vizinhos, para ali desenvolver a pesca e agricultura rudimentar, plantando com mais intensidade a mandioca, já que a terra era propícia para essa cultura.

O único meio de ligação com outros centros era por via marítima, razão pela qual o movimento portuário ajudou na formação do lugar. Mais tarde, outros moradores foram chegando e, dentre eles, o Sr. Domingos José Carneiro, que muito ajudou o crescimento do lugar, tendo desenvolvido o comércio, além de se transformar no líder da família Carneiro, tradicional na política da região e posteriormente na do Estado.

O distrito foi criado com a denominação de Primeira Cruz, pelo Decreto-Lei Estadual Nº 159, de 06/12/1938, subordinado ao município de Humberto de Campos, permanecendo assim até 1943.

Foi elevado à categoria de município com a denominação de Primeira Cruz por ato das disposições transitórias deste Estado, promulgada a 28/07/1947, desmembrado de Humberto de Campos. Sede no antigo distrito de Primeira Cruz.

Pela Lei Estadual Nº 269, de 31/12/1948, foi criado o distrito de Santo Amaro e anexado ao município de Primeira Cruz. Em divisão territorial datada de 01/07/1960, o município era constituído de dois distritos: Primeira Cruz e Santo Amaro, assim permanecendo em divisão territorial de 17/01/1991. Pela Lei Estadual Nº 6.127 de 10/11/1994, desmembrou do município de Primeira Cruz o distrito de Santo Amaro, elevando-o à categoria de município. Em divisão

territorial de 15/07/1997, o município ficou constituído do distrito sede.

## **Turismo e Cultura**

As atrações turísticas são variadas, com destaque principalmente para as lagoas, igarapés, e o rio Peria, vislumbrando sua instigante paisagem e suas ilhas. Município integrante dos Lençóis Maranhenses, possui praias semi desertas de areia branca e lagoas de águas cristalinas formadas entre as dunas.

A lagoa do Cassó é um paraíso à parte; com 5 km de extensão e cerca de 800 metros de largura, é uma das maiores do Maranhão; possui água morna, calma e transparente com fundo de areia branca que ao sol reluz, transformando o fundo e a superfície da lagoa em um brilho único; é um lugar cercado de mata nativa, com longos buritizais que fazem sombra em partes da lagoa. Totalmente navegável, pode-se realizar mergulhos de superfícies, tranquilos e relaxantes, *windsurf*, caiaque e desfrutar da área de *camping* e praias de águas doce.

Outros atrativos são as competições de rali com motos, carros e quadriciclos, nas dunas e trilhas, quando o participante sente toda a emoção. Seu acervo arquitetônico, destaca-se pelas casas em estilo colonial, a igreja matriz e a cruz de madeira na entrada da cidade, fixada pelos portugueses, que faz o turista voltar ao passado, vislumbrando fachadas, portas e janelas das casas que se encontram em ruas calmas, onde pode-se ouvir o canto dos pássaros e a brisa a balançar as árvores. Além destes há o carnaval e as festas juninas realizados próximo a igreja matriz e os campeonatos de futebol de areia e campo.

Chama-se a atenção para a quase inexistência de veículos motorizados, o que torna a cidade de um bucolismo invejável. Para atender o turista o município dispõe de três pousadas.

Pode-se considerar como atração as quitandas, pela tradicional distribuição e variedade das mercadorias, separadas do consumidor por um balcão, impedindo que o comprador só adquira o produto que pediu, sem participação direta na seleção do mesmo.

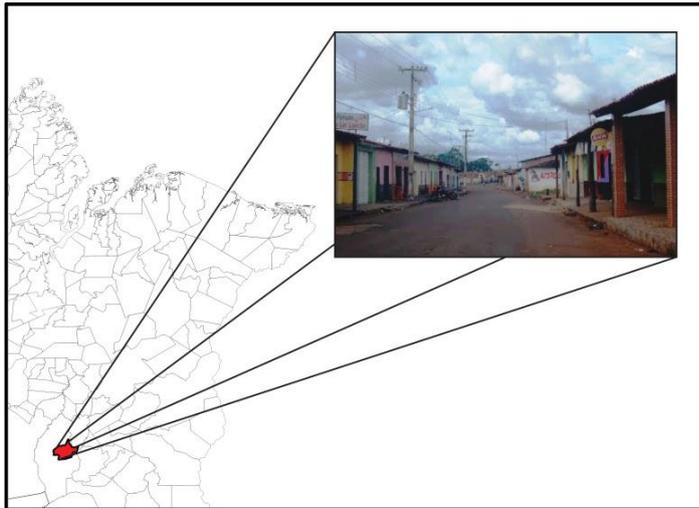
Na culinária, são pratos típicos: caldeirada de camarão, torta de sururu, peixada, patinha de caranguejo a milanesa, torta de caranguejo, galinha caipira ao molho pardo, arroz de coco e arroz de cuxá.

As manifestações tradicionais no município são destacadas pelas festas religiosas de São Gonçalo, Nossa Senhora da Conceição, Cristo Rei, Santo Amaro e São Sebastião, pelo bumba-meu-boi, quadrilha, dança do coco e tambor de mina.

O artesanato local inclui a produção de bolsas e chapéus de palha (fabricados com fibra de carnaúba, tucum e buriti), redes, selas e tapetes feitos com junco e cestos feitos com cipós.

---

## **SANTA FILOMENA DO MARANHÃO**



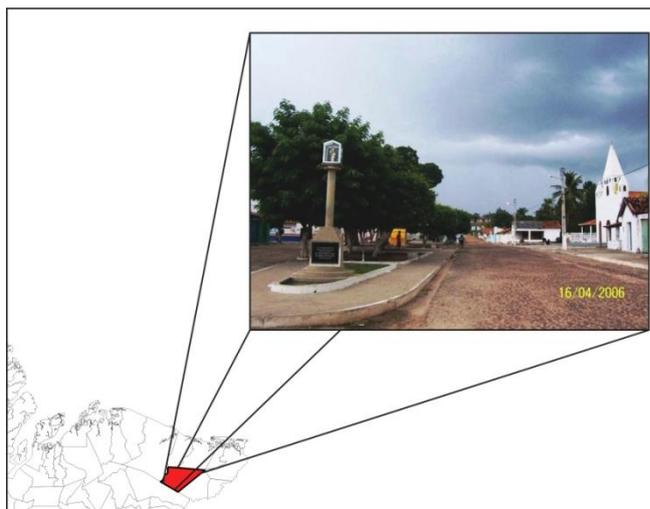
### Histórico

O lugar em que está instalada a sede do município foi descoberto por José Tibúrcio Feio. Embora o primeiro habitante do lugar tenha sido o senhor Delvito Gomes da Costa. O município de Santa Filomena do Maranhão foi criado pela Lei Nº 6.178, de 10 de novembro de 1994, com sede no povoado Santa Filomena, desmembrado do município de Tuntum.

### Turismo e Cultura

Podem ser considerados como atrativos turísticos: a festa do padroeiro do município, diversos festejos religiosos que ocorrem no decorrer do ano, os festejos juninos, o carnaval e o aniversário da cidade, com vasta programação cultural e shows.

## SANTANA DO MARANHÃO



### Histórico

Na segunda metade do século 19, no sofrido Ceará, tangidos pela seca de 1849, uma “leva” de retirantes cearenses vindos de Santana do Acaraú, deixou aquele Estado, e atravessaram o Piauí, passando para o Estado do Maranhão. Espalhou-se, e uma caravana dessa gente veio até ao vale do Rio Magu, região muito fértil e habitada por índios quase mansos e por animais selvagens em abundância.

Era um grupo de aproximadamente 70 pessoas chefiadas pelo capitão Jerônimo da Costa e seus filhos Vitor da Costa, Francisco da Costa e João da Costa ou João V (quinto) e as filhas Aniceta, Joana e Maria.

Estabeleceram se em São João, Riachão, São Gonçalo e Santana dos Costas, nome dado em homenagem a santa padroeira de Santana do Acaraú.

Em 1853, Vitor da Costa fixou-se ali e foi pai de Francisco, Vicente, Joaquim, Joana e

outros filhos. Era casado com Filomena Afonso da Costa. Daí veio o nome de todos os descendentes da família Costa, Francisco Afonso da Costa, etc.

Francisco Afonso da Costa foi o pai de Fausto Afonso da Costa, último dos patriarcas da família Costa, falecido em 1969 em Santana.

Pelos anos de 1878, depois da grande seca de 1877, ali chegaram outras famílias: os “Pereiras”, os “Bragas” e os “Valentins” ou “Valentim” que se fixaram nos já existentes lugares (arrais) Bacuri e São Gonçalo. Também, os abastados “Gonzaga Oliveira” se estabeleceram na região, fundando as moradias em Barra da Estiva, Cajazeiras e São José. Começaram abrir caminhos para tornar mais fácil o entrosamento entre as famílias.

As famílias, Pereira e Valentim, possuíam escravos e se tornaram influentes em pouco tempo.

O município foi criado pela Lei Nº 6.176, de 10 de novembro de 1994, desmembrado do município de São Bernardo.

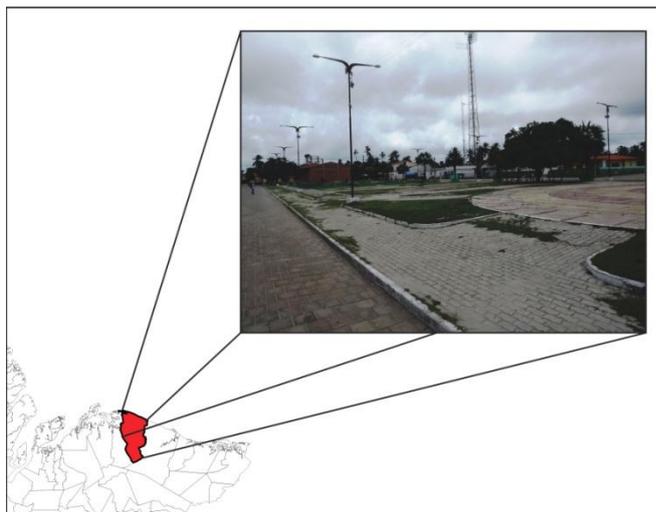
### **Turismo e Cultura**

Os principais pontos turísticos do município são os balneários ao longo do Rio Magu de águas frias e cristalinas.

Outra atração é o festejo de Nossa Senhora de Santana, padroeira do município, que acontece entre os dias 17 a 26 de julho, com missas, novenas, procissão e festas nos bares, clubes e na praça da cidade.

As principais lendas são: o cavalo fantasma que anda pastando nas margens do rio Magu; a Mãe d'Água que canta e encanta no referido rio; cantos de tambores que no fim da tarde ecoam nas matas.

### **SANTO AMARO DO MARANHÃO**



#### **Histórico**

Trovão (2002) relata o depoimento prestado pelo Sr. Hilário Resende Ribeiro, 72 anos, um dos moradores mais antigos da cidade; o início da ocupação deu-se através dos jesuítas, que tinham sido expulsos de Tutóia, em virtude de ali terem desenvolvido já naquela época, grilagem. Viajando pelo interior dos Lençóis Maranhenses, os jesuítas, na desculpa da catequese, o que buscavam na realidade era ouro.

Nessas andanças resolveram fixar-se no local e construíram um rancho.

Depois, procuraram o proprietário das terras e pediram a doação do terreno, dizendo que todo o espaço que necessitavam correspondia ao traçado de um couro de boi, que espalharam no chão.

O proprietário aceitou e eles demarcaram o terreno em sua presença, tomando por base o tamanho do couro.

Depois que o proprietário foi embora, eles colocaram o couro dentro d'água e cortaram

em tiras muito finas, praticamente na espessura de uma linha e com o novelo adquirido foram demarcar o terreno. Fincaram mourões e iam espalhando as “linhas” de couro. Enquanto teve couro em linha o terreno foi demarcado, formando assim uma figura geométrica.

Como o lugar era muito distante da fazenda do proprietário, e a comunicação difícil, especialmente pelo grande vazio demográfico, só bem mais tarde o fazendeiro tomou conhecimentos do fato expulsando os jesuítas.

Perseguidos por soldados, os jesuítas penetraram nas dunas e depois de vários dias acamparam próximo a uma pequena elevação chamada Morro de Espia, onde mantinham um espião, que ao avistar a aproximação dos soldados, fugiram, acampando depois, definitivamente numa restinga próximo às dunas, onde o jesuíta mais antigo, de nome Amaro morreu. Assim, os demais deram ao lugar o nome de Santo Amaro em sua homenagem.

Depois de enterrar o jesuíta falecido, os demais se afastaram mais ou menos um quilômetro e ali, com malas de couro, enterraram todo o ouro e dinheiro (moeda) que levavam, num lugar que foi chamado de Canto do Inferno e foram embora; deixando, no entanto, o Sr. Alfredo, um português que os acompanhava e que gostou muito do lugar.

Tempos depois, José Joaquim dos Anjos que morava em São Luís, foi a Tutóia Velha. Ali chegando apaixonou-se por uma jovem do lugar, filha de um fazendeiro com a qual noivou, voltando, no entanto para São Luís, já que residia em Iguaíba. Um ano depois Joaquim voltou para Tutóia para casar, e na passagem, hospedou-se com Alfredo.

Por ter se identificado com o lugar, Joaquim foi buscar a esposa para morarem ali, mas a sua mãe que era viúva, não lhe deu a sua herança, entregando-lhe apenas 50 novilhas, 50 ovelhas e 50 cabras que José Joaquim levou para Santo Amaro, surgindo assim as três primeiras fazendas do lugar. Cajueiro, para a criação de bodes, Alto, para a criação de carneiros e a de gado, próximo ao que viria a ser mais tarde o povoado de Santo Amaro.

Pode-se considerar, portanto, o Sr. Joaquim como fundador da cidade, pois construiu ali uma igreja, marco inicial do lugarejo, para a qual o referido senhor adquiriu uma imagem de Santo Amaro.

Para facilitar o trabalho, Joaquim comprou quatro escravos; Carlos, Domingos, José Carlos e Emília, uma adolescente de 14 anos e que com a Lei Áurea foram libertados, embora Emília tenha continuado com os ex-senhores.

Como não teve filhos com a Sra. Ana Joaquina, sua esposa, Joaquim anos depois abandonou-a indo conviver maritalmente com Emília, ex-escrava, que lhe deu vários filhos, dentre os quais Raimundo Bruzaca e Gentil, ocasião em que o povoado já estava praticamente estruturado (TROVÃO,2002).

Santo Amaro do Maranhão foi elevado à categoria de município e distrito pela Lei Estadual Nº 6.127, de 10/11/1994, desmembrando-se de Primeira Cruz e instalado em 01/01/1997.

## **Turismo e Cultura**

Encravado nos Grandes Lençóis, o município possui diversos potenciais turísticos, destacam-se: rios, lagoas, lagos, comunidades tradicionais, dunas, campos, praias e trilhas.

Rios: Alegre, Grande e outros. O rio Alegre banha a cidade em vários pontos onde é possível se deliciar com banho em suas águas calmas e cristalinas; ao longo do dia este se transforma em um verdadeiro clube, com pessoas jogando futebol, vôlei ou simplesmente sentando em suas areias brancas para relaxar.

Lagoas: Gaivota, Andorinha, da Sonda, das Emendadas, da América, da Esperança e

outras. A lagoa da Gaivota é uma das maiores e mais belas, possuindo água límpida, cercada por grandes dunas de areia branca.

Povoados: Rio Grande, Travosa, Bebedouro, São Francisco, Ponta Verde, Betânia, Boa Vista, Queimada dos Britos e Baixa Grande, entre outras. Nessas comunidades tradicionais de trabalhadores rurais, pescadores e criadores, o visitante pode participar do plantio do caju e da mandioca para a produção de farinha, bolos e cachaça (tiquira). Além de poder aproveitar as dunas e riachos.

Lagos: Santo Amaro, Boa Vista, Bebedouro, Queimada dos Britos e outros. No lago de Santo Amaro, pode-se fazer passeios de barco e vislumbrar sua paisagem.

Espigão: trecho de dunas recortado pelo rio Alegre em meio à mata, possui muitas lagoas e pode-se fazer caminhadas por suas dunas.

Praia: o litoral é repleto de praias de areia branca, quase desertas, onde pode ser visualizado o oceano Atlântico e escassos ranchos de pescadores. Estas servem de base para alimentação e reprodução de inúmeras espécies de aves migratórias.

Trilhas: podem-se realizar inúmeras trilhas com motocicleta, quadriciclo e veículos com tração nas quatro rodas, em meio a vegetação de restinga, serpenteando no areião entre olhos d'água e buritizais.

Pôr do sol: assistir o pôr do sol entre as dunas é um espetáculo a parte, a medida que o sol se põe, o céu se enche de cores desde o amarelo até o vermelho, enchendo de paz as pessoas que o assistem.

A maior parte dos meios de hospedagem são pousadas domiciliares, que proporcionam um contato mais próximo do visitante com os moradores. Também é possível encontrar restaurantes familiares, que servem comida caseira.

Para o atendimento turístico o município conta com quinze pousadas, duas hospedarias, doze restaurantes e oito lanchonetes.

O artesanato é na maioria responsabilidade das mulheres que trabalham intensamente com as folhas de carnaubeira, das quais tecem chapéus, vassouras, esteiras e com a fibra das folhas do buritizeiro, com as quais confeccionam redes, chapéus, bolsas, tapetes, comercializando os produtos na própria cidade.

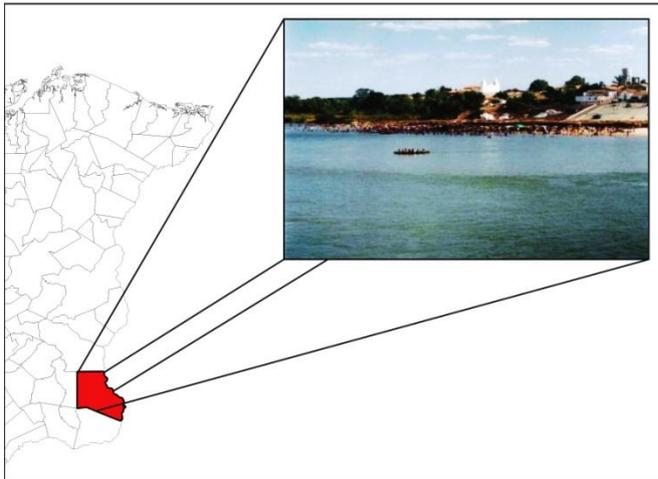
Na culinária, destacam-se os peixes em diversas modalidades, especialmente o surubim, o camarão da Malásia, camarão com salada e outros. Além dos doces de buriti e mirim feitos artesanalmente.

As principais manifestações folclóricas são as festas religiosas principalmente de São Sebastião e Nossa Senhora da Conceição, além das festas juninas com apresentações dos seguintes grupos: bumba-meu-boi sotaque de matraca e orquestra, tambor de crioula, quadrilhas, danças *country*, dança portuguesa, o cordão de São Gonçalo e outras.

As datas cívicas comemoradas são a Independência do Brasil com desfile das escolas estaduais e municipais e o aniversário da cidade. Realizam eventos como concurso de beleza, gincanas, festivais e o carnaval.

---

## **SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO**



## Histórico

Quando toda a região era coberta por uma grande mata o lugar era chamado Porto Redondo.

Os primeiros moradores chegaram ali em 1870 e, após a derrubada da mata, construíram rústicas cabanas dedicadas ao cultivo da terra.

Após alguns anos, chegaram às proximidades do local ocupado Eugenio Marques de Holanda e José Egídio Soares, que se estabeleceram à margem do rio

Parnaíba dedicando-se a pecuária e a agricultura, iniciando assim a povoação.

Em 1835 foi confirmada a criação da vila com o nome de Vila da Manga ou Iguará. Em 1843, pela Lei Provincial Nº 175, de 29 de novembro a sede da vila foi transferida para o povoado Olho d'Água; pela Lei Provincial Nº 203 de 14 de julho de 1845 a sede foi transferida para Vargem Grande.

Em 1860, verificando que a vila apresentava condições e capacidade para a vida política e autonomia administrativa, José Egídio Soares, Francisco Rodrigues Filho e os Irmãos João Afonso e Pedro Afonso da Fonsêca, doaram parte de suas terras para constituir o patrimônio do município a ser criado.

Em 1870 a vila foi transferida para São Francisco e, em 1924, pela Lei Estadual Nº 1.179, a vila foi elevada à categoria de cidade.

O Decreto Nº 820 de 30 de dezembro de 1943 mudou o nome do município para Iguaratinga, entretanto, em virtude de descontentamento geral da população, a Lei 203 de 17 de dezembro de 1948 retificou o nome para São Francisco do Maranhão a fim de evitar que mais de um município brasileiro tivesse o mesmo nome (IBGE, 1959).

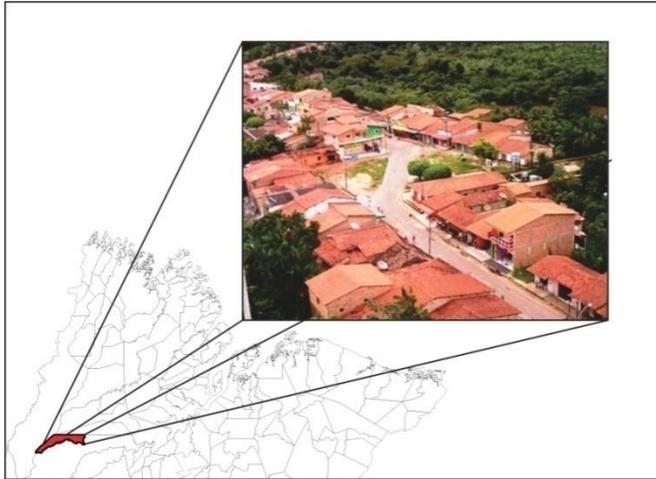
Inicialmente o município fazia parte da Comarca de Pastos Bons, mais tarde passou para a comarca de José dos Matões até que pela Lei Nº 1.372, de 1º de maio de 1836, foi elevado à categoria de comarca sob a denominação de Comarca de São Francisco do Maranhão. Na República foi reclassificado como Comarca pelo Decreto de 14 de janeiro de 1890, mantido pela Lei Estadual Nº 19 de 18 de outubro de 1892, depois foi transformado em Termo da Comarca de Flores (atual Timom) e depois de Caxias e Barão de Grajaú, readquirindo depois a sua condição de Comarca de São Francisco do Maranhão.

## Turismo e Cultura

Podem ser considerados como potenciais turísticos de grande relevância para o município, a praia do Velho Monge localizada as margens do rio Parnaíba; na época da baixa do rio acontecem eventos como jogos e shows atraindo turistas de varias parte do Estado.

Outros potenciais são: rio Parnaíba, carnaval com blocos de ruas e organizados, as festas juninas em homenagem a São João, morro da Arara e o balneário Cachoerinha, além do aniversário da cidade, comemorado no dia 10 de maio com alvorada, missa, café da manhã comunitário, corrida de jumentos, atletismo, ciclismo, gincana escolar, partidas de futebol e shows musicais.

## SÃO JOÃO DO CARU



### Histórico

A princípio essa era uma região ocupada apenas por povos nômades, os índios da etnia Awá Guajá, que tinham como costume explorar as margens dos rios e igarapés onde houvesse palmeiras de babaçu e caça.

Os primeiros exploradores começaram a chegar no início da década de 1960 e eram caçadores que passavam semanas nas proximidades do rio Caru, onde hoje é a praia dos festivais, e

percorriam veredas abertas onde atualmente é a rua Getúlio Vargas. No entanto, não fixaram morada, pois ano após ano, seguiam o curso rio acima, deixando suas marcas como cabanas abandonadas, limoeiros que nasceram das sementes que os mesmo jogavam fora. Inclusive após o início do povoamento, o caminho deixado por eles era chamado de vereda do limão, hoje chamada de rua Getúlio Vargas, ficando no entanto parte da mesma com o nome de rua do Limão.

Há ainda o histórico da passagem na região, no início da década, dos senhores Carlos Gomes e Caetano, que trabalhavam no local onde hoje é o povoado Seringal e que ali sempre pernoitavam.

Em 1965 o Senhor Aldenor Leôndidas Siqueira acompanhado de outros caçadores oriundos do povoado Barra do Caru, aportaram no lugar com o intuito de caçar, pescar e quebrar coco babaçu. Permaneceram por alguns dias e após explorar a região, o Sr. Aldenor chegou à conclusão de que esse era um lugar bom para se viver e decidido, chegando de volta à Barra do Caru, convocou os parentes e vizinhos para se mudarem para o local por ele descoberto e que considerava ideal para uma nova povoação. Um ano após, muitos tinham mudado de ideia, assim, em 17 de julho de 1966, às 14:30h, chegaram os primeiros moradores desse novo povoado, o Senhor Aldenor Leôndida Siqueira, sua esposa Joana Fernandes de Oliveira e seu irmão José Leônida Siqueira. No ano seguinte chegaram outras famílias dentre elas, a família do Senhor Faroal Leôndidas Siqueira, do Senhor Raimundo Nonato Siqueira, e do Senhor José Grande.

Como o objetivo era sobreviver da agricultura dentre outras atividades, lavraram suas primeiras roças de arroz que ficavam exatamente onde hoje é a rua do Comércio, que se estendia desde a esquina da rua do Porto onde fixaram sua moradia.

Nessa época, os índios tinham migrado para dois pontos: as margens do Rio Caru, hoje Porto Franco, e as margens do rio Turi por causa da chegada dos colonizadores e com o aumento significativo da população, consequências terríveis se tornaram inevitáveis. Um surto de gripe acometeu os índios que tinham se adaptado ao contato com os moradores do povoado, e com o isolamento e distância para os povoados mais próximos, morreram centenas de índios, chegando a dizimar famílias inteiras. Com a interferência de um casal de antropólogos, Fiorelo e Valéria

Aparício, conseguiram capturar e salvar da morte alguns índios, dentre eles os jovens Iapó Guajá e Jeí Guajá.

A princípio, o nome do povoado era Igarapé São João, visto estar próximo ao igarapé em cujas margens era abundante uma árvore chamada são-joão, que nomeou inicialmente ao igarapé e logo em seguida ao povoado. Só mais tarde passaram a denominar São João do Caru, por causa do rio Caru e sua importância para a população. Quanto ao igarapé São João, nessa época importante pela grande quantidade de peixes, era profundo e suas águas eram usadas para o consumo e para lavar roupa.

Com a chegada do Senhor Nonato Silveira em 1967, o mesmo empreendeu a construção da primeira congregação da Assembleia de Deus. Já a primeira capela da igreja Católica só foi construída em 1970 pelo Senhor João Miguel. A primeira missa celebrada em solo caruense ocorreu apenas em 1972. O catequista da época era o Senhor Abdias.

As viagens eram feitas de canoa e levavam em média quatro dias para o destino final que quase sempre era Alto Alegre do Pindaré. O rio ainda pouco explorado parecia uma estreita vereda envolta em muitas árvores. Com o tempo, após a retirada do excesso de árvores foi possível o tráfego de barcos movidos a motor. Como na época os barcos eram pequenos e descobertos, receberam o apelido de “periquito pelado”.

Uma atividade econômica que gerava renda para muitas famílias, além da agricultura, era a extração de madeira. Toras gigantes de cedro eram empurradas rio abaixo e seguidas por canoas até chegarem ao rio Pindaré, quando eram atreladas em forma de balsa e conduzidas até um local próximo ao povoado Bambu, município de Pindaré-Mirim, chamado Aterro, onde eram comercializadas. Todo o percurso entre São João do Caru e Aterro levava meses para ser concluído. O cedro antes abundante nessa região, infelizmente hoje está extinto.

Fatos marcantes ocorreram no desenrolar da história deste recém-criado povoado, como a tão famosa história do nambu contada pelos antigos moradores. O fato ocorreu em 1970 e um dos envolvidos, irmão do Senhor Aldenor, o Senhor Faroal, tornou-se vítima de um ato impensado que manchou de sangue a história do município.

Em 1978, na administração do senhor Miguel Meireles, prefeito de Bom Jardim, foi construída a estrada vicinal que liga São João do Caru à sede do município, atual MA 318. Um episódio marcou a finalização da construção: quando o trator que abria a estrada entrava em São João do Caru, trazia um senhor chamado Manoel Cândido que vinha soltando fogos, alegre com a chegada da estrada; aconteceu que o trator entrou em uma vala, o homem caiu e o trator tombou sobre ele, que morreu minutos depois.

Dentre os vultos da história do município pode-se citar dois grandes guerreiros: O Senhor José Abreu de Oliveira, mais conhecido como Marinheiro e o Senhor José Rodrigues Neto, conhecido como Dedeção.

O Senhor José Abreu de Oliveira fixou-se no pequeno povoado de São João do Caru, em 1970, aos 35 anos de idade e acabou exercendo importante papel na pacificação do povoado que, com a distância, o isolamento e o crescimento da população acabava cedendo espaço à violência. Assim, o Senhor Marinheiro, primeiro delegado do povoado, era procurado para resolver os problemas que surgiam e graças às suas qualidades de homem íntegro e respeitável, acabava aconselhando e pacificando as partes envolvidas. O mesmo foi eleito vereador em 1976 pelo município de Bom Jardim, chegando a ser o segundo vereador mais votado em todo o município, trazendo para São João do Caru benefícios tão necessários para o crescimento do povoado como escolas, pontes, mercado, posto de saúde, dentre outros.

Devido perseguições políticas, em 1978, Marinheiro partiu para a cidade de Vila Rondon-

PA, retornando em 1993 e lutando bravamente pela emancipação do povoado, elegeu-se vereador já pelo recém-criado município de São João do Caru fazendo parte da mesa diretora da primeira composição da Câmara Municipal de Vereadores como Vice-Presidente. Faleceu em 30 de setembro de 2003 deixando um rastro de muita luta, conquistas e dedicação ao município de São João do Caru, cidade que escolheu como terra-mãe.

São João do Caru foi elevado à categoria de município e distrito pela Lei Estadual Nº 6.125, de 10/11/1994, desmembrado de Bom Jardim e instalado em 01/01/1997.

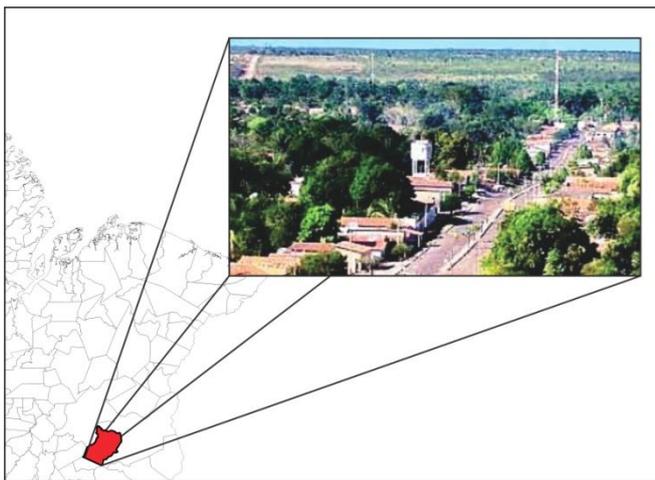
### **Turismo e Cultura**

Os principais eventos festivos são: desfile das escolas em homenagem a Independência do Brasil, o carnaval com bandas e blocos que percorrem as ruas da cidade e o festival do peixe.

O festival do peixe é uma festa tradicional no município, realizada às margens do rio Caru nas proximidades do centro da cidade; atrai milhares de turistas que podem degustar dos mais diversos tipos de peixes oferecidos pelas barracas montadas no local, se divertir tomando banho no rio e aproveitar os shows com cantores da terra e bandas.

Outros potenciais turísticos são: a festa em homenagem ao padroeiro do município São João Batista e o Rio Caru.

## **SÃO JOÃO DO SÓTER**



### **Histórico**

O município de São João do Sóter originou-se do povoado São João dos Poleiros, pertencente ao município de Caxias. Para os moradores mais antigos do povoado, onde hoje se situa a sede de São João do Sóter, as terras pertenciam ao Senhor Nicolau Fial, que segundo essas pessoas possuía um documento, expedido por D. Pedro I, conferindo-lhe a posse das terras.

Em 1852 as terras foram passadas ao Major Custódio, anos após o Major Custódio passou ao Major Norato Lima e quando este faleceu o seu filho Dr. Benedito Lima herdou-as.

Por volta de 1888, o sr. João Poleiro, lavrador oriundo de Caxias habitou na localidade com sua família e logo a mesma passou a ser chamada São João dos Poleiros. Nos anos de 1917 a 1920, Mariano Campos vindo de Caxias, esposo de Maria do Carmo Campos, natural do Ceará, comprou as terras do lado norte que compreende exatamente com a localização da sede do município de São João do Sóter, do Dr. Benedito Lima.

O Sr. Mariano Campos era ferreiro, e com os seus serviços atraía muita gente ao povoado, o que logo resultou em seu reconhecimento. Proporcionou a cultura da cana-de-açúcar e a construção de engenho, o que facilitou a criação de empregos para a população.

Na década de 1930, o senhor Mariano Campos faleceu deixando sua esposa Maria do Carmo Campos e seus filhos, Euclides, Sebastião e Eugênia. Sendo que os filhos Sebastião e Euclides também faleceram ainda jovens, ficando a filha Eugênia que logo se casou com o Sr. Sóter de Sousa Mendes, tropeiro a serviço do sr. Pedro Jaime, dono do povoado Alegria.

Em 1971, Sóter faleceu na cidade de São Paulo, e o seu filho Carlito Mendes deu continuidade aos projetos de sua família, trazendo vários benefícios para o povoado, instalando, em 1975, o primeiro poço que passou a fornecer água encanada na localidade, aumentou a plantação da cana-de-açúcar e criação de gado, construiu uma granja e criou condições de emprego aos moradores do povoado.

Em 1981, o Dr. Carlito Mendes levou energia elétrica para a localidade São João dos Poleiros e, na década de 1980, vendeu o povoado para o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que loteiou aos moradores lotes urbanos e lotes rurais.

O Processo de povoamento do município de São João do Sóter acentuou-se na década de 1980, quando o INCRA passou a fazer loteamentos na área urbana, tendo um aumento significativo após a década de 1990; quando houve um processo de migração para a sede da então cidade, favorecida pelas ações do município e a criação de empregos municipais através da prefeitura, dado o seu desmembramento de Caxias, através da Lei Nº 6.157 de 10/11/1996.

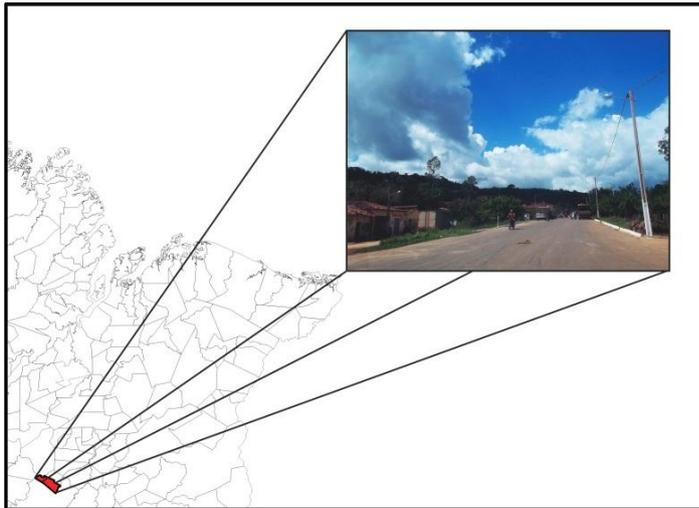
## **Turismo e Cultura**

Os principais eventos culturais são o desfile de Sete de Setembro, aniversário da cidade no dia 24 de junho, as festas juninas com quadrilhas locais e da região, além da apresentação do Boi Prometido, que é um dos principais grupos folclórico do município.

Outra atividade que atrai diversas pessoas para o município é o festejo em homenagem a São Francisco de Assis que ocorre no povoado Alto do São Francisco no período de 25 de setembro a 4 de outubro. Referido festejo é realizado há mais de sessenta anos na comunidade e, devido sua grande importância, montou-se um santuário para São Francisco; um espaço que durante as festas conta com barracas de comidas típicas, bares, lojas de artesanatos, espaço para shows e a imagem do santo, com 26,60m de altura.

## **SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA**

---



### Histórico

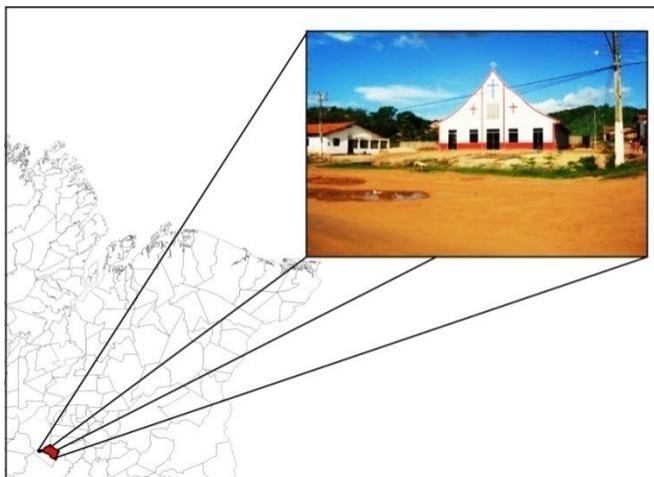
O município de São Raimundo do Doca Bezerra foi criado pela Lei Nº 6.193, de 10 de novembro de 1994, com sede no povoado São Raimundo do Doca Bezerra, desmembrado do município de Esperantinópolis.

### Turismo e Cultura

Podem ser consideradas como atrações turísticas: a festa do padroeiro do município, diversos festejos religiosos

que ocorrem no decorrer do ano, os festejos juninos, o carnaval e o aniversário da cidade, com vasta programação cultural e shows.

## SÃO ROBERTO



### Histórico

A partir do século XX, em meados de 1925 a 1932, vieram para a localidade os maranhenses Rafael Castro da Silva e sua esposa Emilia Nava e os irmãos Roberto e Chismundo. Seu filho mais velho Lúcio Nava e irmãos, José do Baixão e seus filhos João do Baixão, Manoel do Baixão, Pedro Alves e os irmãos Zeca e Chico Alvino que foram trabalhar na agricultura, ao Oeste do atual povoado de São Roberto. Abriram estradas ao Oeste do povoado Furo da

Pipa, hoje atual São Salvador. Nessa trajetória saíram a caça e chegaram a uma bela lagoa de águas cristalinas rica em fauna e flora, e resolveram construir ali suas casas, pois havia muita caça e muita madeira. Fizeram roças, pois era uma terra próspera, tudo que plantava dava. Um terço do município é terra de babaçuais, o restante são matas.

Pode se considerar que das famílias que formaram o povoado de São Roberto a família Nava é a principal, pois as demais se espalharam para todos os lados do município; apenas essa família permaneceu na localidade.

Nos anos de 1940, 1950 e 1960 ocorreram alguns fatos como: a corrida por terra, que fez com que as famílias brigassem entre si, pois as mesmas eram férteis para a plantação de arroz, feijão, milho e algodão. Já nas décadas de 1970 a 1980 houve a chegada das igrejas: Primeira Igreja Batista, Assembleia de Deus e a Igreja Católica.

Com o crescimento socioeconômico e geopolítico do povoado de São Roberto, o local começou a desenvolver e se fortalecer; com a criação de cidades pelo governo, São Roberto

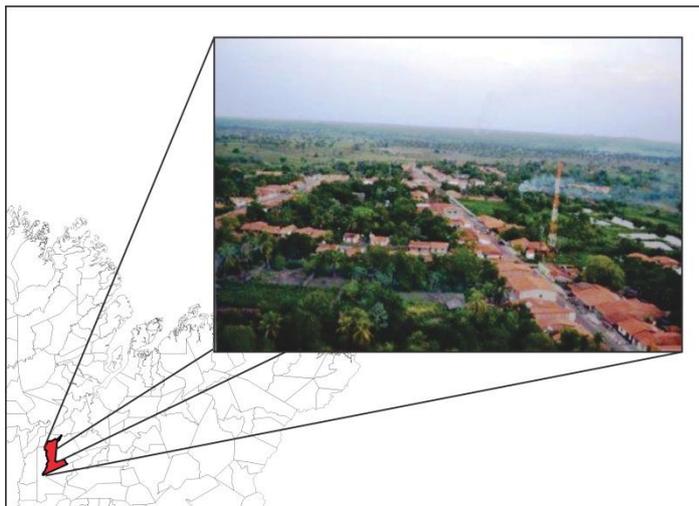
tornou-se município. Uma grande figura no município foi a senhora Antônia Pereira Silva, mulher guerreira do meio sindical e religioso e vereadora de Esperantinópolis, que tanto representou o povoado São Roberto. Outra figura importante foi o deputado Remy Soares que apresentou o projeto de emancipação política de São Roberto. Esse projeto deu entrada na Assembleia Legislativa do Estado em outubro de 1992. Baseado nele, aconteceu a eleição para o plebiscito de São Roberto no dia 19/06/1994 com a seguinte estatística: 1.210 votos a favor e 63 contra a criação do município; no dia 10 de novembro de 1994, foi sancionada a Lei Nº 6.188, pelo então governador do Estado do Maranhão, José de Ribamar Fiquene, criando o novo município.

### **Turismo e Cultura**

Os principais eventos culturais são: vaquejadas, festa com bandas no dia da independência do Brasil, os Jogos Escolares que duram sete dias com as modalidades de atletismo, jogos de futsal, *society*, dama, futebol, handebol, *voley* e queimada.

## **SATUBINHA**

---



### **Histórico**

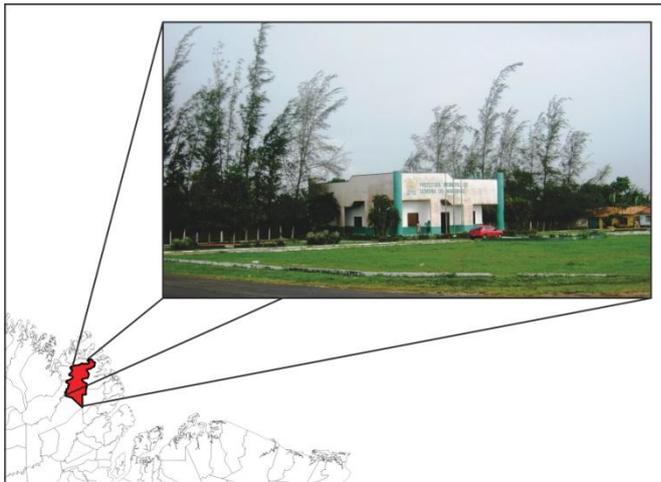
O município de Satubinha foi criado pela Lei Estadual Nº 6.172, de 10 de novembro de 1994, desmembrado do município de Pio XII. O nome do novo município deriva da família Setúbal, proprietária de várias fazendas da região que deu origem a cidade.

### **Turismo e Cultura**

Podem ser consideradas como atrações turísticas: a festa do padroeiro do município, diversos festejos religiosos que ocorrem no decorrer do ano, os festejos juninos, o carnaval e o aniversário da cidade, com vasta programação cultural e shows.

## **SERRANO DO MARANHÃO**

---



## Histórico

O município Serrano do Maranhão tem a sua origem ligada ao Engenho União, de produção de aguardente e açúcar bruto (mascavo), de propriedade do Sr. Bernardo Vieira.

Com a abolição da escravatura, o proprietário do engenho o desativou, vendeu as máquinas e não permitiu que os negros continuassem nas suas terras. Esses, por sua vez, espalharam-se pelas imediações de todo o espaço rural ainda

desabitado e construíram esparsamente as suas cabanas, dedicando-se à agricultura. Ressalta-se que o local preferido foi o das imediações do rio Turiaçu, pela fertilidade das terras e pela facilidade de comercialização dos seus produtos, o que deu origem a um povoado.

Com o aumento da produção, a área começou a ser visitada sistematicamente pelo senhor Raimundo Arcângelo Nascimento, comerciante ambulante de Estiva - lugar próximo a Bacuri. À época, Raimundo Arcângelo vinha trocar produtos industrializados pela produção agrícola. A prosperidade comercial de Raimundo Arcângelo influenciou para que ele comprasse terras na região, às quais adquiriu do filho de Augusto Lima, antigo feitor da fazenda União.

Depois de instalado, o sr. Raimundo estimulou os produtores para se mudarem para próximo do seu comércio; estratégia usada para controlar a produção e facilitar a comercialização, com maior destaque para a primeira. Os primeiros imigrantes se aglomeraram em um local que ficou conhecido como Grajaú, nome dado em virtude das mulheres brigarem bastante e ser a cidade Grajaú, no sertão maranhense, na época, famosa pelas brigas entre brancos e índios.

Uma vez que todos os habitantes do lugar dirigiam-se para Santa Vitória, um lugar bastante distante, para batizar seus filhos, o Sr. Raimundo mandou construir uma capela, que dedicou a São Paulo, nome que deu ao seu sítio, construindo também, com a colaboração do povo, um cemitério. A próspera agricultura da área destacava-se na produção de gergelim, algodão, arroz, feijão, babaçu e outros produtos.

O algodão saía beneficiado por um comerciante que tinha uma fábrica de descaroçamento. Toda produção era exportada para São Luís através do porto fluvial Barrica, à margem do rio Turiaçu. Segundo as declarações de um entrevistado, existia na região, um canal conhecido como Igarapé União, com aproximadamente 6 metros de largura e 1,5 km de comprimento (atualmente assoreado), unindo a Fazenda União ao rio Turiaçu e que servia para escoar, através da navegação a produção da fazenda e receber mercadorias de outros lugares, além de transportar pessoas.

O primeiro nome do povoado foi Serrano Grande, modificado depois para Serrano. As suposições do informante é que o nome deve ter relações com o Serraninho, povoado rural cercado de morros nas imediações de Madragoa, atualmente sobre a jurisdição de Bacuri e que, para caracterização da importância do local na época, chamaram-no de Serrano Grande, tanto que ao intitular a sua casa de São Pedro, o fundador terminou aceitando o nome dado pelo povo "Paulista do Serrano".

O município de Serrano do Maranhão foi criado no dia 10 de novembro de 1994 pela Lei

Estadual Nº 6.192, sendo seu território desmembrado de Cururupu.

### **Turismo e Cultura**

Podem ser consideradas como atrações turísticas: a festa de São Paulo, padroeiro do município, os festejos de Santa Maria e Santo Antônio, o bumba-meu-boi com ritmo de costa-de-mão; as danças juninas como quadrilha, portuguesa e *country* e a festa da juçara. Para o lazer dispõem de um campo de futebol, e de um clube.

Quadro 1 - Síntese dos aspectos, populacionais, culturais e turísticos.

Ranking IDHM	Município	Data de Criação	Origem	População			Predominância Étnica	População Tradicional	Economia		Potencial Turístico
				Total	Urbana	Rural			Tradicional	Atividade Produtiva	
1	Fernando Falcão	10/11/1994	Barra do Corda	9.241	16%	84%	Caboclos	Áreas Indígenas	Pecuária	Agropecuária	Vaquejada, Serras, Cachoeiras, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
2	Marajá do Sena	10/11/1994	Paulo Ramos	8.051	14%	86%	Caboclos	-	Agricultura	Agricultura	Serras, Vales, Festas Junina, Religiosas e Carnaval
3	Jenipapo dos Vieiras	10/11/1994	Barra do Corda	15.440	16%	84%	Caboclos	Áreas Indígenas	Pecuária	Agropecuária	Vaquejada, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
4	Satubinha	10/11/1994	Pio XII	11.990	30%	70%	Caboclos	-	Agricultura	Agropecuária	Vaquejada, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
5	Água Doce do Maranhão	10/11/1994	Araíóses	11.581	27%	73%	Branços	-	Pesca	Agricultura e Pesca	Delta do Parnaíba, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
6	Lagoa Grande do Maranhão	10/11/1994	Lago da Pedra	10.517	52%	48%	Caboclos	-	Agricultura	Agropecuária	Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
7	São João do Caru	10/11/1994	Bom Jardim	12.309	51%	49%	Caboclos	Áreas Indígenas	Agricultura	Agropecuária	Vaquejada, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
8	Santana do Maranhão	10/11/1994	São Bernardo	11.661	16%	84%	Branços	-	Agricultura	Agropecuária	Balneários, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
9	Primeira Cruz	28/07/1947	Humberto de Campos	13.954	31%	69%	Pardos	-	Pesca	Pesca e Agricultura	Cidade Histórica, Lençóis Maranhenses, Festas juninas, Religiosas e Carnaval
9	Arame	15/03/1988	Santa Luzia e Grajaú	31.702	40%	60%	Caboclos	Áreas Indígenas	Pecuária	Agropecuária	Vaquejada, Torneios Esportivos, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
9	Belágua	10/11/1994	Urbano Santos	6.524	50%	50%	Pardos	-	Agricultura	Agricultura	Balneários, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
9	Conceição do Lago-Açu	10/11/1994	Vitória do Mearim	14.436	48%	52%	Pardos	-	Pesca	Pesca e Agricultura	Campos, Lagos, Canoagem, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
13	Aldeias Altas	26/12/1961	Caxias	23.952	57%	43%	Caboclos	Quilombolas	Agricultura	Agropecuária	Balneários, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
14	Pedro do Rosário	10/11/1994	Pinheiro	22.732	26%	74%	Pardos	Quilombolas	Pesca	Agropecuária e Pesca	Campos, Lagos, Festas Junina, religiosas e Carnaval
14	São Raimundo do Doca Bezerra	10/11/1994	Esperantinópolis	6.090	28%	72%	Caboclos	-	Agricultura	Agropecuária	Vaquejada, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
14	São Roberto	10/11/1994	Esperantinópolis	5.957	48%	52%	Caboclos	-	Agricultura	Agropecuária	Vaquejada, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
17	São João do Sóter	10/11/1994	Caxias	17.238	39%	61%	Caboclos	-	Agricultura	Agropecuária	Vaquejada, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
18	Centro Novo do Maranhão	10/11/1994	Carutapera	17.622	31%	69%	Caboclos	Áreas Indígenas	Agricultura e Extrativismo Vegetal	Agropecuária e Extrativismo Mineral	Rio Gurupi, Floresta, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
18	Itaipava do Grajaú	10/11/1994	Grajaú	14.297	30%	70%	Caboclos	Áreas Indígenas	Pecuária	Agropecuária	Vaquejada, Rios, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
18	Santo Amaro do Maranhão	10/11/1994	Primeira Cruz	13.820	26%	74%	Pardos	-	Pesca	Agricultura e Pesca	Lençóis Maranhenses, Lagoas, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
21	Brejo de Areia	10/11/1994	Altamira do Maranhão	5.577	51%	49%	Caboclos	-	Agricultura	Agropecuária	Rios, Lagos, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
21	Serrano do Maranhão	10/11/1994	Cururupu	10.940	39%	61%	Negros	Quilombolas	Agricultura	Agricultura	Ruínas de Engenho, Rio Turiaçu, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval

Ranking IDHM	Município	Data de Criação	Origem	População			Predominância Étnica	População Tradicional	Economia		Potencial Turístico
				Total	Urbana	Rural			Tradicional	Atividade Produtiva	
23	Amapá do Maranhão	10/10/1995	Carutapera, Luís Domingues e Godofredo Viana	6.431	75%	25%	Pardos	-	Agricultura e Extrativismo Mineral	Agropecuária	Vaquejada, Fazendas, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
24	Araioses	15/05/1893	Tutóia	42.505	28%	72%	Branços	-	Pesca	Agricultura e Pesca	Delta do Parnaíba, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
24	Governador Newton Bello	10/11/1994	Zé Doca	11.921	36%	64%	Caboclos	-	Pecuária	Agropecuária	Vaquejada, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
26	Cajari	14/06/1925	Penalva, Pindaré-Mirim e Vitória do Mearim	18.338	23%	77%	Pardos	Quilombolas	Pesca e Pecuária	Agropecuária e Pesca	Lagos, Campos, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
27	Santa Filomena do Maranhão	10/11/1994	Tuntum	7.061	32%	68%	Caboclos	-	Pecuária	Agropecuária	Vaquejada, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
28	Milagres do Maranhão	10/11/1994	Santa Quitéria do Maranhão e Brejo	8.118	22%	78%	Caboclos	-	Agricultura	Agropecuária	Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
29	São Francisco do Maranhão	14/07/1870	Pastos Bons	12.146	34%	66%	Caboclos	-	Pecuária	Agropecuária	Serras, Vales, Rio Parnaíba, Festas Juninas, Religiosas e Carnaval
30	Afonso Cunha	10/10/1959	Coelho Neto	5.905	55%	45%	Pardos	-	Agricultura e Extrativismo Vegetal	Agropecuária	Festas Juninas, Religiosas e Carnaval

Fonte: IMESC

## 5 INDICADORES DO IDHM DOS 30 MUNICÍPIOS COM MENOR IDH

### 5.1 Eixo Educação

A educação constitui um dos eixos utilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD para avaliar o desenvolvimento humano através do **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**.

Fundamentado nos pressupostos estabelecidos no IDH, o **Plano de Ação Mais IDH**, em seu eixo educação, tem por objetivo central a elevação da qualidade das escolas no Maranhão. Através do Decreto Nº 30.620 de 02 de janeiro de 2015 instituiu o Programa “**Escola Digna**” que será desenvolvido de forma integrada pelo Governo do Estado por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC em regime de pactuação com os Municípios-alvo.

O Programa tem por objetivo propiciar às crianças, jovens, adultos e idosos atendidos pelo Sistema Público de Ensino dos Municípios, o acesso à infraestrutura necessária para as suas formações como cidadãos livres, conscientes e preparados para atuar profissionalmente nos mais diversos campos da atividade social.

Com o intuito de fornecer informações para o desenvolvimento do Plano Mais IDH, selecionou-se uma série de indicadores para a elaboração deste Diagnóstico Preliminar, cujo objetivo é tornar mais holístico a realidade dos 30 municípios com menor IDHM selecionados pelo Plano.

Dentre os diversos indicadores estão: o nível de instrução da população, como taxa de analfabetismo e pessoas de 18 anos ou mais com Ensino Médio completo; demanda e oferta de ensino, como número de matrículas, quantidade de escolas e de professores; infraestrutura das escolas, como local de funcionamento e serviços básicos e; desempenho, como IDEB e Distorção Idade/Série.

Destaca-se que os indicadores selecionados relacionam-se, não somente com os programas educacionais em desenvolvimento, mas também com os indicadores utilizados no cálculo da dimensão IDHM-E, funcionando, portanto, como proxy da avaliação do nível de desenvolvimento da educação no Maranhão. Destaca-se ainda, que as informações analisadas a seguir, foram coletados de fontes oficiais (IBGE, SEDUC/MA e INEP) e sistematizadas em formas de gráficos, mapas e tabelas produzidas no IMESC.

É importante destacar que neste relatório preliminar os indicadores foram trabalhados de forma que expressassem um panorama geral dos 30 municípios de menor IDHM no Estado. No

Diagnóstico Avançado, entretanto, os indicadores serão trabalhados de forma intramunicipal (setores censitários), o que permitirá conhecer e entender melhor a estrutura educacional dos municípios em destaque.

**Quadro 2 – Painel de Indicadores do Eixo Educação**

EIXO EDUCAÇÃO : Secretaria de Educação - SEDUC/MA					
DIAGNOSTICO PRELIMINAR	DIAGNOSTICO AVANÇADO (*Informações por Setor Censitário do IBGE)	FONTE SECUNDÁRIA	FONTE PRIMÁRIA	ÚLTIMA INF.	OBSERVAÇÕES
IDHM-E		PNUD;FJP; IPEA		2010	4 anos de defasagem
Taxa de analfabetismo	*Taxa de analfabetismo	IBGE		2010	4 anos de defasagem
Número de Matrículas na Educação Básica	*Número de Matrículas na Educação Básica	SEDUC; INEP		2012	1 ano de defasagem
	*Quantidade de creches	SEDUC; INEP		2012	1 ano de defasagem
Número de Funções Docentes, segundo o Grau de Formação		SEDUC; INEP		-	1 ano de defasagem
Número de Escolas Segundo a Forma de Ocupação e Local de Funcionamento	*Número de Escolas Segundo a Forma de Ocupação e Local de Funcionamento	SEDUC; INEP		2013	1 ano de defasagem
Número de Escolas Segundo a Forma de Consumo e Abastecimento de Água, Tratamento de Esgoto Sanitário e a Destinação do Lixo, Forma de Fornecimento de Energia Elétrica	*Número de Escolas Segundo a Forma de Consumo e Abastecimento de Água, Tratamento de Esgoto Sanitário e a Destinação do Lixo, Forma de Fornecimento de Energia Elétrica	SEDUC; INEP		-	1 ano de defasagem
IDEB nos anos iniciais e finais do ensino fundamental	*IDEB nos anos iniciais e finais do ensino fundamental	SEDUC; INEP		-	1 ano de defasagem
Taxa de Distorção Idade/série por modalidade de Ensino	*Taxa de Distorção Idade/série por modalidade de Ensino	SEDUC; INEP		-	1 ano de defasagem
	*Número de escolas que aderiram ao programa de correção do Fluxo escolar	SEDUC; INEP		-	1 ano de defasagem
Taxa de abandono	*Taxa de abandono	SEDUC; INEP		-	1 ano de defasagem
	*Número de alunos que com Transporte escolar	SEDUC; INEP		-	1 ano de defasagem
	Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)	SEDUC; INEP		-	1 ano de defasagem
	Desempenho no Enem	SEDUC; INEP		-	1 ano de defasagem
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA)	*Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA)	SEDUC; INEP		2010	1 ano de defasagem

Fonte: IMESC

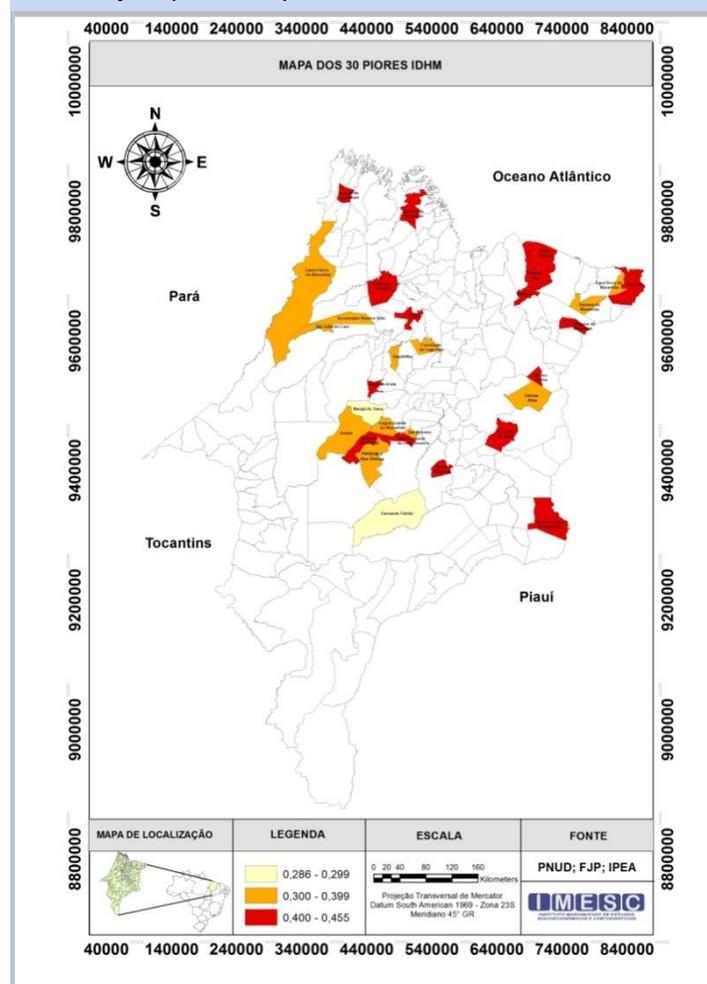
O índice de Desenvolvimento Municipal da Educação - IDHM-E do Maranhão, calculado a partir dos dados censitários de 2010, encontra-se na faixa, estabelecida pelo PNUD, de baixo desenvolvimento (0,499 a 0,599). Situando-se na 19ª posição no ranking estadual, permanece abaixo do indicador do plano nacional (0,637) que é de médio desenvolvimento (0,599 – 0,699).

Quanto aos 30 municípios com menor IDHM do Estado, observa-se que todos possuem IDHM-E inferior ao índice estadual (**Gráfico 1**).

**Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Humano da Educação (IDHM-E) - 2010**



**Mapa 1 - Índice de Desenvolvimento Humano da Educação (IDHM-E) - 2010**



Dentre os subíndices que compõem o IDHM-E, estão: **A escolaridade da população adulta** e **O fluxo escolar da população jovem**. **A escolaridade da população adulta** é medida pelo percentual da população de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo. Já **o fluxo escolar da população jovem** é medido pela média aritmética (1) do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola; (2) do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental regular; (3) do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; e (4) do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

De acordo com esses parâmetros, verifica-se que a escolaridade da população adulta é o indicador que se encontra em situação mais crítica em todos os 30 municípios com menor IDHM do Estado.

**Gráfico 2 - Fluxo escolar da população jovem - 2010**



Fonte: IBGE

**Gráfico 3 - Escolaridade da população adulta - 2010**



Fonte: IBGE

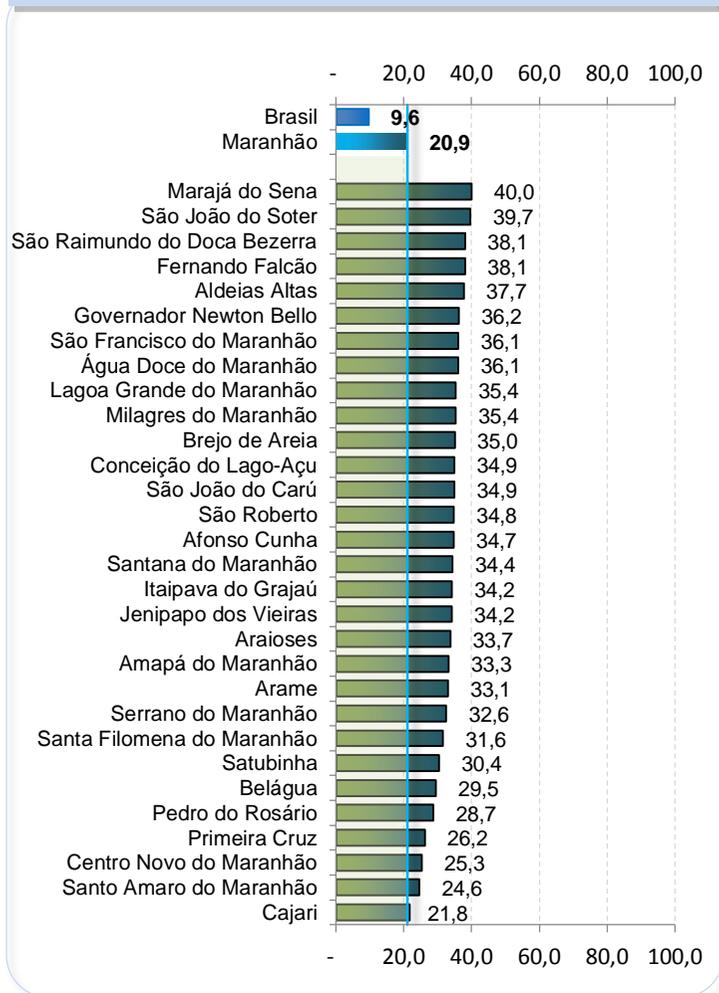
Como a **escolaridade da população adulta** reflete o funcionamento do sistema educacional em períodos passados e considera que a população adulta deveria ter completado, pelo menos, o ensino fundamental, observa-se que para melhorar o IDHM dos 30 municípios é preciso atenção nas modalidades educacionais voltadas para a população adulta (**Gráfico 2**).

O **fluxo escolar da população jovem**, apesar de está em melhor situação, também precisa de atenção. Destaca-se que a entrada no sistema educacional no período correto, associado aos meios necessários para garantir a permanência da criança na escola, o aprendizado e consequentemente o fluxo do ensino na idade-série adequada, são fatores imprescindíveis para elevar o desenvolvimento humano nesses municípios (**Gráfico 3**).

O Maranhão, com taxa de analfabetismo quase duas vezes maior que a do Brasil, destaca-se negativamente como o 4º Estado com pior posicionamento no ranking. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, são 946.441 habitantes com 15 anos ou mais de idade nessa condição.

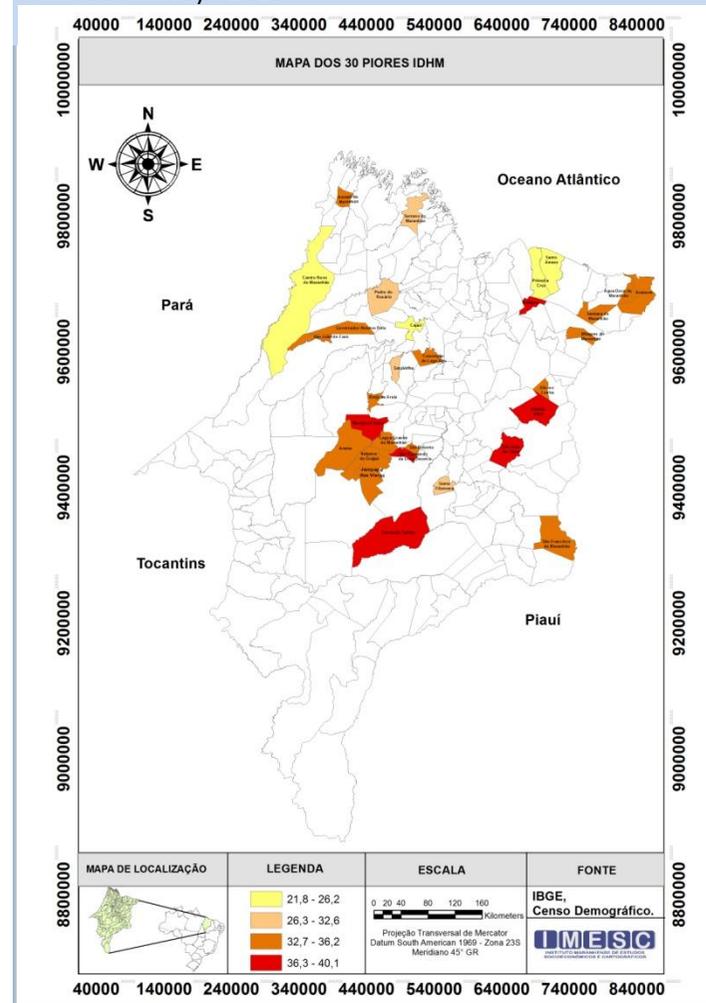
Quanto aos trinta municípios com menor IDHM do Estado, observa-se que todos possuem taxa de analfabetismo acima da média estadual. Para que todos os 30 municípios atingissem taxa de analfabetismo equivalente à média estadual, seria necessário alfabetizar, nesses municípios, 55.179 residentes (**Gráfico 4**).

**Gráfico 4 - Taxa de analfabetismo (Pessoas de 15 anos ou mais) - 2010**



Fonte: IBGE

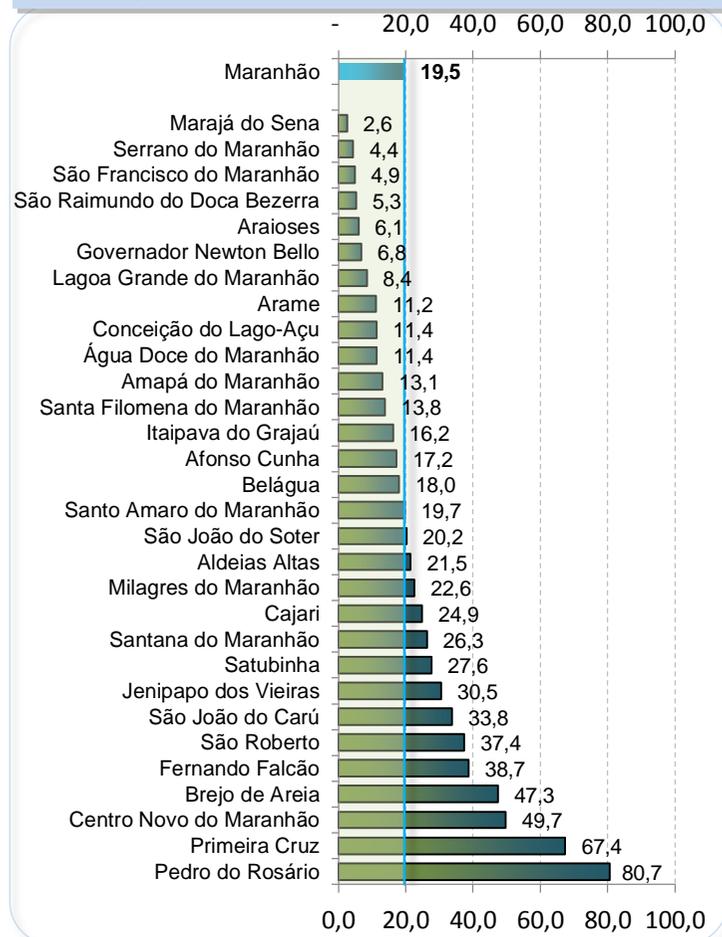
**Mapa 2 - Taxa de analfabetismo (Pessoas de 15 anos ou mais) - 2010**



A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio. A idade mínima para ingresso na EJA é de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. Nesse sentido a EJA apresenta-se como mecanismo de redução da distorção Idade-Série e como redutor da taxa de analfabetismo nos municípios.

No Maranhão, havia 184.908 pessoas matriculadas na EJA em 2013. Destas, 18.998 (10,3%) estão matriculadas em escolas dos 30 municípios com menor IDHM Estadual. Considerando que 9,1% das pessoas analfabetas residem nesses 30 municípios, o número de matrículas na EJA apresenta-se como favorável a redução do analfabetismo nessas localidades (**Gráfico 5**).

**Gráfico 5 - Número de matrículas na EJA em 2013, em relação ao número de analfabetos em 2010 (%)**



Fonte: SEDUC

**Tabela 1 - Número de matrículas na EJA em 2013, em relação ao número de analfabetos em 2010 (%)**

Municípios	Rural		Urbana		Zona Rural Total	Zona Urbana Total
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio		
Afonso Cunha	189	-	31	-	189	31
Água Doce do Maranhão	273	-	50	-	273	50
Aldeias Altas	247	-	813	181	247	994
Amapá do Maranhão	6	-	168	-	6	168
Araioses	395	-	174	19	395	193
Arame	483	-	251	-	483	251
Belágua	222	-	38	-	222	38
Brejo de Areia	322	-	261	-	322	261
Cajari	590	-	53	-	590	53
Centro Novo do Maranhão	781	-	578	-	781	578
Conceição do Lago-Açu	-	-	349	-	-	349
Fernando Falcão	788	-	52	-	788	52
Governador Newton Bello	-	11	144	34	11	178
Itaipava do Grajaú	316	-	182	-	316	182
Jenipapo dos Vieiras	758	-	246	-	758	246
Lagoa Grande do Maranhão	69	-	128	-	69	128
Marajá do Sena	31	-	20	-	31	20
Milagres do Maranhão	277	-	128	-	277	128
Pedro do Rosário	2.724	-	508	37	2.724	545
Primeira Cruz	605	-	906	-	605	906
Santa Filomena do Maranhão	140	-	62	-	140	62
Santana do Maranhão	495	-	196	-	495	196
Santo Amaro do Maranhão	353	-	59	-	353	59
São Francisco do Maranhão	100	-	50	-	100	50
São João do Carú	572	-	190	126	572	316
São João do Soter	513	-	371	-	513	371
São Raimundo do Doca Bezer	49	-	32	-	49	32
São Roberto	277	-	154	87	277	241
Satubinha	557	-	76	-	557	76
Serrano do Maranhão	38	-	63	-	38	63

Fonte: SEDUC

Em relação ao número de matrículas na educação básica, observa-se que nos 30 municípios de menor IDHM do Estado há ausência de escolas federais. Destaca-se também a pequena participação das matrículas na esfera privada, o que pode ser explicado pela reduzida renda média prevalente nos municípios-alvo, menos atrativa para empreendimentos escolares. Percebe-se, ainda, uma elevada discrepância entre o número de matrículas do ensino fundamental e o número de matrículas do ensino médio, sugerindo carência na oferta de ensino médio nessas áreas.

**Tabela 2 - Número de Matrículas na Educação Básica por Etapa e Modalidade de Ensino - 2013**

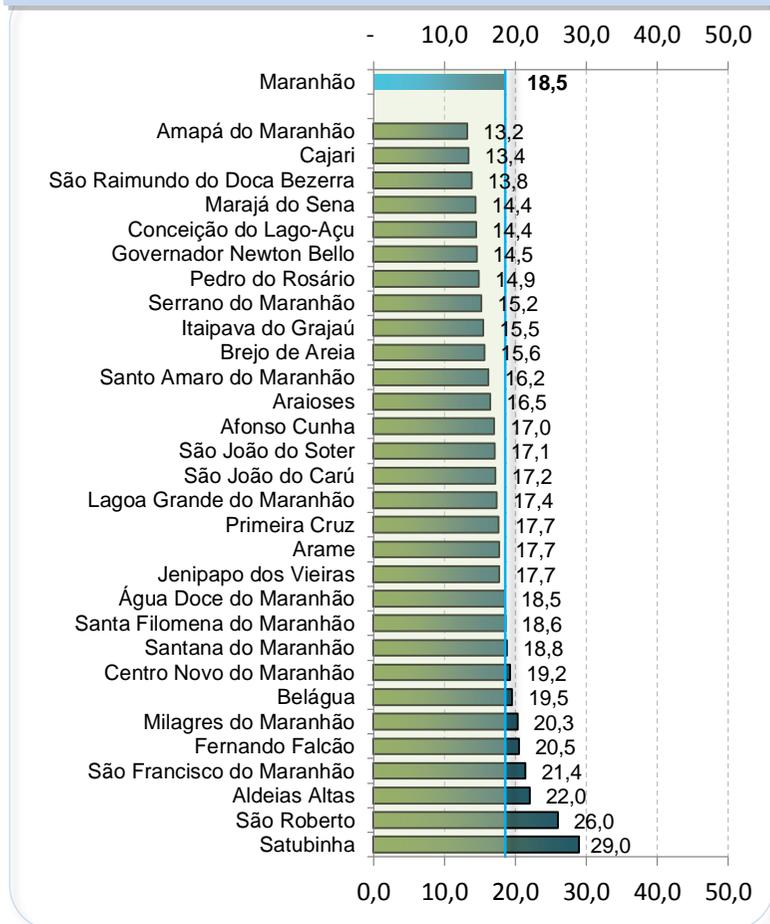
Município	Educação Infantil Creche	Educação Infantil Pré-Escola	Educação Infantil Total	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos Fundamental	Educação de Jovens e Adultos Médio	Educação de Jovens e Adultos Total	Educação Profissional	Total
Afonso Cunha	63,0	341,0	404,0	1.116,0	807,0	1.923,0	330,0	-	220,0	-	220,0	-	2.877,0
Água Doce do Maranhão	102,0	478,0	580,0	1.412,0	945,0	2.357,0	705,0	71,0	323,0	-	323,0	-	4.036,0
Aldeias Altas	551,0	1.023,0	1.574,0	3.585,0	2.239,0	5.824,0	501,0	-	1.060,0	181,0	1.241,0	-	9.140,0
Amapá do Maranhão	138,0	273,0	411,0	981,0	679,0	1.660,0	418,0	-	174,0	-	174,0	-	2.663,0
Araioses	-	1.463,0	1.463,0	4.391,0	3.636,0	8.027,0	1.792,0	241,0	569,0	19,0	588,0	-	12.111,0
Arame	-	1.994,0	1.994,0	4.677,0	3.260,0	7.937,0	1.251,0	-	734,0	-	734,0	-	11.916,0
Belágua	122,0	471,0	593,0	1.326,0	814,0	2.140,0	406,0	-	260,0	-	260,0	-	3.399,0
Brejo de Areia	292,0	415,0	707,0	1.556,0	1.224,0	2.780,0	394,0	-	583,0	-	583,0	-	4.464,0
Cajari	-	896,0	896,0	2.384,0	1.665,0	4.049,0	507,0	-	643,0	-	643,0	-	6.095,0
Centro Novo do Maranhão	254,0	777,0	1.031,0	2.239,0	1.965,0	4.204,0	1.258,0	-	1.359,0	-	1.359,0	-	7.852,0
Conceição do Lago-Açu	215,0	722,0	937,0	2.376,0	1.408,0	3.784,0	445,0	-	349,0	-	349,0	-	5.515,0
Fernando Falcão	38,0	553,0	591,0	1.695,0	1.081,0	2.776,0	388,0	-	840,0	-	840,0	-	4.595,0
Governador Newton Bello	53,0	493,0	546,0	1.249,0	898,0	2.147,0	299,0	-	144,0	45,0	189,0	-	3.181,0
Itaipava do Grajaú	-	726,0	726,0	1.943,0	1.612,0	3.555,0	589,0	-	498,0	-	498,0	-	5.368,0
Jenipapo dos Vieiras	114,0	754,0	868,0	3.391,0	3.235,0	6.626,0	800,0	-	1.004,0	-	1.004,0	-	9.298,0
Lagoa Grande do Maranhão	14,0	504,0	518,0	1.658,0	1.315,0	2.973,0	362,0	-	197,0	-	197,0	-	4.050,0
Marajá do Sena	17,0	455,0	472,0	1.207,0	768,0	1.975,0	93,0	-	51,0	-	51,0	-	2.591,0
Milagres do Maranhão	220,0	302,0	522,0	812,0	571,0	1.383,0	227,0	-	405,0	-	405,0	-	2.537,0
Pedro do Rosário	251,0	1.190,0	1.441,0	3.157,0	2.492,0	5.649,0	770,0	-	3.232,0	37,0	3.269,0	-	11.129,0
Primeira Cruz	445,0	386,0	831,0	1.704,0	1.298,0	3.002,0	397,0	-	1.511,0	-	1.511,0	-	5.741,0
Santa Filomena do Maranhão	29,0	358,0	387,0	736,0	639,0	1.375,0	266,0	-	202,0	-	202,0	-	2.230,0
Santana do Maranhão	158,0	342,0	500,0	987,0	954,0	1.941,0	437,0	-	691,0	-	691,0	-	3.569,0
Santo Amaro do Maranhão	141,0	552,0	693,0	1.684,0	1.254,0	2.938,0	302,0	-	412,0	-	412,0	-	4.345,0
São Francisco do Maranhão	48,0	356,0	404,0	1.171,0	865,0	2.036,0	343,0	-	150,0	-	150,0	-	2.933,0
São João do Caru	185,0	781,0	966,0	2.258,0	2.271,0	4.529,0	572,0	-	762,0	126,0	888,0	-	6.955,0
São João do Sotér	284,0	1.068,0	1.352,0	2.222,0	1.793,0	4.015,0	684,0	60,0	884,0	-	884,0	-	6.995,0
São Raimundo do Doca Bezerra	153,0	207,0	360,0	829,0	520,0	1.349,0	270,0	-	81,0	-	81,0	-	2.060,0
São Roberto	143,0	154,0	297,0	1.021,0	701,0	1.722,0	214,0	-	431,0	87,0	518,0	-	2.751,0
Satubinha	231,0	410,0	641,0	994,0	734,0	1.728,0	362,0	-	633,0	-	633,0	-	3.364,0
Serrano do Maranhão	-	573,0	573,0	1.297,0	1.016,0	2.313,0	422,0	-	101,0	-	101,0	-	3.409,0

Fonte: SEDUC

Os 30 municípios com menor IDHM do Estado registram um total de 157.169 matrículas na educação básica, o que representa 7,4% do Estado. No que tange o número de professores em relação ao número de matrículas existentes nos trinta municípios em análise, observa-se que 10 municípios apresentam relação aluno/professor elevada, chegando a ultrapassar a média estadual (18,5), são eles: Santa Filomena do Maranhão, Aldeias Altas, São Francisco do Maranhão, Centro Novo do Maranhão, Santana do Maranhão, Satubinha, Fernando Falcão, Milagres do Maranhão, Belágua e São Roberto. (Gráfico 6).

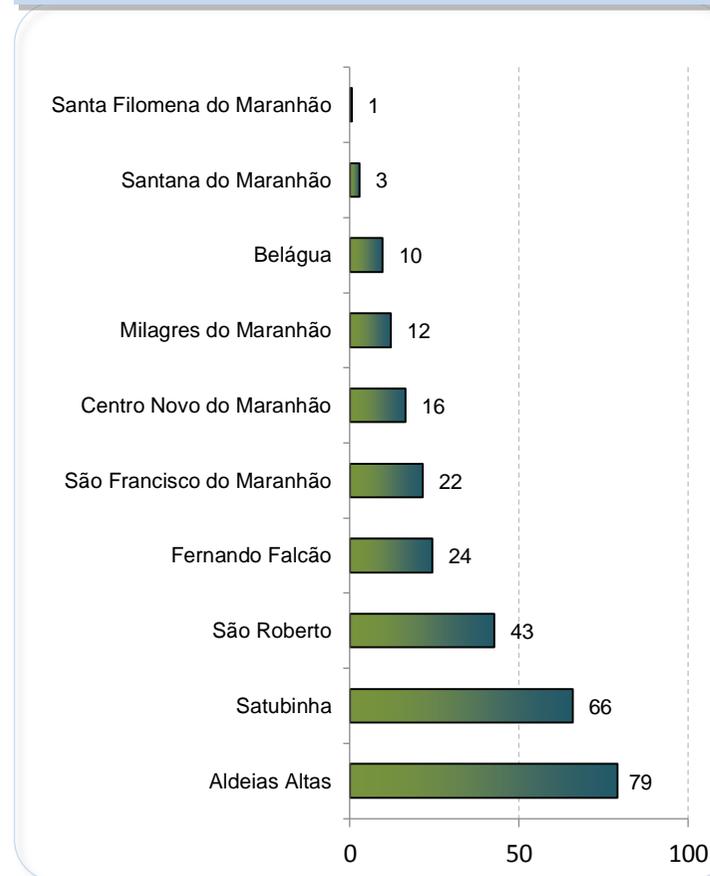
Para que estes municípios atingissem a média estadual, seria necessário aumentar para 275 o número de docentes. (Gráfico 7).

**Gráfico 6 - Proporção de matrículas por funções docentes - 2013**



Fonte: SEDUC

**Gráfico 7 - Número de docentes necessários para atingir a média estadual - 2013**

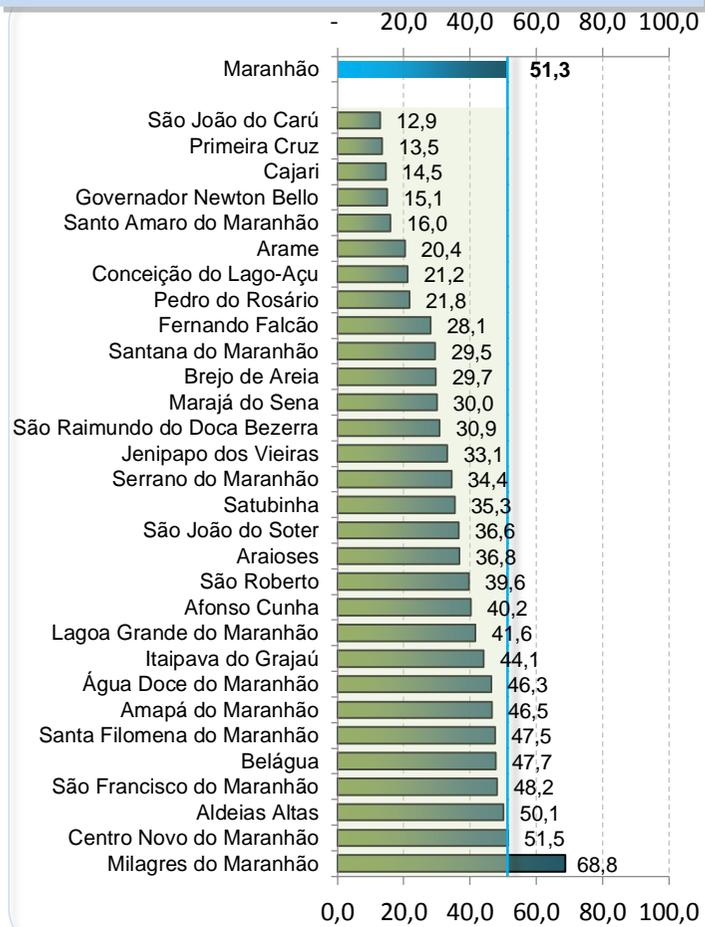


Fonte: SEDUC

O nível de escolaridade dos professores é considerado um dos fatores que mais pesam no nível de aprendizado dos alunos. Dos 30 municípios de menor IDHM do Estado, somente os municípios Centro Novo do Maranhão e Milagres do Maranhão ultrapassaram a média estadual, em que se mede o percentual de docentes com nível superior. Quanto a distribuição dos docentes sem formação superior nos 30 municípios, destaca-se que 90,4% (5.885) estão vinculados a administração estadual e 67,2% trabalham em escolas da zona rural (Gráfico 8).

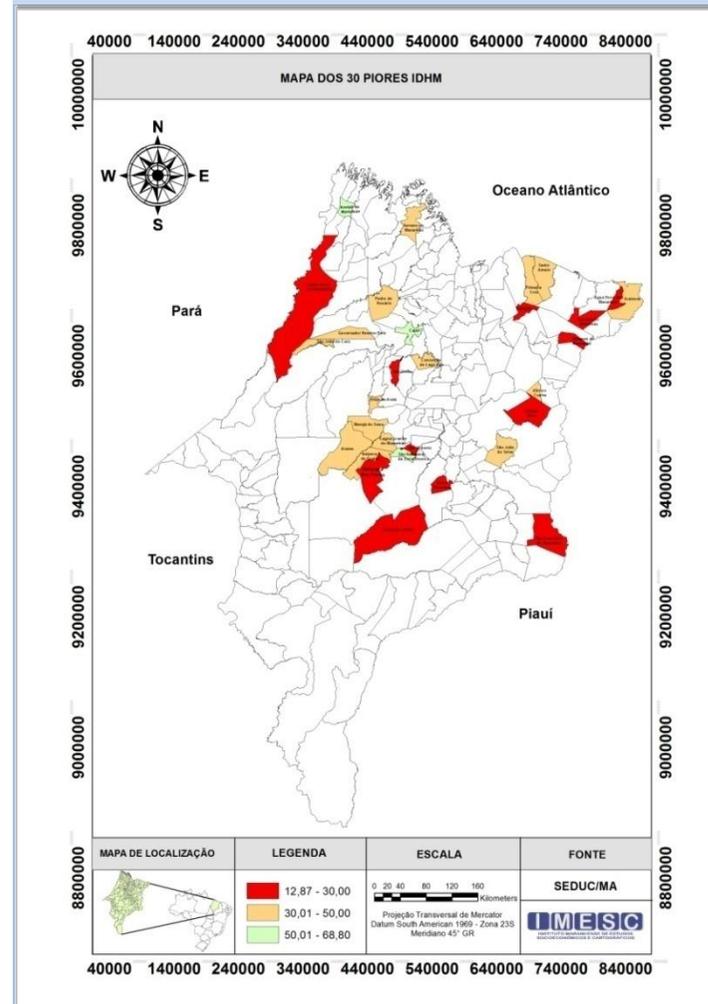
Para que o restante dos municípios atinja a média estadual é necessário qualificar 1.825 docentes no nível superior. Tal apontamento sinaliza aos gestores públicos que se deve investir na formação dos professores e na criação de atratividades para a carreira docente, visando um melhor nível de qualidade e equidade na Educação.

**Gráfico 8 - Percentual de funções docentes com Ensino Superior - 2013 (% do total)**



Fonte: SEDUC

**Mapa 3 - Percentual de funções docentes com Ensino Superior - 2013**



A educação não depende apenas de profissionais qualificados e experientes, além de alunos dispostos a aprender. Um ambiente apropriado é fator indispensável para que professores e alunos aproveitem o máximo do tempo em sala de aula e na escola como um todo. Apesar disso, evidencia-se a existência, no Estado do Maranhão, de escolas em péssimas condições físicas, sem lugar arejado, sem boa iluminação elétrica, sem esgotamento sanitário adequado e sem fornecimento de água (tanto potável quanto para o uso geral). Os dados da **Tabela 3** que segue, indicam em que condições se encontram as escolas dos 30 municípios maranhenses com menor IDHM.

Com o intuito de mensurar quantidade de escolas sem o acesso adequado a esses serviços básicos, utilizou-se os seguintes parâmetros: (1) considerou abastecimento de água inadequado, toda escola que não tinha abastecimento de água ou cuja forma de abastecimento era por Rio, Fonte, Igarapé, Riacho, Córrego; (2) estabeleceu-se como esgoto sanitário inadequado, todas as escolas sem esgotamento sanitário; (3) foi considerado fornecimento de energia inadequado, toda escola sem energia elétrica e; (4) destinação de resíduos sólidos inadequados, todas as escolas sem coleta periódica ou destinação para a reciclagem.

Com base nesses parâmetros, observa na Tabela 3 que as maiores proporções de precariedade encontram-se em escolas da rede Municipal (principalmente na Zona Rural), especialmente no que se refere aos indicadores de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário. Já no que se refere ao destino do lixo, até 100% das escolas se desfazem do seu lixo de forma inadequada, como por exemplo, queimando ou enterrando, já que na Zona Rural não se tem uma coleta específica como na Zona Urbana.

Verifica-se também, em relação ao acesso à Energia Elétrica, que as escolas da Zona Rural, tanto da rede Estadual quanto Municipal (na maioria dos municípios), não possuem o acesso àquele serviço essencial. Em alguns municípios, como por exemplo, São Francisco do Maranhão e São João do Caru, respectivamente 56,1% e 54% das escolas da Rede Municipal da Zona Rural não possuem Energia Elétrica.

A partir desses indicadores, percebe-se a precariedade da infraestrutura para o ensino nesses municípios.

**Tabela 3 – Percentual de escolas por Abastecimento de Água, Energia e Resíduos Sólidos - 2013**

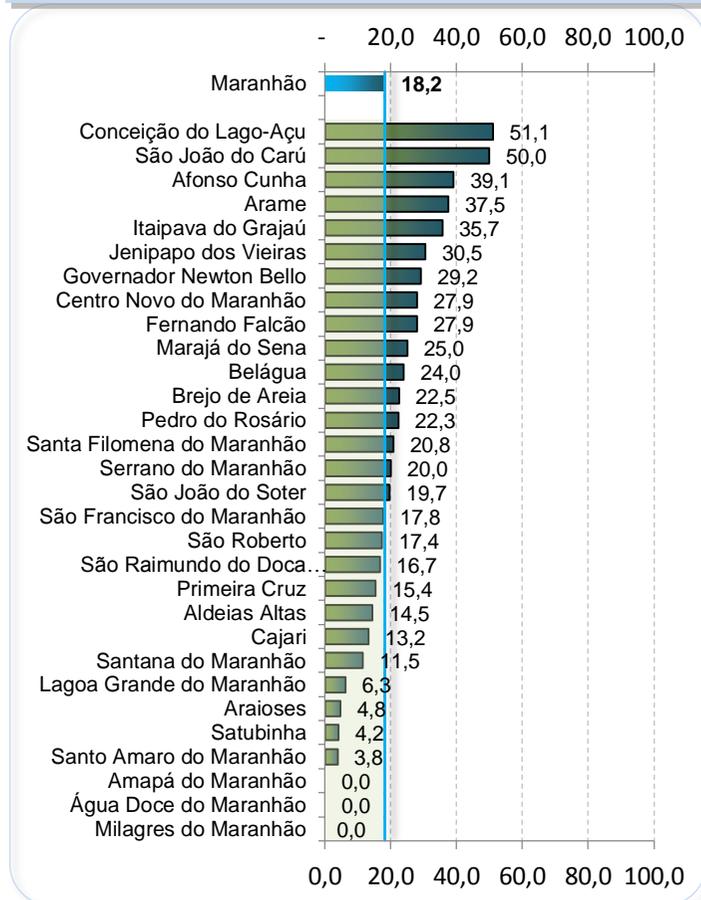
Município	Abastecimento de Água Inadequado						Esgoto Sanitário (Inexistente)						Destino do Lixo (Inadequado)						Energia Elétrica Inexistente					
	Estadual		Municipal		Pública		Estadual		Municipal		Pública		Estadual		Municipal		Pública		Estadual		Municipal		Pública	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Afonso Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-	61,1	-	61,1	-	-	100,0	100,0	40,0	100,0	57,1	-	-	5,6	-	5,6	-
Água Doce do Maranhão	-	-	39,1	33,3	36,0	28,6	-	-	4,3	-	4,0	-	100,0	66,7	100,0	-	100,0	22,2	-	-	-	-	-	-
Aldeias Altas	-	-	32,1	-	32,1	-	-	-	55,4	-	55,4	-	-	-	100,0	10,0	100,0	9,1	-	-	12,5	-	12,5	-
Amapá do Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,0	100,0	37,5	100,0	40,0	-	-	-	-	-	-
Araioses	-	-	17,6	-	17,1	-	-	-	4,4	-	4,3	-	66,7	50,0	90,8	-	89,9	15,4	-	-	-	-	-	-
Arame	8,6	-	1,3	-	3,5	-	71,4	-	36,7	-	47,4	-	100,0	-	97,6	-	98,3	-	2,9	-	5,1	-	4,4	-
Belágua	-	-	19,0	-	18,2	-	-	-	45,2	-	43,2	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	7,1	-	6,8	-
Brejo de Areia	-	-	-	-	-	-	-	-	25,7	-	25,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	31,4	-	30,6	-
Cajari	-	-	30,5	25,0	30,0	16,7	100,0	-	33,9	-	35,0	-	100,0	50,0	100,0	-	100,0	25,0	-	-	1,7	-	1,7	-
Centro Novo do Maranhão	-	-	13,5	11,1	12,3	10,0	40,0	-	25,0	-	26,3	-	83,3	66,7	94,4	30,0	93,3	38,5	40,0	-	3,8	-	7,0	-
Conceição do Lago-Açu	-	-	-	-	-	-	-	-	53,8	-	53,8	-	-	-	98,2	20,0	98,2	16,7	-	-	15,4	-	15,4	-
Fernando Falcão	-	-	63,9	-	57,5	-	50,0	-	66,7	-	65,0	-	75,0	-	97,2	33,3	95,0	25,0	-	-	16,7	-	15,0	-
Governador Newton Bello	-	-	-	-	-	-	-	-	46,3	-	46,3	-	-	50,0	100,0	33,3	100,0	37,5	-	-	24,4	-	24,4	-
Itaipava do Grajaú	16,7	-	11,5	-	13,2	-	58,3	-	34,6	-	42,1	-	91,7	50,0	100,0	50,0	98,0	50,0	16,7	-	3,8	-	7,9	-
Jenipapo dos Vieiras	21,7	-	-	-	14,4	-	83,3	-	20,0	-	62,2	-	100,0	100,0	100,0	-	100,0	20,0	15,0	-	6,7	-	12,2	-
Lagoa Grande do Maranhão	-	-	30,8	-	29,6	-	-	-	15,4	-	14,8	-	100,0	-	93,1	25,0	93,5	20,0	-	-	-	-	-	-
Marajá do Sena	-	-	17,0	-	17,0	-	-	-	52,8	-	52,8	-	-	-	100,0	-	100,0	-	-	-	45,3	-	45,3	-
Milagres do Maranhão	-	-	75,0	-	75,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0	33,3	100,0	28,6	-	-	-	-	-	-
Pedro do Rosário	-	-	80,4	20,0	77,1	16,7	-	-	81,5	-	78,1	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-	-	-	13,0	-	12,5	-
Primeira Cruz	-	-	8,8	-	8,8	-	-	-	36,8	-	36,8	-	-	-	100,0	-	100,0	-	-	-	33,3	-	33,3	-
Santa Filomena do Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-	10,0	-	10,0	-	-	-	95,2	25,0	95,2	20,0	-	-	5,0	-	5,0	-
Santana do Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0	-	95,0	-	95,2	-	-	-	-	-	-	-
Santo Amaro do Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-	24,4	-	24,4	-	-	50,0	100,0	37,5	100,0	40,0	-	-	8,9	-	8,9	-
São Francisco do Maranhão	-	-	12,2	-	11,9	-	-	-	58,5	-	57,1	-	100,0	66,7	100,0	-	100,0	40,0	-	-	56,1	-	54,8	-
São João do Carú	-	-	-	-	-	-	-	-	10,0	-	9,4	-	100,0	-	98,2	25,0	98,3	22,2	-	-	54,0	-	50,9	-
São João do Soter	-	-	1,8	-	1,8	-	-	-	3,6	-	3,5	-	100,0	-	98,3	41,7	98,3	38,5	-	-	10,7	-	10,5	-
São Raimundo do Doca Bezerra	-	-	9,1	-	7,7	-	-	-	45,5	-	38,5	-	-	-	83,3	-	71,4	-	-	-	9,1	-	7,7	-
São Roberto	-	-	22,2	-	22,2	-	-	-	44,4	-	44,4	-	-	-	100,0	20,0	100,0	16,7	-	-	27,8	-	27,8	-
Satubinha	-	-	-	-	-	-	-	-	15,8	-	15,8	-	-	50,0	100,0	25,0	100,0	33,3	-	-	-	-	-	-
Serrano do Maranhão	-	-	34,4	-	33,3	-	-	-	56,3	-	54,5	-	100,0	100,0	100,0	66,7	100,0	75,0	-	-	25,0	-	24,2	-

Fonte: SEDUC

O Maranhão, segundo os dados da SEDUC/MA de 2013, possui 2.401 escolas que funcionam em local inadequado (galpão, rancho paiol, barracão e outros). Do total de escolas que funcionam em local inadequado, 14,1% (339) encontram-se nos 30 municípios de menor IDHM. Comparando os 30 municípios com o Estado, verifica-se que 16 apresentaram percentual de escolas que funcionam em local inadequado acima da média do Estado e três municípios (Amapá do Maranhão, Água Doce do Maranhão e Milagres do Maranhão) destacam-se positivamente por não possuírem escolas que funcionam em local inadequado. **(Gráfico 9)**.

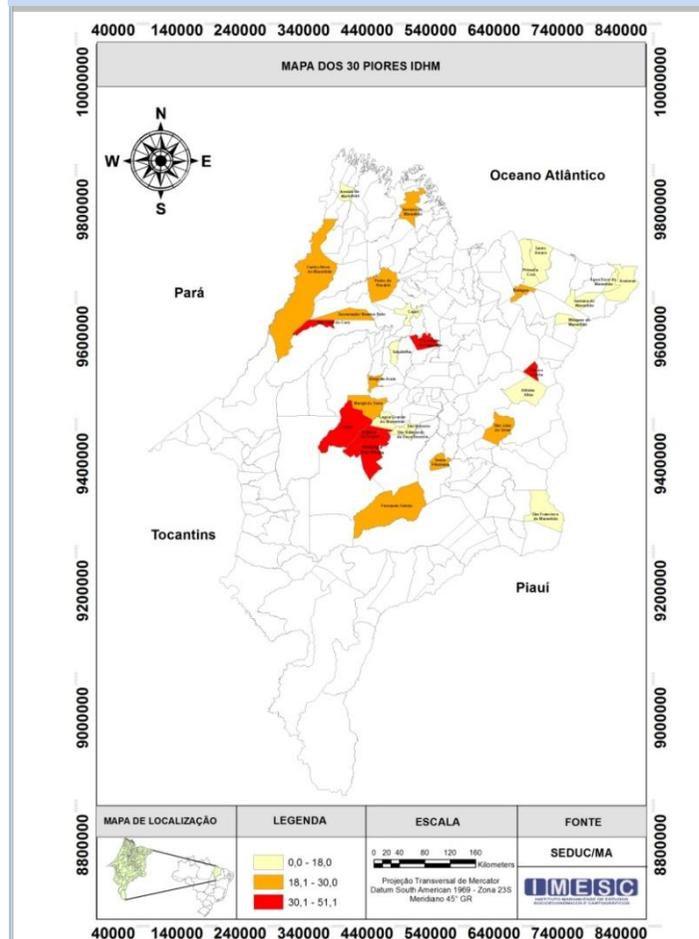
Dados mais recentes da SEDUC/MA (2014) sugerem que o número de escolas a serem retiradas desta situação é de 237, sendo 183 no âmbito municipal e 54 no âmbito estadual.

**Gráfico 9** - Percentual de escolas cujo local de funcionamento é Galpão, Rancho Paiol, Barracão e outros locais não definidos - 2013



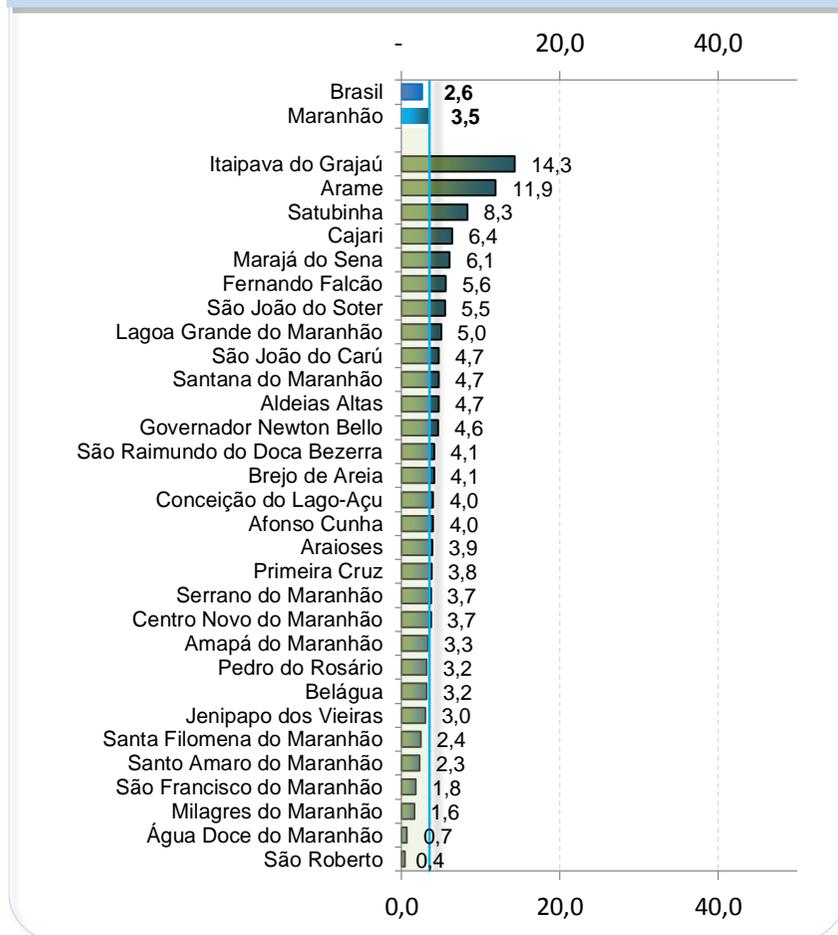
Fonte: SEDUC/MA

**Mapa 4** - Percentual de escolas cujo local de funcionamento é Galpão, Rancho Paiol, Barracão e outros locais não definidos - 2013



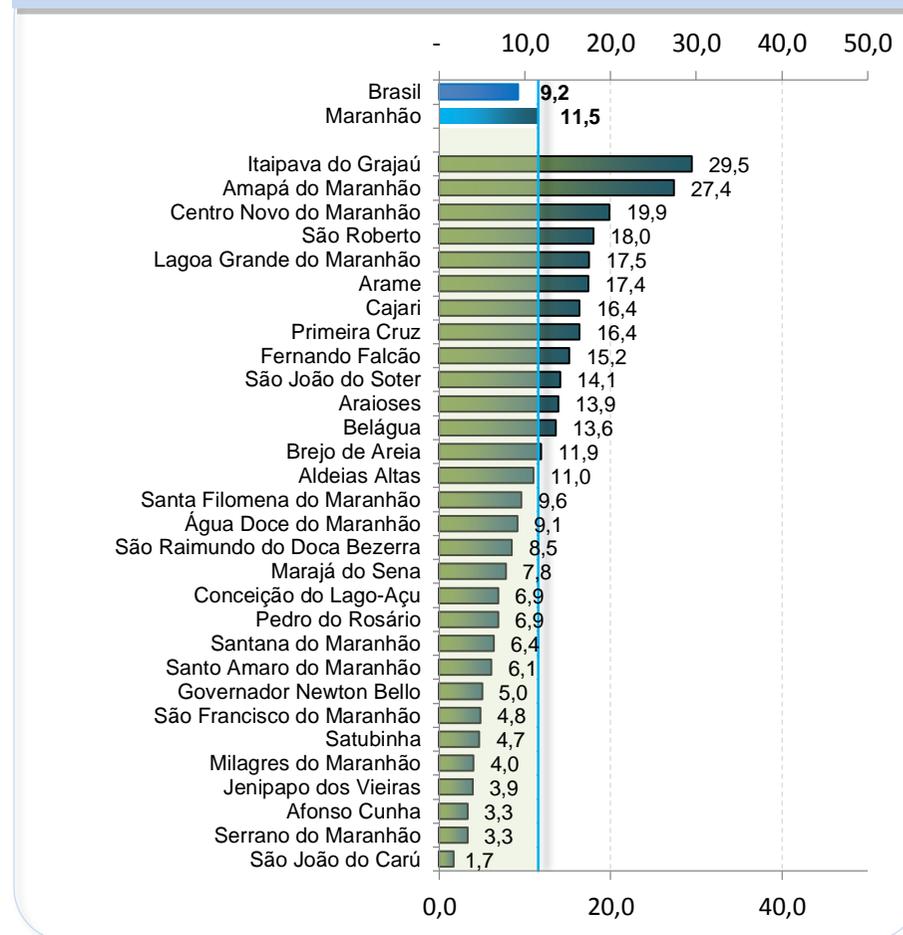
No que diz respeito à Taxa de Abandono do ensino fundamental em 2013, registrou-se 6 municípios com taxa abaixo da observada no Estado (**Gráfico 10**). Para o ensino médio, apesar da maior parte dos municípios (17) apresentarem taxa de abandono abaixo da média estadual (**Gráfico 11**), verifica-se que a proporção de alunos que abandonam a escola no ensino médio é bem superior à taxa de abandono no ensino fundamental. Isto aponta para um dos grandes desafios que os gestores públicos do Maranhão deverão enfrentar, no sentido de criar estratégias de incentivo à permanência do aluno na escola.

**Gráfico 10 - Taxa de Abandono do Ensino Fundamental da Rede Pública - 2013**



Fonte: INEP

**Gráfico 11 - Taxa de Abandono do Ensino Médio da Rede Pública - 2013**



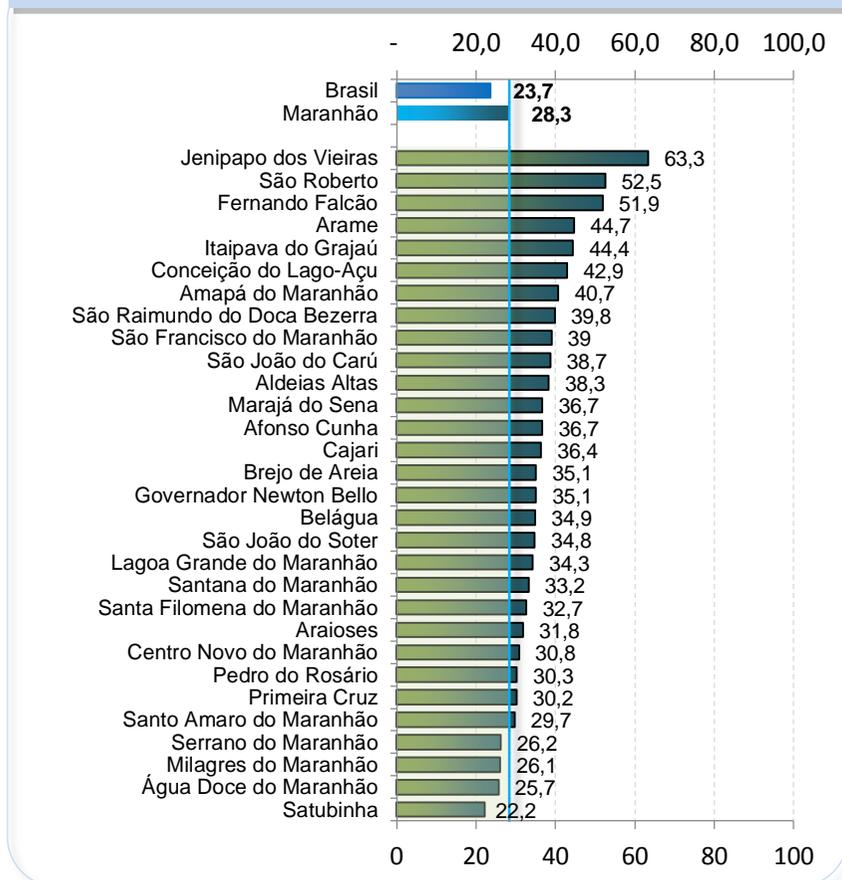
Fonte: INEP

A proporção de alunos com atraso de dois anos ou mais na educação básica do Maranhão, em 2013, pode ser visto nos Gráficos abaixo. No **Gráfico 12**, dentre os 30 municípios com os piores IDHM, 4 municípios destacam-se positivamente por apresentarem taxa de distorção idade/série no ensino fundamental abaixo da Taxa Estadual. São 58.868 matrículas que estão em atraso no Ensino Fundamental, o que representa 2,8% do Estado.

Quanto ao ensino médio, em virtude do fator acumulativo de atraso no fluxo escolar (reprovação e abandono), as taxas de abandono são bem mais elevadas, sendo que apenas um município registrou indicador abaixo da média estadual (**Gráfico 13**). No total, são 83.811 alunos que estão em atraso no Ensino Médio, o que representa 3,9% do Estado.

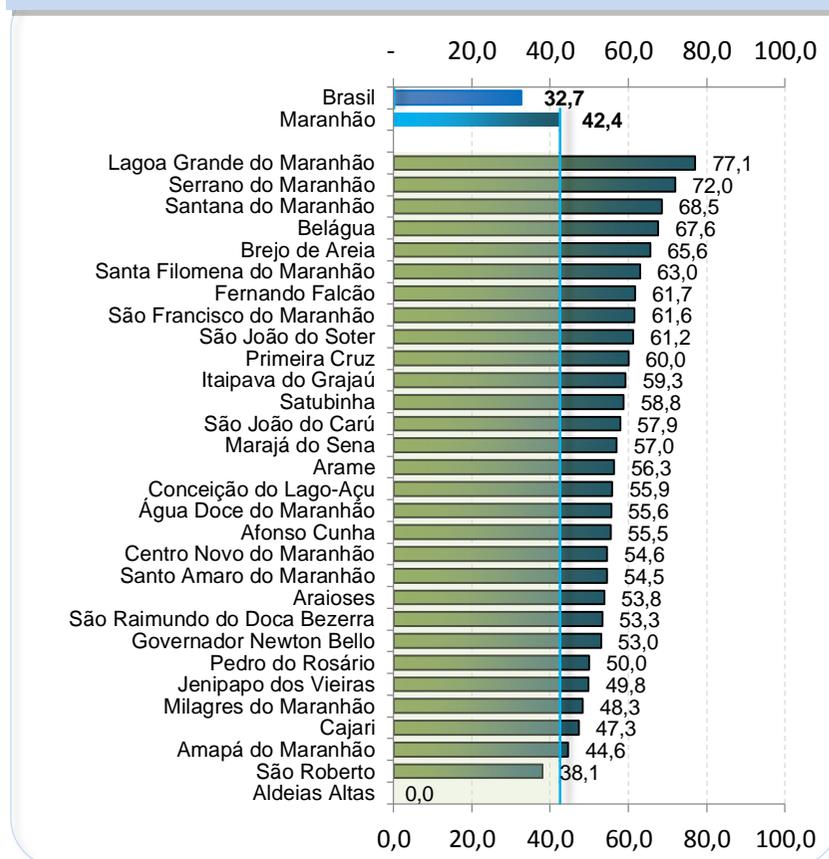
Dessa maneira, os dados apresentados expõem um cenário de grande desafio para os gestores públicos, no sentido de diminuir a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a conclusão da Educação Básica.

**Gráfico 12 - Taxa de Distorção Idade/série no Ensino Fundamental da Rede Pública - 2013**



Fonte: INEP

**Gráfico 13 - Taxa de Distorção Idade/série no Ensino Médio da Rede Pública - 2013**

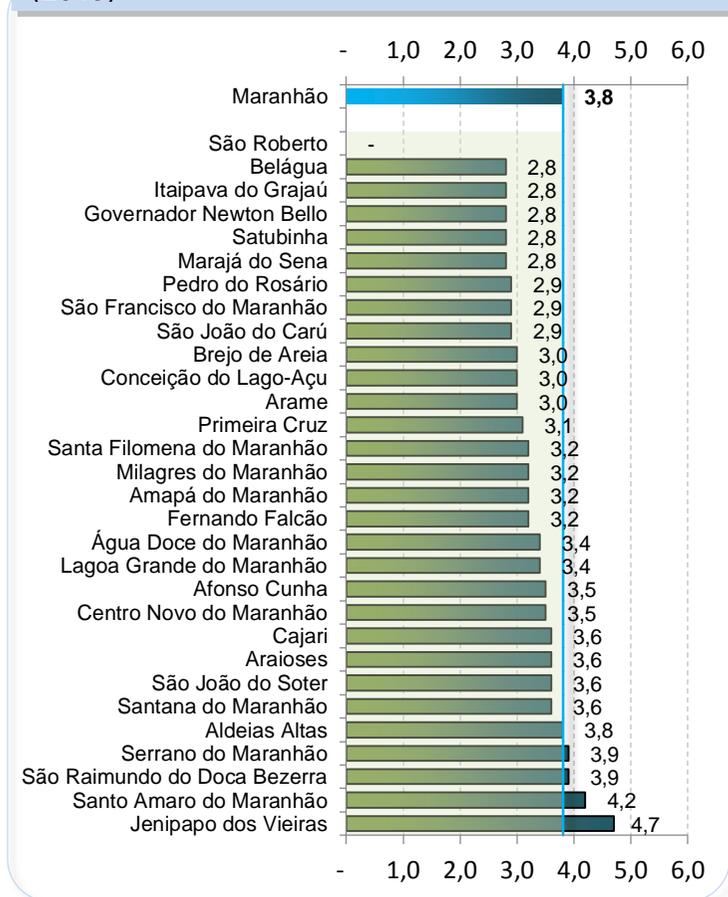


Fonte: INEP

A qualidade do ensino é medida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, com base nos indicadores de fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Além de mostrar o nível de desempenho das escolas ao longo dos anos, o IDEB também é importante para balizar as políticas públicas em prol da qualidade da educação, especialmente para aquelas escolas que não obtiveram um bom desempenho.

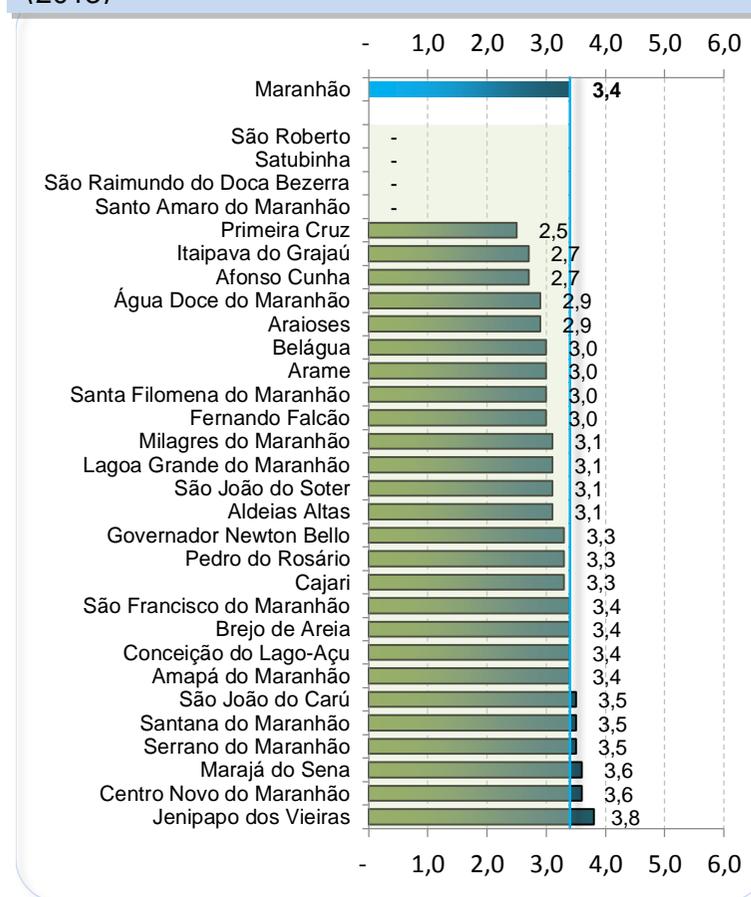
Em relação aos 30 municípios de menor IDHM do Estado, o **Gráfico 13** mostra que apenas 4 municípios apresentaram índice do IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental acima do obtido pelo estado (3,8). Nos anos finais, verifica-se que 6 municípios obtiveram índice acima do estadual (3,4), o que demonstra uma grande deficiência na qualidade de ensino dos municípios maranhenses (**Gráfico 14**). É importante levar-se em conta que o Brasil busca atingir o índice 6,0, que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. Esse é um grande desafio para todos, especialmente para o Maranhão, que possui baixos índices.

**Gráfico 14 - IDEB nos anos Iniciais Escola Pública (2013)**



Fonte: INEP

**Gráfico 15 - IDEB nos anos Finais Escola Pública (2013)**



Fonte: INEP

## 5.2 Eixo Saúde

Para a análise da dimensão Saúde foram selecionados temas com seus respectivos indicadores, os quais identificam a situação dos municípios no que concerne à qualidade de vida, abordada no artigo 225 da Constituição Federal como possível apenas havendo um ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, o equilíbrio entre índices de saúde e ambiente é imprescindível para a plena saúde e impacta diretamente a expectativa de vida da população.

A inserção dos temas Saúde da Criança (óbitos e cobertura vacinal) e Saúde da Mulher (óbitos e nascidos vivos por quantidade de consultas pré-natais, grau de instrução da mãe e tipo de parto), justifica-se pela importância que o investimento na segurança do recém-nascido e da mãe e nos primeiros anos de vida da criança tem para assegurar a longevidade da população. Deste modo, as diferenças entre os indicadores de municípios, estados e regiões indicam desigualdade no acesso à saúde.

O tema Mortalidade (por tipo de causas externas) reflete aspectos do desenvolvimento socioeconômico e características culturais, sendo também influenciado por restrições ao acesso à assistência médica adequada. Assim, a prevenção desta modalidade de óbitos deve fazer parte não só da agenda da segurança pública, mas também deve ser uma prioridade no campo da saúde coletiva, já que o risco de morte por este tipo de causa significa anos potenciais de vida perdidos, com severos impactos para o indivíduo, sua família e a sociedade. A mortalidade por causas externas engloba informações dos seguintes tipos de óbitos: Acidentes de transporte, Suicídios, Homicídios (incluídas as intervenções legais), Causas de intenção indeterminada, e Demais causas externas.

No tema Estabelecimentos (Unidades Básicas de Saúde) e Recursos Humanos (proporção de médicos por habitantes), a ênfase é que a Unidade Básica de Saúde (USB) é a porta de entrada e o suporte para a população na Atenção Básica, através da Estratégia Saúde na Família (ESF). É ainda a forma pela qual se têm acesso aos profissionais de saúde, principalmente aos médicos, cuja proporção por habitante ainda é pequena em relação à real necessidade. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda a proporção de 1 médico para cada grupo de 1.000 habitantes como um bom parâmetro para a atenção à saúde adequada. Não obstante, o Ministério da Saúde recomenda como meta nacional a existência de no mínimo 2,5 médicos por 1.000 habitantes. Porém este cenário nacional favorável não se aplica a todos os seus Entes Federativos, pois é sabido que há concentração diferente de médicos entre

regiões, estados e municípios, entre os setores público e privado da saúde e entre especialidades médicas.

A identificação das informações de Recursos Físicos (Leitos), através da proporção em relação à população, permite localizar onde há a necessidade de fortalecer a Rede Assistencial de Saúde para colaborar com a promoção de saúde do município.

O tema Saneamento Básico (Coleta de resíduos sólidos, abastecimento de água e esgotamento sanitário), é importante para análise da relação saúde/ambiente, por meio de uma abordagem da epidemiologia. O dado de esgotamento sanitário é um dos piores indicadores do Maranhão em relação ao Brasil e aos outros estados. A coleta de resíduos sólidos e a inexistência de destinação final adequada constituem um dos maiores problemas de saúde pública no Estado, já que todos os municípios-alvo possuem Lixões a céu aberto, contrariando a Lei Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010), o Decreto 7.404/2010 e a Lei 9.605/1998. Esta, por sua vez, prevê multas e prisões para gestores municipais que descumprirem a legislação.

Os indicadores que englobam os temas Doenças Endêmicas (Hanseníase, Leishimaniose Visceral, Dengue e Tuberculose) e Doenças Crônicas (AVC e Diabete Melito) relacionam-se à prevenção e ao tratamento das principais agravos que atingem a população dos municípios-alvo. Os dados utilizados provêm de diversas fontes e exigem metodologias diferenciadas de interpretação, as quais devem ser observadas com atenção. Por exemplo, nem sempre índices elevados sugerem adequadas condições de vida e índices muito baixos ou zerados, nem sempre significam ausência de informação, podendo significar subnotificação. Na próxima etapa do trabalho (Diagnóstico Avançado) serão aprofundados os tópicos aqui relacionados com o detalhamento destes e de outros indicadores (ver quadro a seguir), direcionados para cada município que faz parte do Plano, em que a logística será direcionada para os pontos focais municipais e georreferenciadas segundo os Setores Censitários. Assim, será essencial uma interação entre as Secretarias Municipais e a Secretaria Estadual de Saúde, na obtenção dos dados primários para alcançar um diagnóstico mais próximo da realidade de cada um dos municípios.

Quadro 3 - Painel de Indicadores de Saúde

TEMA	DIAGNOSTICO PRELIMINAR	DIAGNOSTICO AVANÇADO	FONTE SECUNDÁRIA	ANO
Saúde da criança	Óbitos Infantis (menor de 1 ano)	Neonatal precoce	SES	2013
		Neonatal tardia	SES	2013
		Pós-neonatal	SES	2013
	Óbitos na Infância (menor de 5 anos)	Por grupo de causa	SES	2013
		Cobertura vacinal	-	DATASUS
Saúde da mulher	Óbitos Maternos	-	SES	2013
	Nascidos vivos com 7 consultas pré-natais ou mais (%)	Percentual de nascidos vivos com 7 ou mais consultas pré-natais e todos os exames básicos realizados	DATASUS	2013
	Nascidos vivos com nenhuma consulta pré-natal (%)		DATASUS	2013
	Nascidos vivos com mães sem nenhuma instrução (%)		DATASUS	2013
	Nascidos vivos com mães com 8 anos ou mais de instrução (%)		DATASUS	2013
	Nascidos vivos com partos vaginais (%)*		DATASUS	2013
Mortalidade	Taxa de mortalidade por causas externas (100.000 habitantes)		-	SES
	Pedestre traumatizado em um acidente de transporte	-	DATASUS	2013
	Ciclista traumatizado em um acidente de transporte	-	DATASUS	2013
	Motociclista traumatizado em um acidente de transporte	-	DATASUS	2013
	Ocupante automóvel traumatizado em um acidente de transporte	-	DATASUS	2013
	Outros acidentes de transporte terrestre	-	DATASUS	2013
	Quedas	-	DATASUS	2013
	Afogamento e submersão acidentais	-	DATASUS	2013
	Agressões	-	DATASUS	2013
	Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada	-	DATASUS	2014
Estabelecimentos e Recursos Humanos	Unidades Básicas de Saúde, por habitante	Por porte da UBS	SES	2014
	Médicos, por habitante	Por especialidade (ginecologista, clínico geral e pediatra) e esfera administrativa	DATASUS	2014
Recursos Físicos	Número de Leitos, por habitantes e por tipo de leito	Por esfera administrativa	SES	2014
Atenção Básica	-	Profissionais de saúde, por habitante, por tipo (médico, enfermeiro e técnico em enfermagem) e por estratégia (ESF e Atenção Básica)	SMS	2014
Saneamento Básico	Abastecimento de água	Infraestrutura da habitação (tipo de parede, cobertura e banheiro)	IBGE	2010
	Esgotamento sanitário		IBGE	2010
	Coleta de resíduos sólidos		IBGE	2010
Agravos	-	Taxa de internação por gastroenterite, por faixa etária	SES	2013
	-	Taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda	SES	2013
Doenças Sexualmente Transmissíveis	-	Número de casos de sífilis congênita	SES	2014
	-	Proporção de gestantes com sífilis	SES	2014
	-	Taxa de incidência de AIDS	SES	2014
	-	Taxa de incidência de Hanseníase	SES	2014
Doenças endêmicas	Taxa de incidência de Hanseníase	Taxa de prevalência de Hanseníase	SES	2014
	Proporção de Cura de casos de tuberculose	-	SES	2013
	Taxa de incidência de Leishmaniose Visceral	-	SES	2014
	Taxa de incidência de Dengue	-	SES	2014
	-	Índice Parasitário Anual de Esquistossomose	SES	2014
	-	Índice Parasitário Anual de Malária	SES	2013
Doenças crônicas	Taxa de internação por AVC	Taxa de crescimento da população com Hipertensão	SES	2014
	Taxa de internação por Diabete Mellito	-	SES	2014

Fonte: IMESC

Os municípios com quantidade elevada de óbitos encontram-se em um intervalo entre 6 e 11 óbitos, sendo Aldeias Altas o que concentra os maiores índices, comparando com a cobertura vacinal, metade dos municípios estão acima da média do Estado. Vale ressaltar que os dados vacinais são obtidos por estimativas da população que deve ser vacinada, caso a secretaria municipal de saúde coloque uma baixa estimativa, facilmente ela pode ser alcançada e ultrapassada.

**Tabela 4 – IDHM, IDHM Longevidade, Óbitos Infantis e na Infância – 2010, 2013**

Município	IDHM	IDHM Longevidade	Óbitos Infantis* (menor de 1 ano)	Óbitos na Infância* (menor de 5 anos)
	2010		2013	
Brasil	0,727	0,816	38.850	45176
Maranhão	0,639	0,757	1.886	2227
Fernando Falcão	0,443	0,728	3	6
Marajá do Sena	0,452	0,774	1	1
Jenipapo dos Vieiras	0,490	0,766	6	7
Satubinha	0,493	0,720	5	6
Água Doce do Maranhão	0,500	0,697	1	1
Lagoa Grande do Maranhão	0,502	0,731	5	6
São João do Carú	0,509	0,684	5	5
Santana do Maranhão	0,510	0,758	3	3
Arame	0,512	0,701	8	8
Belágua	0,512	0,707	3	3
Conceição do Lago-Açu	0,512	0,738	4	5
Primeira Cruz	0,512	0,722	2	3
Aldeias Altas	0,513	0,720	9	11
Pedro do Rosário	0,516	0,696	7	8
São Raimundo do Doca Bezerra	0,516	0,700	1	1
São Roberto	0,516	0,738	0	1
São João do Soter	0,517	0,711	8	8
Centro Novo do Maranhão	0,518	0,717	3	4
Itaipava do Grajaú	0,518	0,726	5	6
Santo Amaro do Maranhão	0,518	0,738	3	3
Brejo de Areia	0,519	0,677	0	0
Serrano do Maranhão	0,519	0,735	2	2
Amapá do Maranhão	0,520	0,688	0	1
Araioses	0,521	0,709	9	10
Governador Newton Bello	0,521	0,718	5	5
Cajari	0,523	0,747	4	4
Santa Filomena do Maranhão	0,525	0,722	0	0
Milagres do Maranhão	0,527	0,764	1	1
São Francisco do Maranhão	0,528	0,733	1	2
Afonso Cunha	0,529	0,725	2	2

**Gráfico 16 - Cobertura vacinal (%) - 2013**



Fonte: DATASUS

Na abordagem sobre óbitos maternos, são observados que eles ocorreram em apenas 9 municípios dos 30 analisados, dentre os quais também pode ser feita as relações com as crianças nascidas vivas, que em sua maioria estão enquadrados nas que tiveram 7 ou mais consultas pré-natais e com mães que possuem 8 anos ou mais de estudos. Esses dados demonstram a importâncias de investimentos em consultas e exames durante a gravidez, bem como que, as mulheres mais conscientes são as que possuem algum grau de instrução.

**Tabela 5 - Óbitos maternos, nascidos vivos por quantidade de consultas pré-natais, grau de instrução e tipo de parto - 2013**

Município	Óbitos Maternos**	Nascidos vivos com 7 consultas pré-natais ou mais (%)*	Nascidos vivos com nenhuma consulta pré-natal (%)*	Nascidos vivos com mães sem nenhuma instrução (%)*	Nascidos vivos com mães com 8 anos ou mais de instrução (%)*	Nascidos vivos com partos vaginais (%)*
Maranhão	-	31,8	4,5	2,0	61,7	58,7
Brasil	-	62,4	2,7	0,7	71,9	43,2
Afonso Cunha	1	47,0	2,0	5,0	34,0	72,0
Aldeias Altas	1	21,0	7,6	4,5	42,2	72,2
Belágua	1	23,3	5,8	6,8	31,6	84,5
Cajari	1	11,4	24,9	2,4	39,4	80,8
Lagoa Grande do Maranhão	1	19,1	5,9	6,4	45,0	75,0
Pedro do Rosário	1	10,4	20,4	2,8	41,9	86,2
Primeira Cruz	1	18,9	3,9	1,1	50,6	84,4
São João do Soter	1	32,4	8,9	4,6	39,9	64,8
Serrano do Maranhão	1	18,7	4,7	4,0	30,7	80,0
Água Doce do Maranhão	0	31,4	8,2	1,3	47,2	67,9
Amapá do Maranhão	0	19,7	30,7	0,8	25,2	60,6
Araioses	0	27,3	6,9	1,4	40,3	75,5
Arame	0	17,5	13,9	7,9	29,5	83,4
Brejo de Areia	0	23,4	3,1	3,9	44,5	65,6
Centro Novo do Maranhão	0	30,7	4,2	2,6	26,2	70,9
Conceição do Lago-Açu	0	11,6	7,0	3,2	41,1	66,3
Fernando Falcão	0	11,5	6,9	19,5	24,7	64,9
Governador Newton Bello	0	26,1	1,8	2,4	44,2	70,9
Itaipava do Grajaú	0	24,2	1,5	6,4	37,4	66,8
Jenipapo dos Vieiras	0	17,2	7,5	14,7	36,9	62,0
Marajá do Sena	0	13,3	8,9	5,9	25,2	77,0
Milagres do Maranhão	0	42,3	0,0	4,1	0,0	51,5
Santa Filomena do Maranhão	0	41,9	1,9	1,0	57,1	49,5
Santana do Maranhão	0	57,6	1,5	3,8	43,2	78,0
Santo Amaro do Maranhão	0	15,2	5,1	1,4	43,5	83,3
São Francisco do Maranhão	0	24,6	3,1	2,3	48,5	76,2
São João do Carú	0	24,7	2,1	3,4	43,0	72,8
São Raimundo do Doca Bezerra	0	29,4	1,5	2,9	38,2	55,9
São Roberto	0	46,6	0,0	3,4	42,0	54,5
Satubinha	0	27,3	1,8	1,8	61,8	57,3

Fonte: SES/IMESC; \*Dados preliminares; \*\*Dados não disponíveis

O aumento dos casos de violência em todo o país é identificado também nos municípios do Plano mais IDH, tendo se registrado a ocorrência de 42 óbitos por agressão em 2013. Outro agravante nos dados de causas de óbitos são os acidentes com motocicletas, que aparecem em segundo lugar como causa de óbitos (25) e acarreta sérios gastos com tratamento a feridos, tendo muitos acidentados com sequelas irreversíveis.

**Tabela 6 - Taxa de mortalidade por causas externas e óbitos por causas externas, por grupo de causas principais - 2013\***

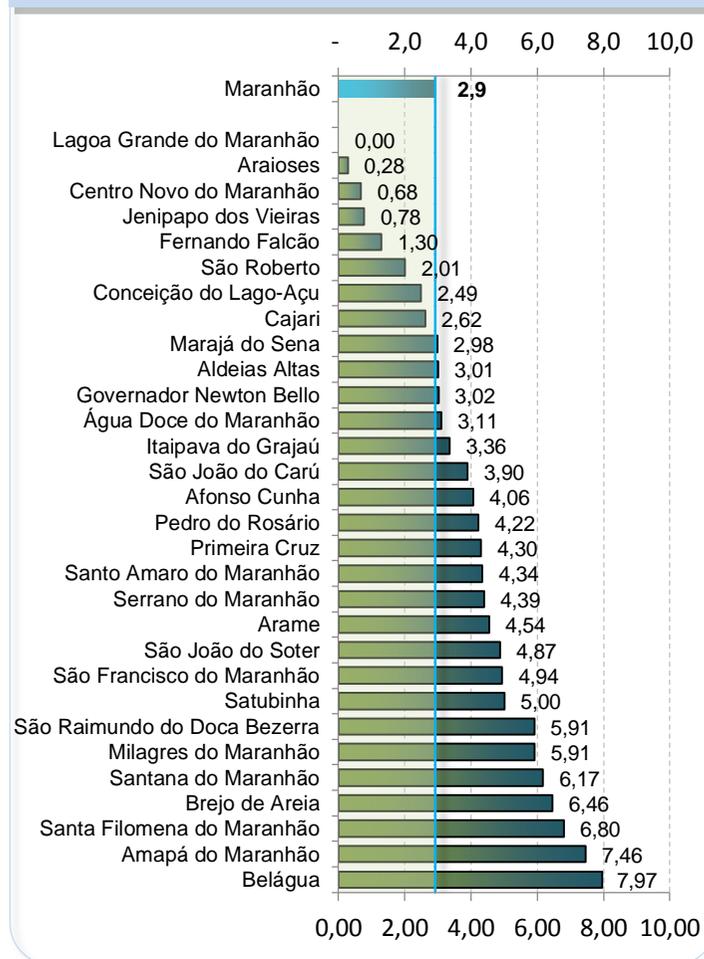
Município	Taxa de mortalidade por causas externas (100.000 habitantes)	Pedestre traumatizado em um acidente de transporte	Ciclista traumatizado em um acidente de transporte	Motociclista traumatizado em um acidente de transporte	Ocupante automóvel traumatizado em um acidente transporte	Outros acidentes de transporte terrestre	Quedas	Afogamento e submersão acidentais	Agressões	Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada
<b>Maranhão</b>	<b>74,76</b>	<b>224</b>	<b>54</b>	<b>700</b>	<b>198</b>	<b>419</b>	<b>194</b>	<b>192</b>	<b>2149</b>	<b>127</b>
Água Doce do Maranhão	16,63	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Aldeias Altas	35,75	0	0	3	0	1	0	0	4	0
Amapá do Maranhão	44,98	0	0	1	1	0	0	1	0	0
Araioses	38,36	0	0	4	0	0	2	1	4	2
Arame	50,21	4	0	0	0	0	0	2	3	0
Belágua	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brejo de Areia	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cajari	21,33	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Centro Novo do Maranhão	24,53	1	0	1	0	0	0	0	1	0
Conceição do Lago-Açu	71,55	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Fernando Falcão	19,59	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Governador Newton Bello	49,44	0	0	0	0	0	1	0	3	1
Itaipava do Grajaú	42,60	0	0	1	0	0	0	0	4	0
Jenipapo dos Vieiras	31,45	1	0	2	0	0	0	1	0	0
Lagoa Grande do Maranhão	31,53	0	0	1	0	1	0	0	2	0
Marajá do Sena	51,81	0	0	0	0	0	0	1	2	0
Milagres do Maranhão	36,42	0	0	2	0	0	0	1	0	0
Pedro do Rosário	25,13	0	0	0	0	3	1	0	2	0
Primeira Cruz	6,85	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Filomena do Maranhão	67,33	0	0	0	0	1	1	1	1	0
Santana do Maranhão	31,95	1	0	2	0	1	0	0	0	0
Santo Amaro do Maranhão	20,23	0	0	0	0	0	0	1	2	0
São Francisco do Maranhão	16,73	0	0	0	0	2	0	0	0	0
São João do Carú	51,29	0	0	1	0	1	0	0	3	0
São João do Soter	33,69	0	0	1	1	0	0	0	4	0
São Raimundo do Doca Bezerra	18,01	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Roberto	47,40	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Satubinha	30,87	0	0	0	0	1	0	0	2	1
Serrano do Maranhão	84,17	0	0	3	1	0	0	0	3	2

Fonte: DATASUS/IMESC

\*Dados preliminares

Dentre os 30 municípios do Plano, apenas 4 não atingem a recomendação de pelo menos uma Unidade Básica de Saúde (UBS) com Estratégia Saúde da Família (ESF) para atender grupos de no máximo 12.000 habitantes. Para os 26 municípios que possuem o recomendável, 23 estão acima da média do Estado. Para que a quantidade de médicos por 1.000 habitantes do Maranhão aumente de 0,7 para 1, parâmetro da Organização Mundial da Saúde (OMS), seria necessário o engajamento de 6.851 novos médicos em todo o Estado, sendo 428 distribuídos entre os 30 municípios-alvo. Se for considerado o parâmetro do Ministério da Saúde, também adotado pelo Governo do Estado, de 2,5 médicos até 2018, seriam necessários mais 17.127 novos médicos em todo o Estado, sendo 1.070 distribuídos entre os municípios-alvo.

**Gráfico 17 - Cobertura das Unidades Básicas de Saúde - 2014**



Fonte: SES; IMESC

**Tabela 7 - Médicos por 1.000 habitantes e quantidade necessária para atingir as metas da OMS e do MS\***

Município	Total de médicos	Médicos, por 1000 hab. - 2014	Médicos necessários para atingir a meta da OMS	Médicos necessários para atingir a meta do MS
Brasil	345.671	1,70	202.800	506.999
Maranhão	4.802	0,70	6.851	17.127
Afonso Cunha	5	0,80	6	16
Água Doce do Maranhão	9	0,74	12	30
Aldeias Altas	15	0,59	26	64
Amapá do Maranhão	1	0,15	7	17
Araioses	15	0,33	45	112
Arame	9	0,28	32	80
Belágua	3	0,42	7	18
Brejo de Areia	4	0,93	4	11
Cajari	3	0,16	19	47
Centro Novo do Maranhão	7	0,34	21	52
Conceição do Lago-Açu	5	0,32	16	39
Fernando Falcão	5	0,50	10	25
Governador Newton Bello	5	0,50	10	25
Itaipava do Grajaú	5	0,37	14	34
Jenipapo dos Vieiras	4	0,25	16	40
Lagoa Grande do Maranhão	6	0,47	13	32
Marajá do Sena	2	0,26	8	19
Milagres do Maranhão	4	0,48	8	21
Pedro do Rosário	9	0,37	24	60
Primeira Cruz	7	0,47	15	37
Santa Filomena do Maranhão	3	0,40	8	19
Santana do Maranhão	5	0,39	13	32
Santo Amaro do Maranhão	6	0,40	15	38
São Francisco do Maranhão	9	0,75	12	30
São João do Carú	4	0,26	16	39
São João do Soter	6	0,33	18	45
São Raimundo do Doca Bezerra	3	0,56	5	13
São Roberto	3	0,47	6	16
Satubinha	5	0,38	13	33
Serrano do Maranhão	2	0,19	11	27

Fonte: DATASUS/IMESC

O número de leitos por 1.000 habitantes mensura a relação entre a oferta de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS e a população residente na mesma área geográfica. Analisar a oferta de leitos hospitalares pelo SUS, segundo o tipo de leito, permite identificar situações de desigualdade e tendências que demandem ações específicas. Os municípios com maior quantidade de leitos são Arame (58) e Araíoses (52), por sua vez os municípios com maiores índices são Governador Newton Belo (3,25), Satubinha (2,86) e Itaipava do Grajaú (2,52).

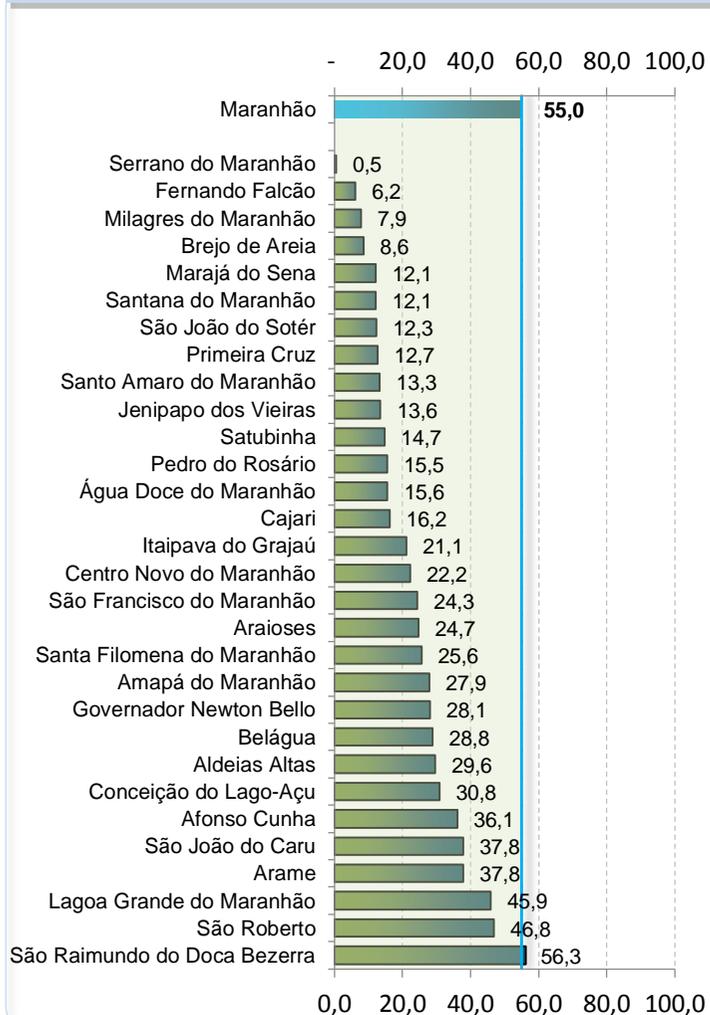
**Tabela 8 - Leitos por mil habitantes e leitos por tipo - 2013**

Municípios	Leitos por 1000 hab.	População	Cirúrgicos Geral	Clínico Geral	Unidade de Isolamento	Obstétrico		Pediátrico		Total
						Cirúrgico	Clínico	Cirúrgico	Clínico	
Amapá do Maranhão	0,00	6.583	0	0	0	0	0	0	0	0
Belágua	0,00	12.335	0	0	0	0	0	0	0	0
Brejo de Areia	0,00	4.962	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro Novo do Maranhão	0,00	19.947	0	0	0	0	0	0	0	0
Marajá do Sena	0,00	7.751	0	0	0	0	0	0	0	0
São Raimundo do Doca Bezerra	0,00	5.757	0	0	0	0	0	0	0	0
São Roberto	0,00	6.193	0	0	0	0	0	0	0	0
Cajari	0,65	18.603	0	8	0	0	4	0	0	12
Primeira Cruz	0,98	14.355	4	4	0	1	2	1	2	14
Conceição do Lago-Açu	1,00	14.989	0	8	0	0	3	0	4	15
Aldeias Altas	1,01	24.726	8	8	0	2	3	1	3	25
Santo Amaro do Maranhão	1,04	14.456	1	7	0	1	2	0	4	15
Lagoa Grande do Maranhão	1,04	12.501	0	4	0	0	4	0	5	13
São João do Soter	1,08	17.602	4	5	0	2	4	1	3	19
Jenipapo dos Vieiras	1,08	15.733	2	6	0	1	3	1	4	17
Milagres do Maranhão	1,10	8.195	1	3	0	1	1	0	3	9
Santana do Maranhão	1,15	12.203	0	8	1	0	3	0	3	14
Araíoses	1,19	43.653	0	33	0	0	8	0	11	52
Água Doce do Maranhão	1,26	11.865	0	9	0	1	2	1	2	15
Pedro do Rosário	1,45	23.454	4	14	0	9	0	0	7	34
São Francisco do Maranhão	1,51	11.932	2	6	0	2	2	0	6	18
Arame	1,83	31.729	11	19	0	0	9	0	19	58
Fernando Falcão	1,88	9.584	0	10	0	0	4	0	4	18
Serrano do Maranhão	1,90	10.545	4	7	0	3	2	2	2	20
São João do Carú	2,24	15.631	4	17	0	0	5	0	9	35
Santa Filomena Do Maranhão	2,35	7.246	0	10	0	0	2	0	5	17
Afonso Cunha	2,46	6.090	0	8	0	0	3	0	4	15
Itaipava do Grajaú	2,52	13.103	2	16	0	1	7	1	6	33
Satubinha	2,86	12.600	6	16	0	0	6	0	8	36
Governador Newton Bello	3,25	10.166	3	16	0	1	5	0	8	33

Fonte: SES/IMESC Nota: Dados para Maranhão e Brasil não disponíveis

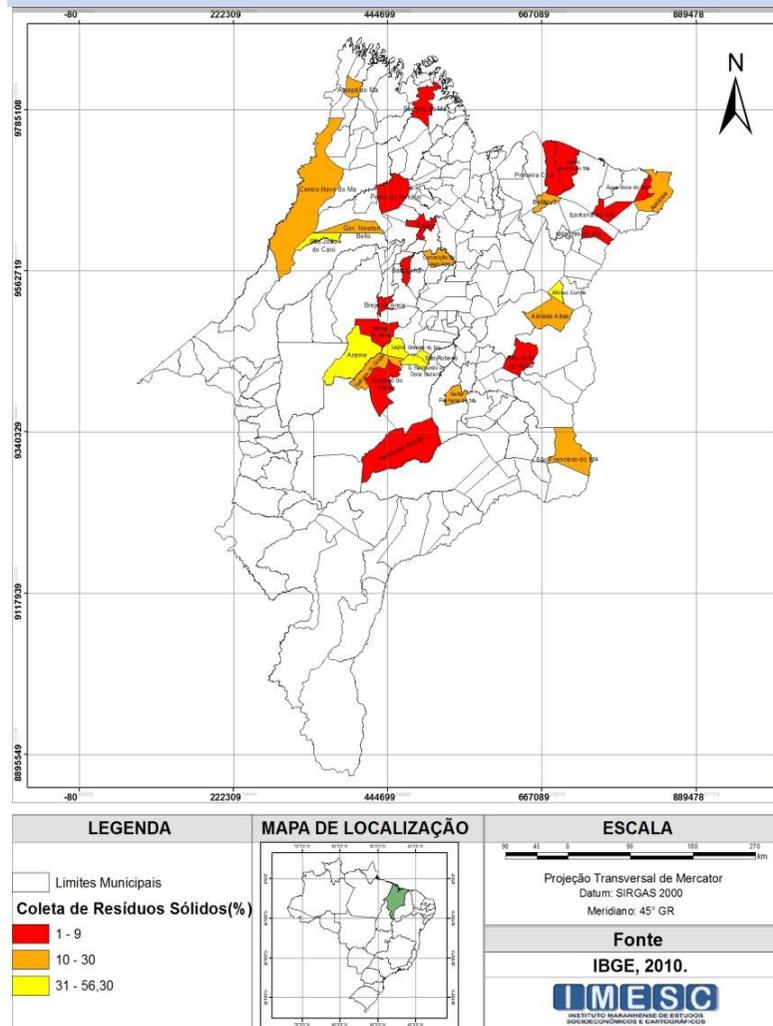
A média das residências que recebem o serviço de coleta de resíduos sólidos no Brasil é de 87%, para o Nordeste diminui para 62% e, no Maranhão, é de 55%. Na análise dos 30 municípios, todos estão abaixo das médias do Brasil, Nordeste e Maranhão.

**Gráfico 18 - Percentual de Domicílios com Coleta de Resíduos Sólidos - 2010**



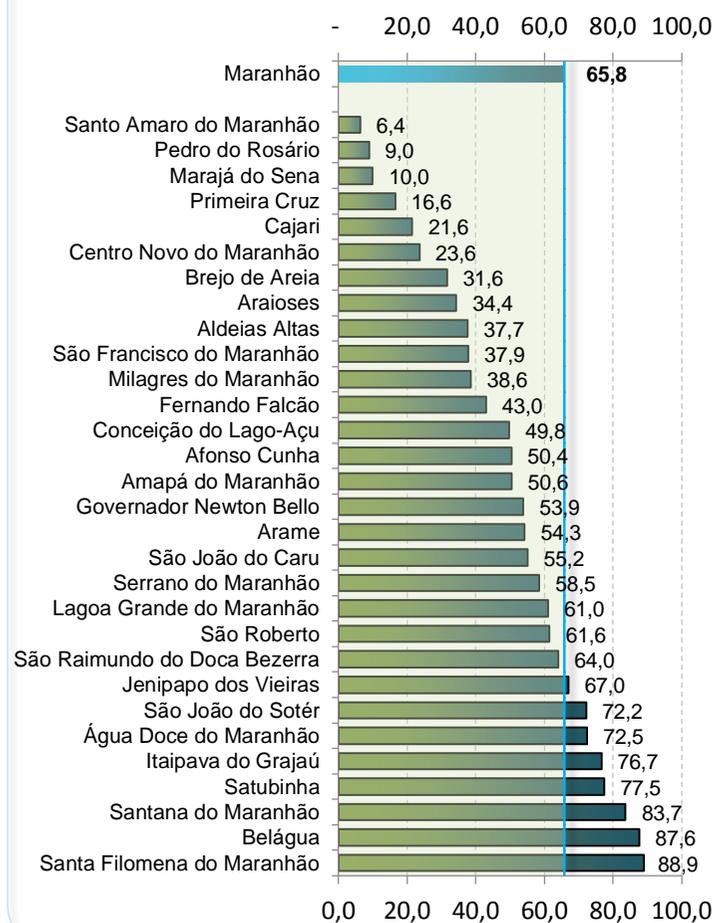
Fonte: IBGE

**Mapa 5 - Percentual de Domicílios particulares permanentes com Coleta de Resíduos Sólidos - 2010**



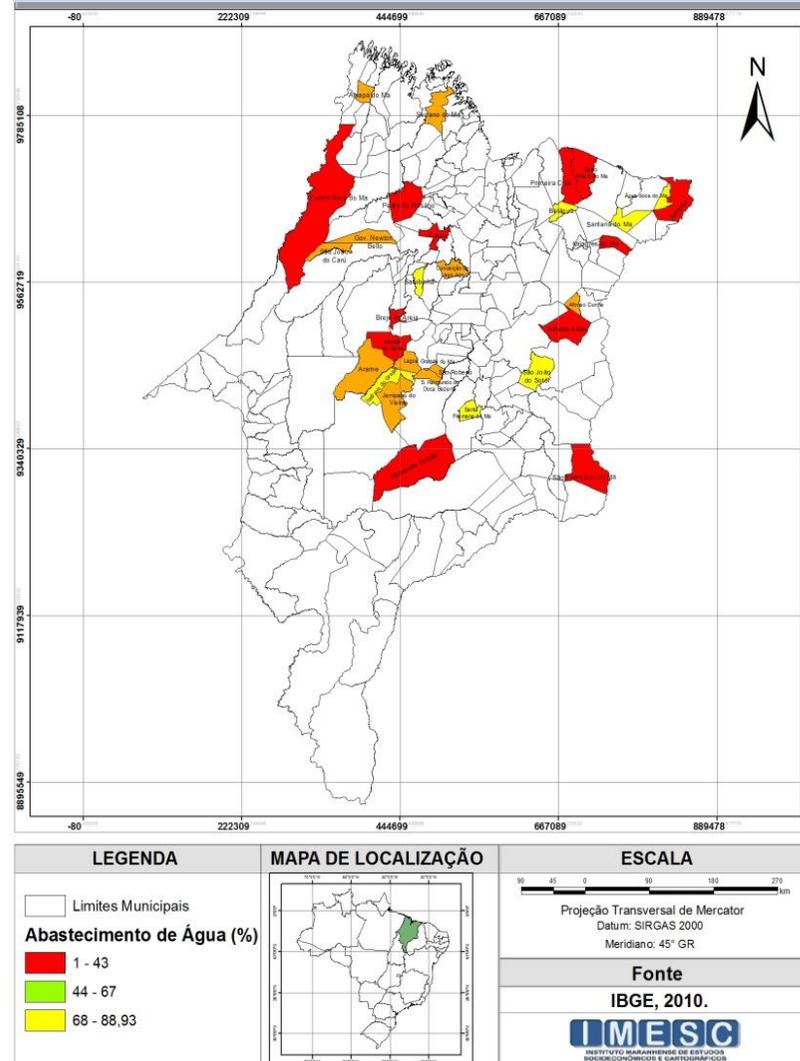
A rede de abastecimento de água no país possui média de 82% de domicílios atendidos, no Nordeste esse índice diminui para 68% e no Maranhão 65,8% (IBGE, 2010). Na análise dos municípios incluídos no Plano de Ações Mais IDH, 22 estão abaixo do índice do Estado e 13 municípios atendem menos de 50% das residências.

**Gráfico 19** - Percentual de Domicílios particulares permanentes com Abastecimento de água da rede geral- 2010



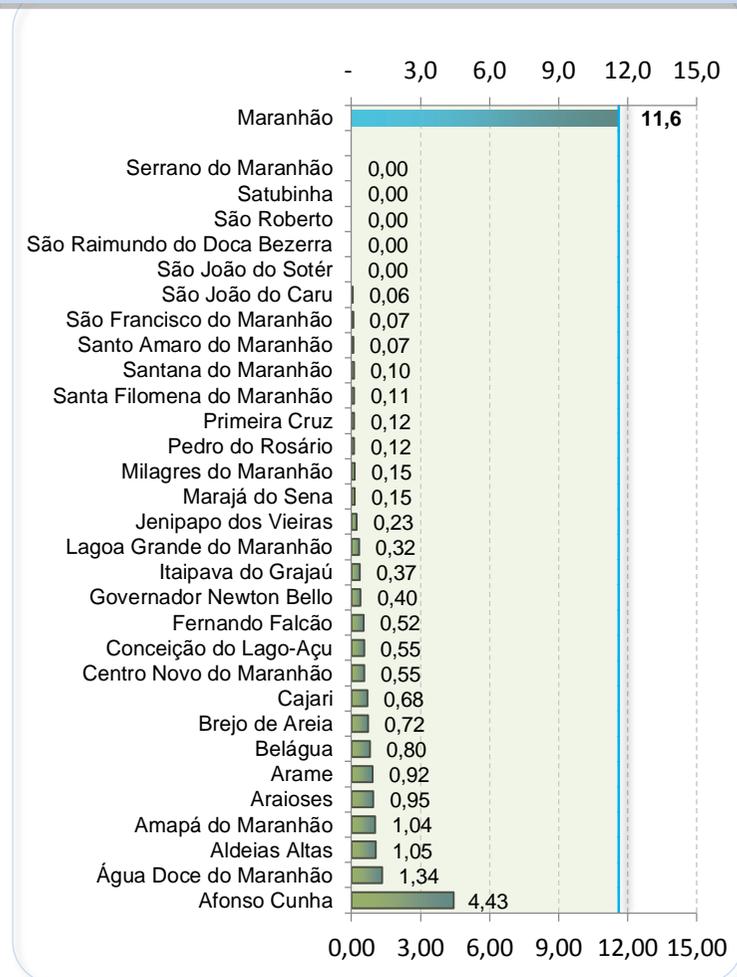
Fonte: IBGE

**Mapa 6** - Percentual de Domicílios particulares permanentes com Abastecimento de água da rede geral- 2010



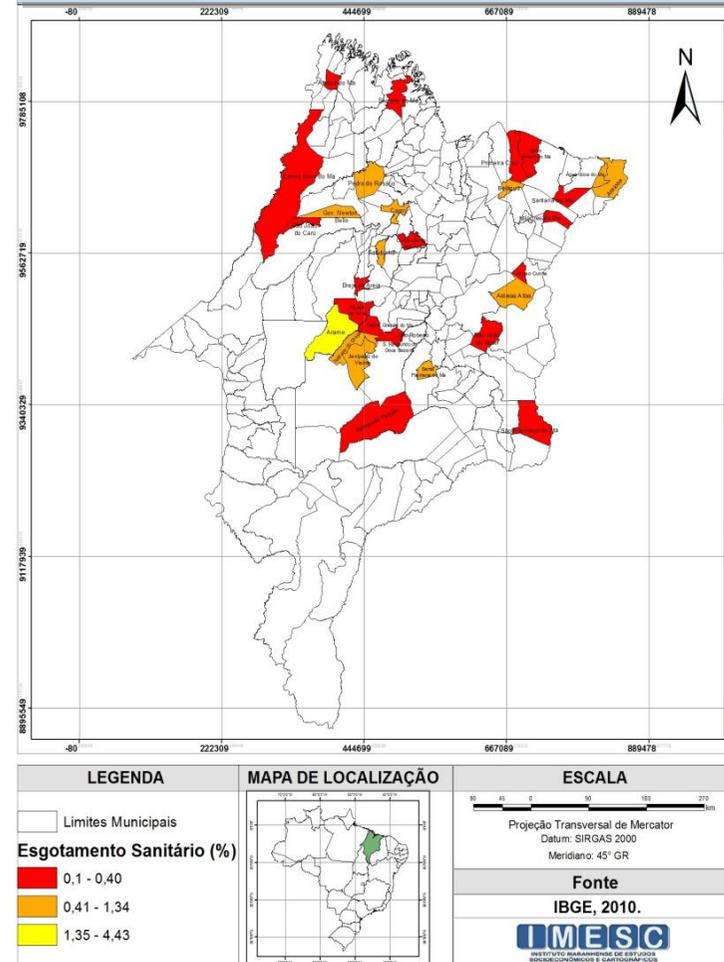
A média das residências que recebem o serviço de coleta de resíduos sólidos no Brasil é de 87%, para o Nordeste diminui para 62% e, no Maranhão, é de 55%. Na análise dos 30 municípios, todos estão abaixo da média do Brasil e do Nordeste. Na média do Estado do Maranhão apenas o município de São Raimundo do Doca Bezerra, está acima da média do Estado.

**Gráfico 20** - Percentual de Domicílios particulares permanentes com Esgotamento Sanitário - 2010



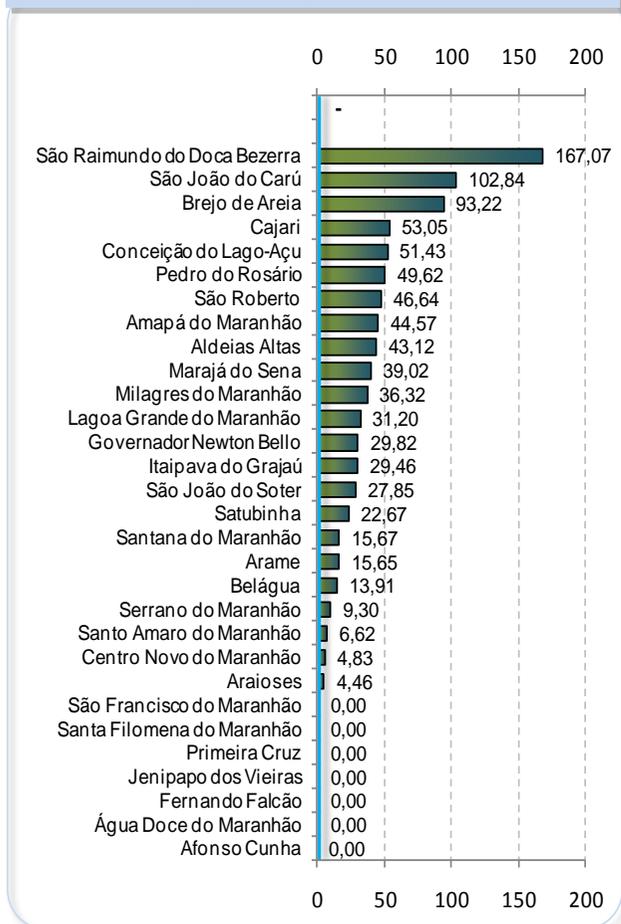
Fonte: IBGE

**Gráfico 7** - Percentual de Domicílios particulares permanentes com Esgotamento Sanitário - 2010



A Organização Mundial de Saúde criou o Programa Nacional de Controle e Eliminação da Hanseníase por se tratar um problema de saúde pública. A incidência ocorre principalmente nas classes socioeconômicas baixas, dessa forma o combate a miséria e aos baixos índices de saneamento básico são medidas que deverão estar associadas ao diagnóstico precoce e ao completo ciclo do tratamento, não só da hanseníase, como também das outras doenças analisadas nesse estudo. Os Municípios que concentram a maioria dos casos de Hanseníase são: São Raimundo do Doca Bezerra, São João da Caru e Brejo de Areia, que também possuem incidências de Tuberculose, Leishmaniose Visceral e Dengue.

**Gráfico 21 - Taxa de incidência de Hanseníase (100.000) habitantes - 2013**



Fonte: SES

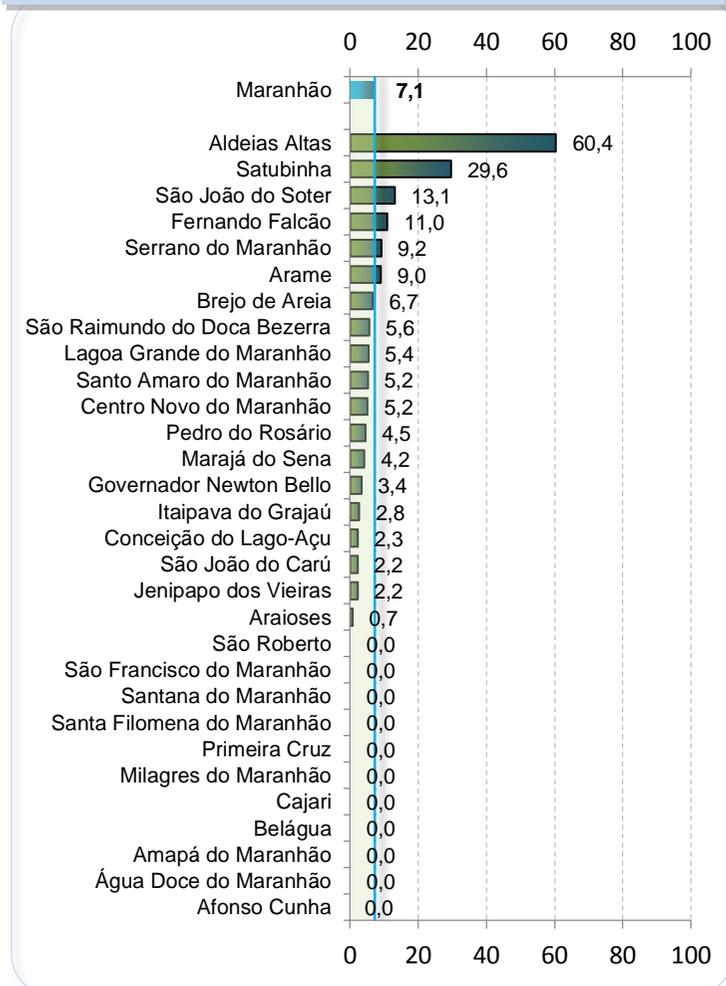
**Tabela 9 - Doenças endêmicas, em relação à população\*\* - 2013, 2014**

Município	Taxa de incidência de Hanseníase (1/100.000hab)*	Proporção de Cura de casos de tuberculose (%)	Taxa de incidência de Leish.Visceral (1/100.000hab)	Taxa de incidência de Dengue (1/100.000hab)*
	2013		2014	
<b>Maranhão</b>	-	<b>70,60</b>	<b>9</b>	-
São Raimundo do Doca Bezerra	167,07	0,00	16	0
São João do Carú	102,84	100,00	0	6
Brejo de Areia	93,22	50,00	0	0
Cajari	53,05	55,60	0	0
Conceição do Lago-Açu	51,43	50,00	0	0
Pedro do Rosário	49,62	0,00	0	0
São Roberto	46,64	0,00	17	0
Amapá do Maranhão	44,57	50,00	0	0
Aldeias Altas	43,12	40,00	33	12
Marajá do Sena	39,02	0,00	0	0
Milagres do Maranhão	36,32	0,00	0	12
Lagoa Grande do Maranhão	31,20	0,00	0	0
Governador Newton Bello	29,82	0,00	8	40
Itaipava do Grajaú	29,46	0,00	0	59
São João do Soter	27,85	0,00	64	11
Satubinha	22,67	33,30	0	0
Santana do Maranhão	15,67	0,00	0	0
Arame	15,65	87,50	0	13
Belágua	13,91	0,00	0	0
Serrano do Maranhão	9,30	50,00	0	0
Santo Amaro do Maranhão	6,62	50,00	7	0
Centro Novo do Maranhão	4,83	50,00	6	5
Araioses	4,46	75,00	0	0
Afonso Cunha	0,00	100,00	34	0
Água Doce do Maranhão	0,00	0,00	0	0
Fernando Falcão	0,00	70,00	0	0
Jenipapo dos Vieiras	0,00	50,00	0	0
Primeira Cruz	0,00	100,00	0	0
Santa Filomena do Maranhão	0,00	0,00	0	0
São Francisco do Maranhão	0,00	0,00	0	8

Fonte: SES; \*Dados para Maranhão não disponíveis Nota: Dados para Brasil não disponíveis

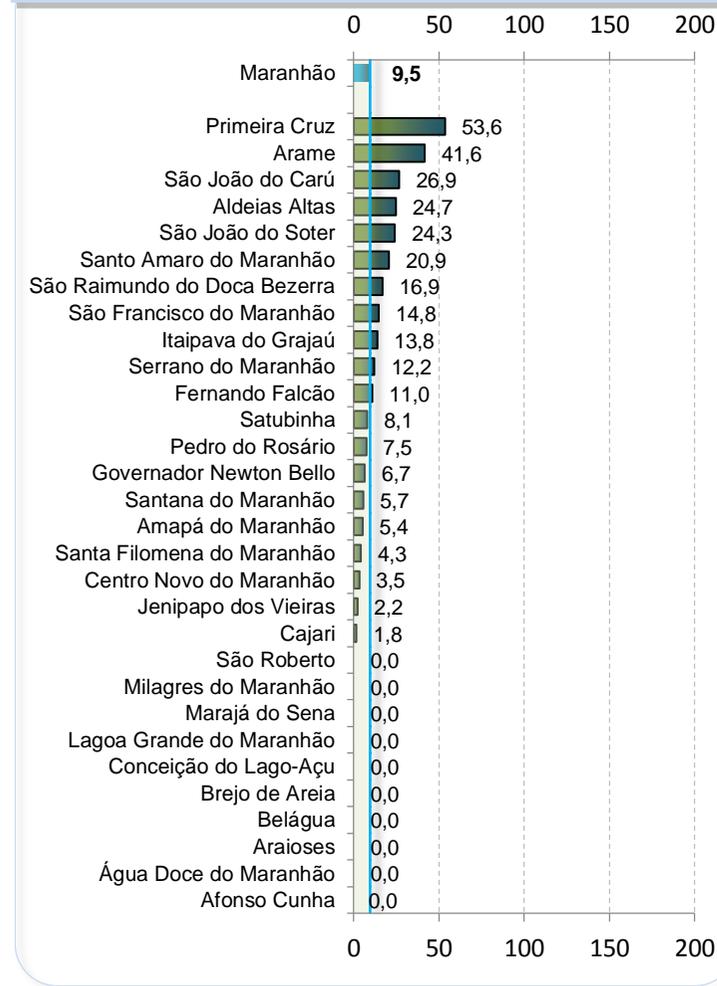
Os dados de internação dos municípios com maior indicador de Acidente Vascular Cerebral (AVC) e Diabete Melito, mostram que há respectivamente 6 e 11 municípios com taxas de superiores à media estadual. Convém observar que as taxas são calculadas por 10 mil habitantes, sendo Aldeias Altas e Satubinha os municípios líderes na incidência do agravo, respectivamente com 60,4 e 29,6 casos de AVC por 10 mil habitantes. O mesmo se pode afirmar, nos casos de internação por Diabete Melito, para os municípios de Primeira Cruz e Arame, com, respectivamente 53,6 e 41,6 casos por 10 mil habitantes.

**Gráfico 22 - Taxa de internação por Acidente Vascular Cerebral (1/10.000 hab) - 2013**



Fonte: SES

**Gráfico 23 - Taxa de internação por Diabete Melito (1/10.000 hab) - 2013**



Fonte: SES

### 5.3 Eixo Renda

A Renda é uma das três dimensões que compõem o IDHM e possui apenas um indicador, renda *per capita* (Renda mensal *per capita* em R\$ ago/2010). Para analisar essa dimensão, optou-se por escolher indicadores que contemplam os temas: Produção, Rendimento e Trabalho, diretamente ligados a dinâmica de geração de renda nos municípios.

No tema Produção, foram selecionados os seguintes indicadores: Produto Interno Bruto – PIB; Valor Adicionado Bruto – VAB; PIB *per capita*; e Produção Agrícola. Esses indicadores refletem a estrutura pouco diversificada dos 30 municípios com menor IDHM do Estado, bem como a predominância da Agropecuária e dos Serviços de Utilidade Pública - SIUP como principais geradores de renda nessas localidades. No Setor da Agropecuária, destaca-se a produção agrícola baseia-se, quase na totalidade, na agricultura familiar.

No tema Rendimento, utilizou-se os indicadores: Extrema Pobreza; Cadastro Único – CadÚnico; Programa Bolsa Família – PBF; Benefício de Prestação Continuada – BPC; Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Com esses indicadores, pode-se, tanto dimensionar a extrema Pobreza e a Pobreza do Maranhão e dos 30 municípios selecionados para o Plano Mais IDH, que são recordes no país, como conhecer a cobertura dos principais Programas de Transferências de Renda nesses municípios – PBF e BPC, e constatar se nesses municípios existe a estrutura socioassistencial mínima necessária para atender a população em situação de vulnerabilidade – CRAS e CREAS.

Por fim, o tema Trabalho, no qual fez-se um levantamento tanto dos dados de Mercado de Trabalho quanto ao Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, como do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS. Pode-se constatar uma baixa taxa de atividade nesses municípios, pois embora exista uma considerável população apta a trabalhar, há uma baixa inserção no Mercado de Trabalho. Situação que se soma à baixa formalização do mercado de trabalho (11,8%, em média) e pode ser explicada pela predominância de ocupações nas atividades agropecuárias - 62,1% da população ocupada nesses municípios, em média.

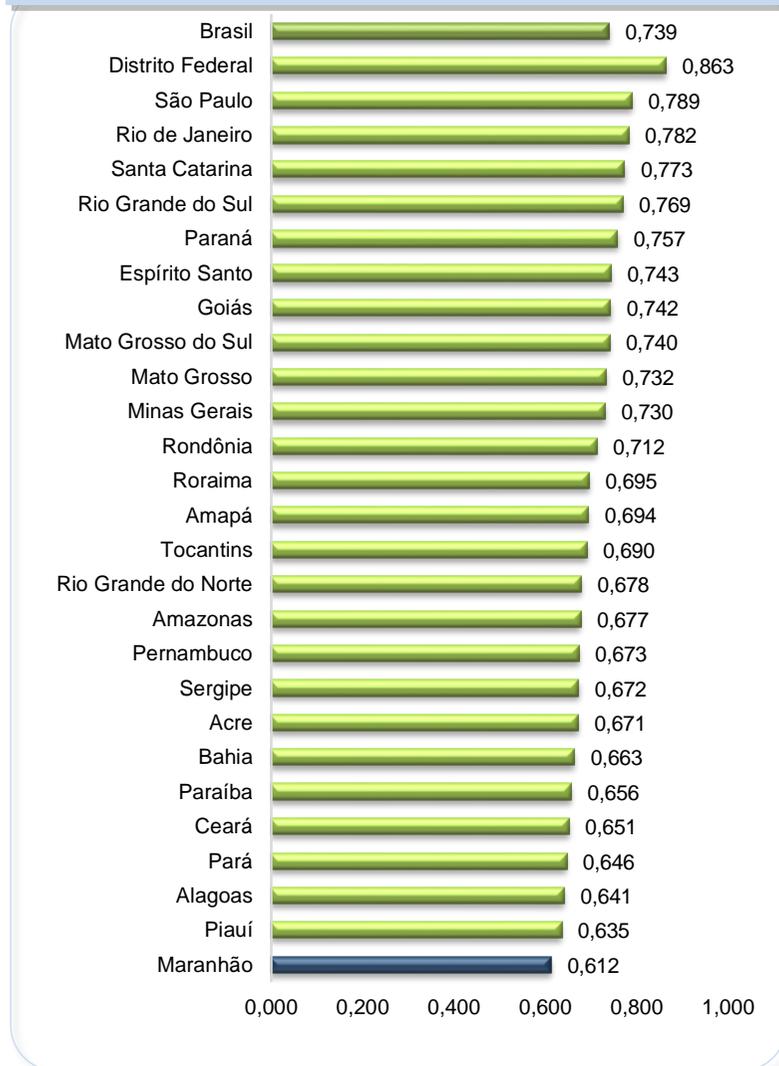


**Quadro 4 - Indicadores do Eixo Renda**

EIXO RENDA : Secretaria de Agricultura Familiar; Sec. Desenvolvimento Social e Sec. Trabalho e Economia Solidária						
DIAGNOSTICO PRELIMINAR	DIAGNOSTICO AVANÇADO	ESPACIALIZAÇÃO	FONTE SECUNDÁRIA	FONTE PRIMÁRIA	ÚLTIMA INF.	OBSERVAÇÕES
<b>PRODUÇÃO</b>						
PIB Municipal	-	-	IMESC/IBGE	-	2012	2 anos de defasagem
PIB per Capita	-	-	IMESC/IBGE	-	2012	2 anos de defasagem
Valor Adicionado por setor de atividade	-	-	IMESC/IBGE	-	2012	2 anos de defasagem
-	Técnicas de cultivo	-	-	-	-	Levantamento de campo
Produção/Produtividade dos produtos agrícolas		-	-	SAF/Agerp; Sec. Munic. de Agricultura.	2013	Levantamento de campo
-	Infraestrutura produtiva (agroindústria; estrada; escoamento; água; energia; comercialização)	-	-	Sagrima; SAF/Agerp; CEPC; FETAEMA/STPR	-	Levantamento de campo Periodicidade: Mensal/ Trimestral
-	Crédito Rural	-	-	BCB/Sagrima/Bancos	-	Solicitar aso Bancos
-	Insegurança Alimentar	-	-	SEDUC Est./ Mun. / Consea	-	Levantamento de campo
-	Feiras, Mercados, PAA, PNAE	-	-	SAF/Agerp, Conab/ Sebrae/ Sagrima	-	Levantamento de campo
-	Construção/ Existência do Plano	-	-	SAF	-	Levantamento de campo
-	ATER	-	-	SAF/Agerp	-	Levantamento de campo
<b>RENDIMENTO</b>						
-	Produtos não agrícolas (artesanado, ...)	-	-	Município	-	Levantamento de campo
-	Pronatec (cursos, pessoas qualificadas...)	-	-	SEDES	-	Utilizar o Pronatec
-	Cozinhas Comunitárias	-	-	-	-	Levantamento de campo
CadÚnico						CRAS
Bolsa Família						CRAS
BPC						CRAS
Renda domiciliar	Renda domiciliar por Setor Censitário	-	MDS	SEDES	2010	Indicador Censitário
Extrema pobreza urbano/rural	Extrema pobreza por Setor Censitário	-	MDS	SEDES	2010	Indicador Censitário
CRAS/CREAS	CRAS/CREAS	-	MDS	SEDES	2014	Levantamento de campo
-	Crédito rural	-	-	-	-	Bancos
<b>TRABALHO</b>						
PEA/PIA/POC	-	-	IBGE	-	2010	Indicador Censitário
Ocupação por atividade econômica	-	-	IBGE	-	2010	Indicador Censitário
Ocupação por posição na ocupação	-	-	IBGE	-	2010	Indicador Censitário
Trabalhadores formais por Seção de Atividades	-	-	MTE	-	2013	Apenas Vínculos Formais
Escolaridade da Força de Trabalho	-	-	MTE	-	2013	Apenas Vínculos Formais

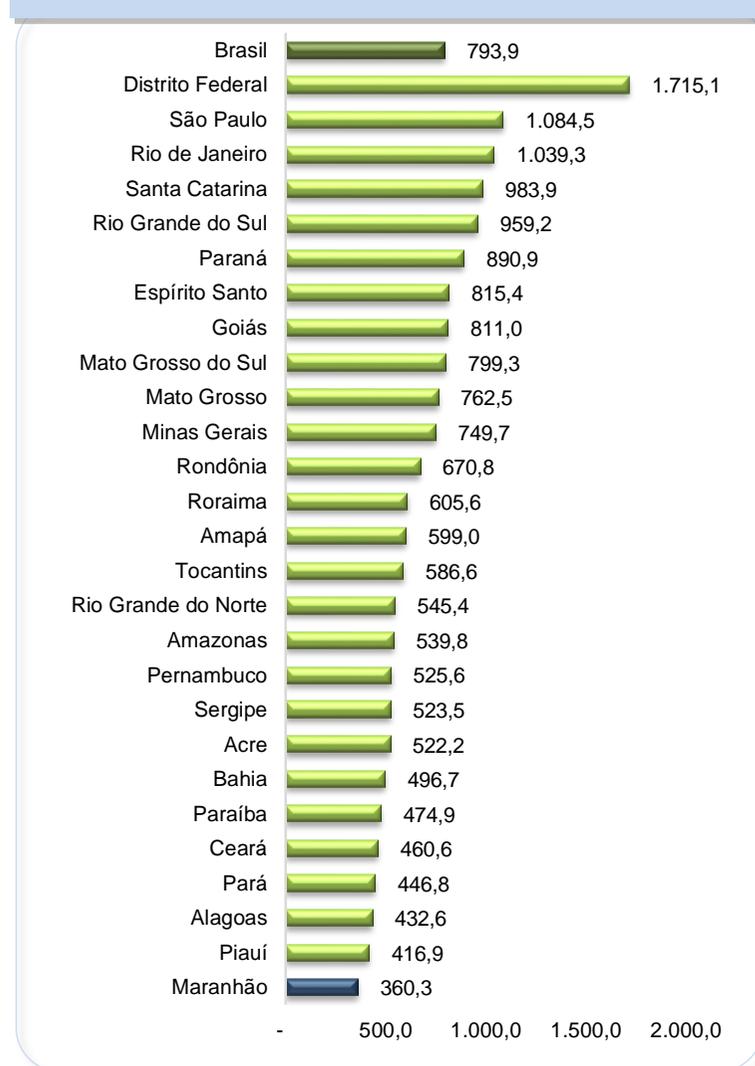
O Maranhão é o Estado com menor IDHM Renda do Brasil, com índice de 0,612, e o maior IDHM Renda é o do Distrito Federal, com índice 0,863 (Gráfico 24). Esse indicador reflete a baixa Renda *per capita* do Maranhão, que chega a ser inferior em mais de 55% a do Brasil e, aproximadamente, 80% a do Distrito Federal. (Gráfico 25)

**Gráfico 24 - IDHM Renda – Brasil e Unidades da Federação 2010**



Fonte: IPEA; FJP; PNUD

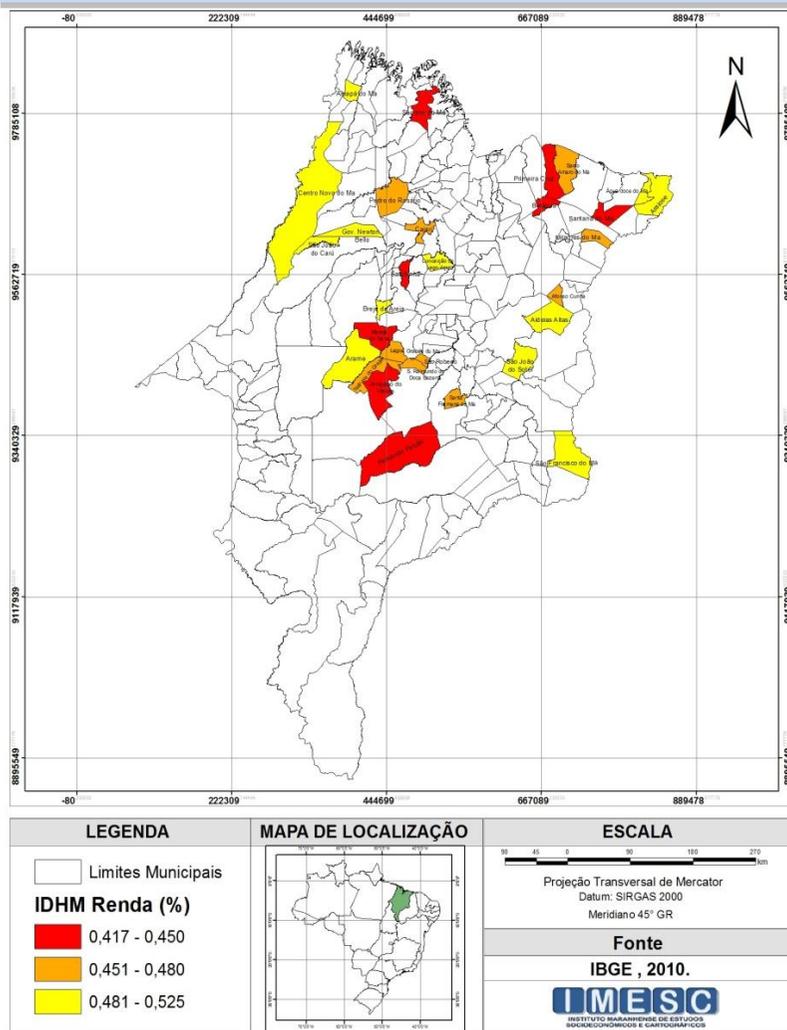
**Gráfico 25 - IDHM Renda *per capita* – Brasil e Unidades da Federação 2010**



Fonte: IPEA; FJP; PNUD

Nos trinta municípios de menor IDHM do Estado, destaca-se que 28 deles estão no ranking dos 200 municípios com menor IDHM Renda do Brasil, sendo que o primeiro, o segundo e terceiro lugares são ocupados, respectivamente, pelos municípios de Marajá do Sena, Fernando Falcão e Belágua, respectivamente. Dada esta situação, formular, implementar e monitorar políticas públicas para elevar a renda da população maranhense é um dos grandes desafios do Plano Mais IDH.

**Mapa 8 - IDHM Renda dos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão 2010**



Fonte: IPEA; FJP; PNUD

**Gráfico 26 - IDHM Renda dos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão - 2010**



Fonte: IPEA; FJP; PNUD

O **Gráfico 27** mostra que a Renda *per capita* do Maranhão (R\$ 360) é inferior à metade do indicador do Brasil (R\$ 794). Em se tratando dos 30 municípios analisados, a situação é ainda mais crítica - para atingir a média do Estado, eles precisam agregar, em média, R\$ 199 na sua renda *per capita*. O desafio é considerável. No **Gráfico 28** pode-se observar uma simulação com o acréscimo de renda necessário para que todos os 30 municípios atinjam a renda *per capita* média do Estado, prevalente em 2010 - o incremento da massa de rendimentos anual seria de R\$ 83,4 milhões (a preços de janeiro de 2015, ajustados pela inflação do IPCA).

**Gráfico 27 - IDHM Renda *per capita* dos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão - 2010**



Fonte: IPEA; FJP; PNUD

**Gráfico 28 - Incremento\* necessário na massa de rendimentos anual nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão para que atinjam o nível médio do Estado (R\$ de janeiro de 2015)**

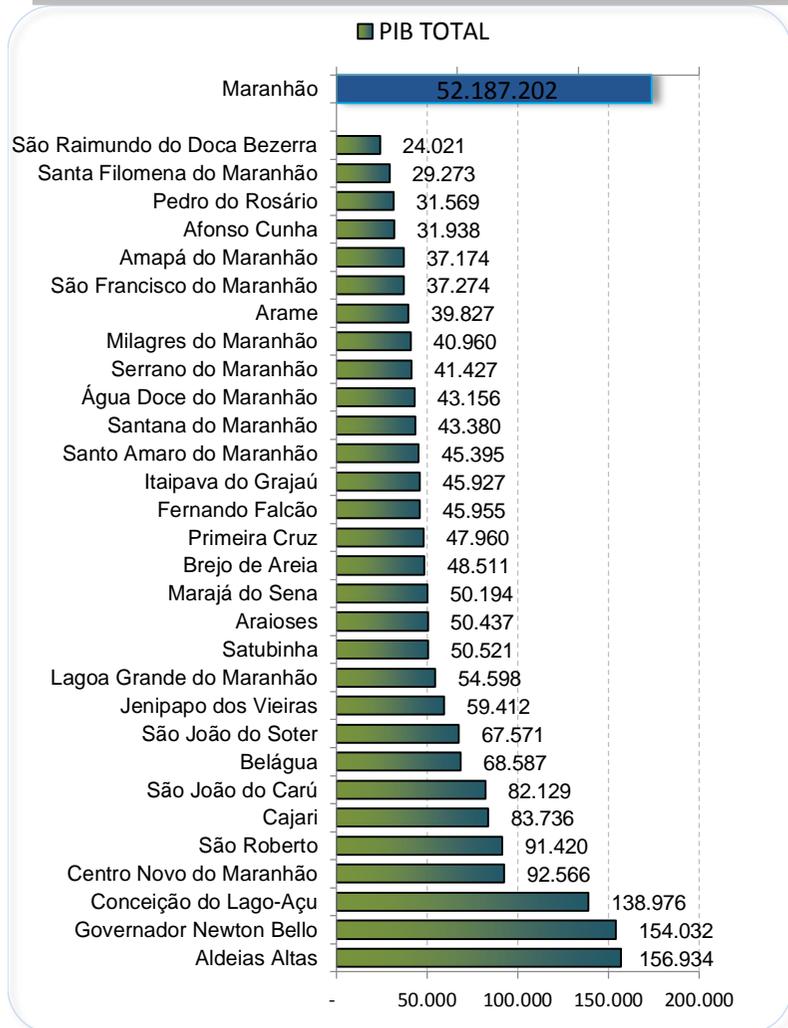


Fonte: IPEA; FJP; PNUD

\*Para se chegar ao Incremento necessário na massa de rendimentos anual em cada município, fez-se a diferença da Renda *per capita* do Estado e a Renda *per capita* do município, depois se calculou a diferença encontrada por 12 (meses do ano).

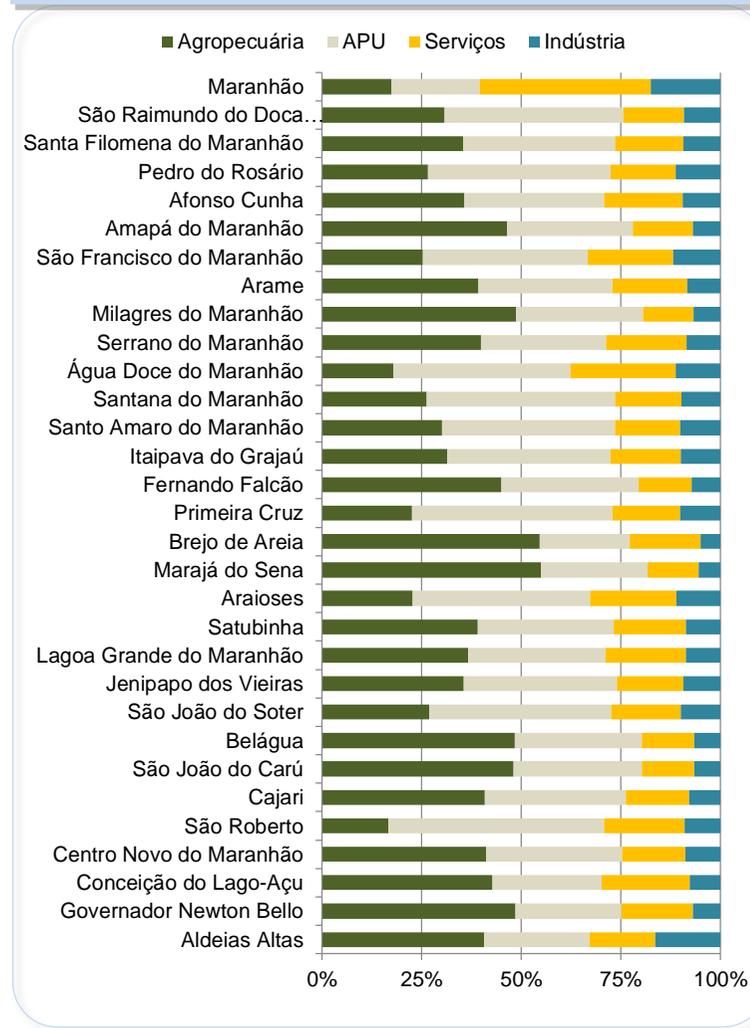
Os 30 municípios com menor IDHM do Maranhão são municípios de pequeno porte com economia pouco diversificada. A soma do PIB desses municípios representa apenas 3,5% do total do PIB do Estado (**Gráfico 29**), não obstante representem 6,2% da população do Estado. O **Gráfico 30** mostra que as atividades predominantes nesses municípios são a Agropecuária e a Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social – APU, que representam mais da metade do VAB em todos os municípios e, em seis deles, ultrapassam 75%. Destaca-se, também, a pequena participação do setor da Indústria, com 8,9% em média.

**Gráfico 29 - PIB dos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão - R\$ Milhões - 2012**



Fonte: IBGE; IMESC

**Gráfico 30 – Valor Adicionado Bruto (VAB) dos 30 municípios com menor IDHM do MA – em % - 2012**

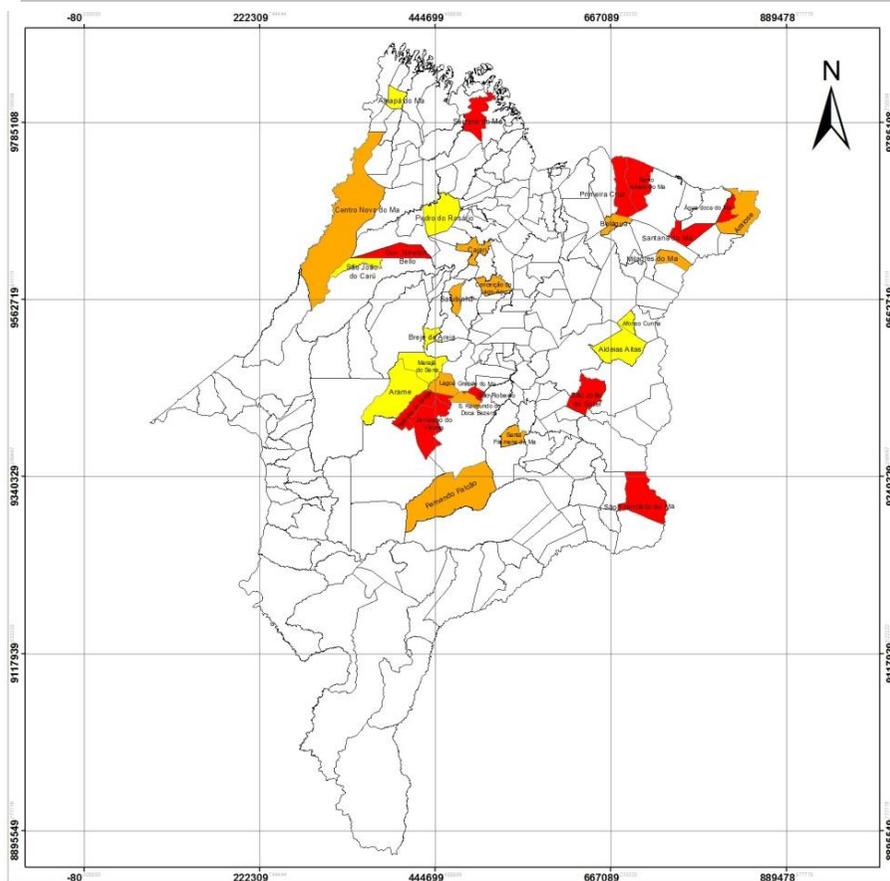


Fonte: IBGE ; IMESC

O Produto Interno Bruto – PIB mensura o valor da totalidade dos bens e serviços finais (ou seja, descontadas as despesas com os insumos utilizados no processo de produção) produzidos durante um ano em determinada unidade geográfica. Por sua vez, o Valor Adicionado Bruto – VAB corresponde ao PIB, descontados os impostos (IBGE, 2015).

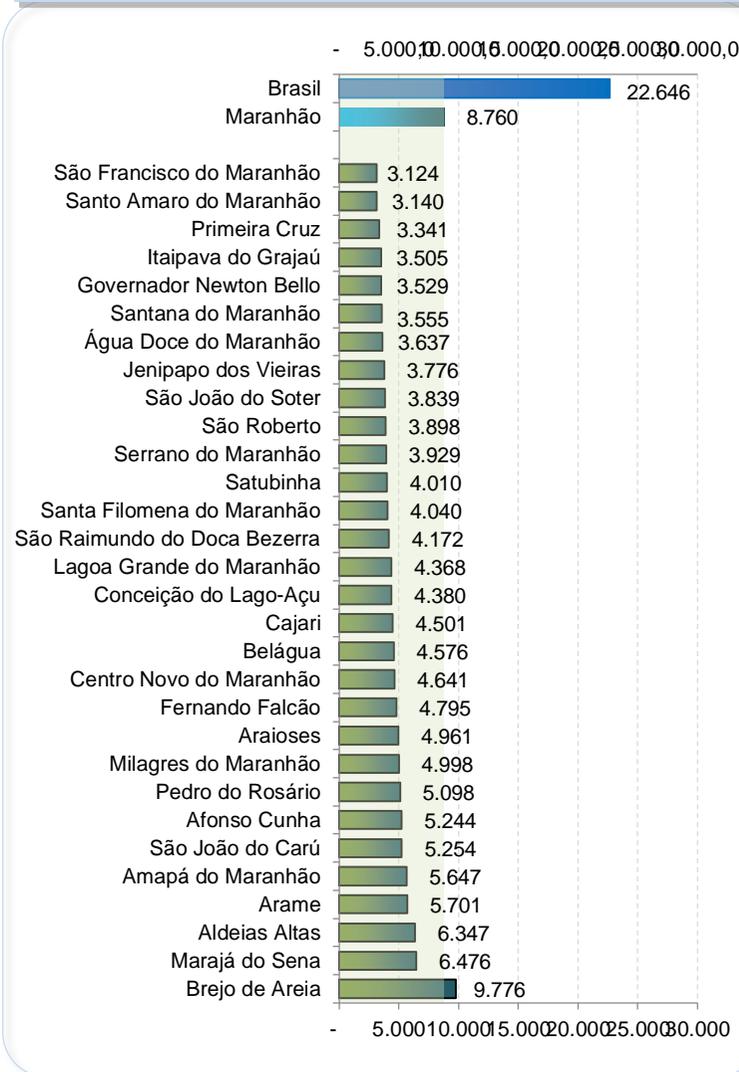
O PIB *per capita* do Maranhão (R\$ 8.760) representava em 2012 não mais que 38,5% do PIB *per capita* do Brasil (R\$ 22.646) no mesmo ano. Com exceção de Brejo de Areia, que registrou um PIB *per capita* superior ao do Estado em 2012 (R\$ 9.776), a média do PIB *per capita* dos demais municípios é de apenas R\$ 4.430, ou 50,6% da média estadual em 2012. (Gráfico 31).

**Mapa 9 - PIB *per capita* dos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão - em 1 R\$ - 2012**



<p><b>LEGENDA</b></p> <p>Limites Municipais</p> <p><b>PIB Percapita</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: red;">■</span> 1 - 3999</li> <li><span style="color: orange;">■</span> 4000 - 4999</li> <li><span style="color: yellow;">■</span> 5000 - 9776,49</li> </ul>	<p><b>MAPA DE LOCALIZAÇÃO</b></p>	<p><b>ESCALA</b></p> <p>0 45 90 180 270 km</p> <p>Projeção Transversal de Mercator Datum: SIRGAS 2000 Meridiano 45° GR</p> <p><b>Fonte</b></p> <p><b>IBGE / IMESC, 2012.</b></p>
--	-----------------------------------	--

**Gráfico 31 - PIB *per capita* dos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão- em 1 R\$ - 2012**



O Produto Interno Bruto – PIB *per capita* é o PIB de um determinado território dividido pela população dessa unidade geográfica.

A **Tabela 10** mostra a Produção e o Rendimento médio da Produção dos principais produtos agrícolas dos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão.

Nos municípios selecionados, a produção agrícola baseia-se, quase na totalidade, na agricultura familiar. Pode-se observar, via de regra, a prevalência de baixa produtividade, em muitos casos associada à situações de insegurança alimentar.

Por isso, o acesso à assistência técnica, ao crédito direcionado e à comercialização, com destaque para as compras institucionais de alimentos (PAA e PNAE), contribuirá, a um só tempo, para o incremento da produção, o acesso à segurança alimentar e a geração de empregos e renda.

O sistema de monitoramento do Plano Mais IDH nos 30 municípios selecionados prevê, além dos indicadores de Produção e Produtividade, monitorar: área plantada, área colhida, produção por habitante, assim como aspectos quantitativos e qualitativos das compras institucionais.

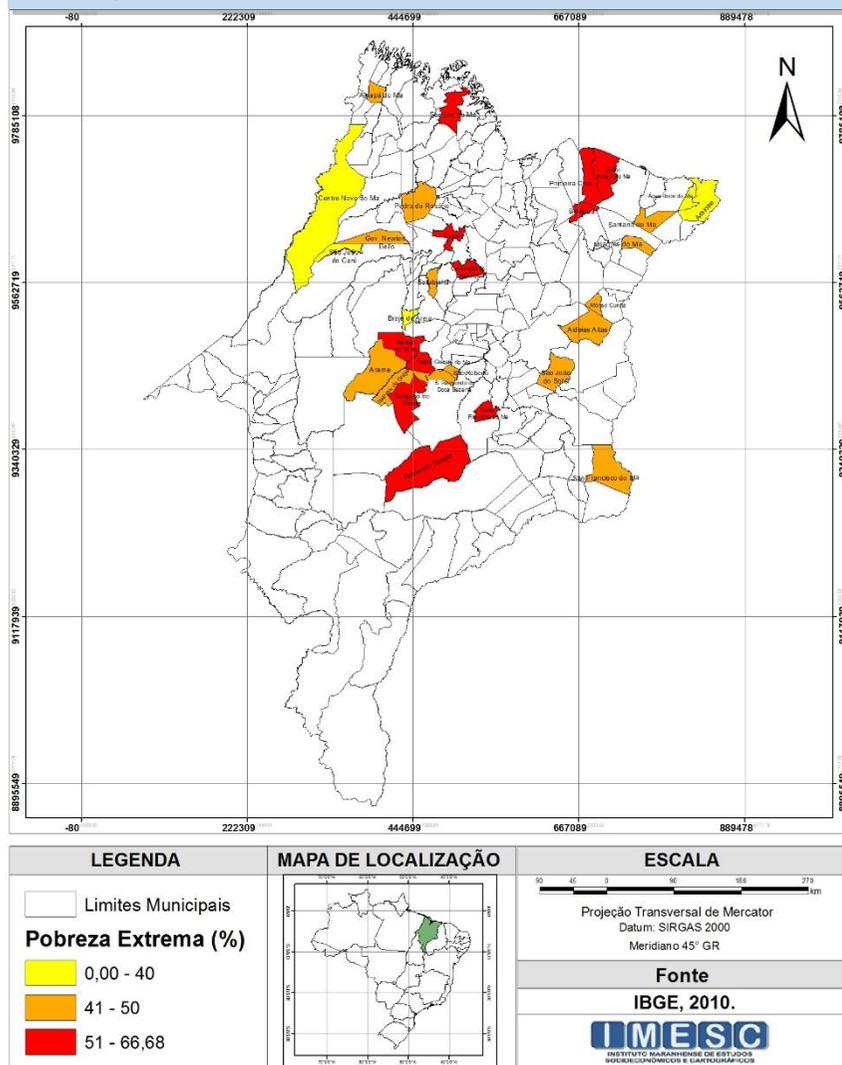
**Tabela 10** – Principais produtos agrícolas dos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão – Produção (em toneladas) e Rendimento médio da Produção (em Quilogramas por Hectare) - 2013

Municípios	Arroz (em casca)		Feijão (em grão)		Mandioca		Milho (em grão)		Soja (em grão)	
	Prod.	Rend.	Prod.	Rend.	Prod.	Rend.	Prod.	Rend.	Prod.	Rend.
<b>Maranhão</b>	<b>481.396</b>	<b>1.193</b>	<b>42.983</b>	<b>457</b>	<b>1.325.328</b>	<b>6.987</b>	<b>1.321.683</b>	<b>2.614</b>	<b>1.581.687</b>	<b>2.808</b>
Fernando Falcão	838	1.085	583	450	3.110	8.000	828	1.400	-	-
Marajá do Sena	4.100	1.200	634	506	2.080	10.000	2.233	1.400	-	-
Jenipapo dos Vieiras	1.980	1.040	799	434	715	9.000	668	1.250	-	-
Satubinha	786	1.300	284	502	1.250	8.000	356	1.200	-	-
Água Doce do Maranhão	-	-	362	356	4.054	7.875	416	792	-	-
Lagoa Grande do Maranhão	4.229	1.200	578	541	2.172	8.500	2.290	1.200	-	-
São João do Carú	5.648	1.150	558	421	14.682	8.680	1.625	680	-	-
Santana do Maranhão	-	-	918	340	3.992	7.328	506	620	-	-
Arame	5.089	1.005	533	379	6.120	8.500	6.270	1.360	-	-
Belágua	183	375	324	321	2.412	3.696	47	164	-	-
Conceição do Lago-Açu	887	1.300	275	546	1.275	8.500	230	899	-	-
Primeira Cruz	1	182	21	250	1.533	3.600	62	269	-	-
Aldeias Altas	862	540	273	245	275	6.000	529	480	-	-
Pedro do Rosário	647	1.000	8	500	8.241	7.500	581	800	-	-
São Raimundo do Doca Bezerra	1.364	1.238	123	464	153	6.805	947	1.200	-	-
São Roberto	961	1.515	62	533	172	7.950	65	1.488	-	-
São João do Soter	893	480	155	258	221	6.000	596	480	-	-
Centro Novo do Maranhão	1.514	1.600	287	383	5.826	8.100	356	500	-	-
Itaipava do Grajaú	1.661	1.000	964	465	491	9.000	1.265	800	-	-
Santo Amaro do Maranhão	4	233	13	220	2.891	3.600	39	270	-	-
Brejo de Areia	3.227	1.300	770	562	1.700	10.000	2.043	1.200	-	-
Serrano do Maranhão	38	634	20	444	4.527	6.523	131	662	-	-
Amapá do Maranhão	241	1.321	193	442	3.640	8.341	138	830	-	-
Araioses	4.325	2.650	1.083	343	8.055	7.650	1.026	630	-	-
Governador Newton Bello	1.215	1.050	284	408	9.807	8.750	236	600	-	-
Cajari	835	1.645	19	500	3.661	7.000	338	801	-	-
Santa Filomena do Maranhão	2.123	1.500	776	488	139	11.000	1.183	1.000	-	-
Milagres do Maranhão	642	375	450	274	763	2.700	144	180	6.890	2.760
São Francisco do Maranhão	2.112	759	277	400	122	8.985	1.676	2.220	481	2.000
Afonso Cunha	182	479	57	235	81	6.000	97	359	2.725	2.160

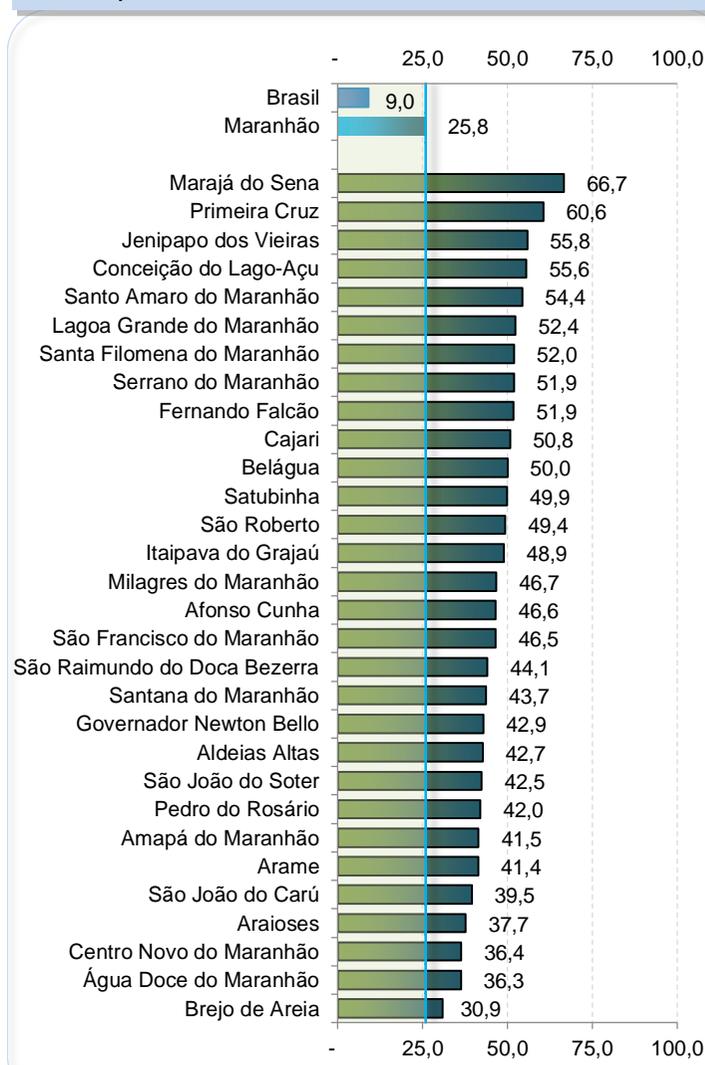
Fonte: IBGE; IMESC

Os dados do Censo de 2010 apontaram o Maranhão o Estado com maior percentual de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, 25,8% (1,7 milhões de pessoas) (**Gráfico 32**). Os 30 municípios com menor IDHM do Maranhão concentram 11,2% da população extremamente pobre do Estado. Nesses municípios, em média, 47,1% da população de cada município está em situação de extrema pobreza. Realizar ações de enfrentamento da pobreza nesses municípios significa atingir, diretamente, um montante de 190.127 pessoas.

**Mapa 10 - Percentual de Extrema Pobreza dos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão - 2010**



**Gráfico 32 – Percentual de Extrema Pobreza dos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão - 2010**



Em 2010, o Governo Federal estabeleceu uma linha de extrema pobreza no valor de R\$ 70, que correspondia a ¼ do salário mínimo no ano em que o Bolsa Família foi criado (2004). Hoje, esta linha é de R\$ 77, devido atualização monetária. É considerado extremamente pobre todo o indivíduo (de crianças a idosos) que tenha uma renda mensal domiciliar *per capita* inferior a R\$ 77,0.

**Tabela 11 – População extremamente pobre nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão, por situação do domicílio – Total e Percentual - 2010**

Ranking Ext. Pob.	Ranking IDHM	Municípios	População			População com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 70 reais			Percentual da população em Extrema Pobreza (%)		
			Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
--	--	<b>Brasil</b>	<b>173.734.316</b>	<b>29.003.782</b>	<b>144.730.534</b>	<b>15.685.349</b>	<b>7.557.461</b>	<b>8.127.888</b>	<b>9,0</b>	<b>26,1</b>	<b>5,6</b>
--	--	<b>Nordeste</b>	<b>52.773.816</b>	<b>14.198.815</b>	<b>38.575.001</b>	<b>9.609.378</b>	<b>5.049.190</b>	<b>4.560.188</b>	<b>18,2</b>	<b>35,6</b>	<b>11,8</b>
--	--	<b>Maranhão</b>	<b>6.547.245</b>	<b>2.420.473</b>	<b>4.126.772</b>	<b>1.691.095</b>	<b>1.064.305</b>	<b>626.790</b>	<b>25,8</b>	<b>44,0</b>	<b>15,2</b>
1	2	Marajá do Sena	8.049	6.891	1.158	5.367	4.939	428	66,7	71,7	37,0
2	9	Belágua	6.477	3.248	3.229	3.926	2.208	1.718	60,6	68,0	53,2
3	3	Jenipapo dos Vieiras	15.412	12.901	2.511	8.605	8.197	408	55,8	63,5	16,2
4	9	Primeira Cruz	13.933	9.656	4.277	7.752	5.946	1.806	55,6	61,6	42,2
5	18	Santo Amaro do Maranhão	13.788	10.178	3.610	7.504	6.453	1.051	54,4	63,4	29,1
6	6	Lagoa Grande do Maranhão	10.483	5.011	5.472	5.497	3.278	2.219	52,4	65,4	40,6
7	27	Santa Filomena do Maranhão	7.051	4.761	2.290	3.663	2.768	895	52,0	58,1	39,1
8	21	Serrano do Maranhão	10.924	6.706	4.218	5.670	4.038	1.632	51,9	60,2	38,7
9	1	Fernando Falcão	9.227	7.725	1.502	4.787	4.214	573	51,9	54,6	38,1
10	26	Cajari	18.286	14.013	4.273	9.296	8.120	1.176	50,8	57,9	27,5
11	9	Arame	31.121	18.708	12.413	15.563	11.793	3.770	50,0	63,0	30,4
12	4	Satubinha	11.929	8.315	3.614	5.949	4.739	1.210	49,9	57,0	33,5
13	14	Pedro do Rosário	22.668	16.796	5.872	11.194	9.323	1.871	49,4	55,5	31,9
14	18	Itaipava do Grajaú	14.256	9.989	4.267	6.978	5.556	1.422	48,9	55,6	33,3
15	28	Milagres do Maranhão	8.101	6.343	1.758	3.783	3.259	524	46,7	51,4	29,8
16	30	Afonso Cunha	5.889	2.668	3.221	2.742	1.729	1.013	46,6	64,8	31,4
17	29	São Francisco do Maranhão	12.134	8.038	4.096	5.644	4.742	902	46,5	59,0	22,0
18	14	São Raimundo do Doca Bezerra	6.078	4.351	1.727	2.681	2.191	490	44,1	50,4	28,4
19	8	Santana do Maranhão	11.604	9.769	1.835	5.075	4.576	499	43,7	46,8	27,2
20	24	Araioses	42.400	30.419	11.981	18.185	15.027	3.158	42,9	49,4	26,4
21	13	Aldeias Altas	23.927	10.311	13.616	10.222	6.285	3.937	42,7	61,0	28,9
22	17	São João do Soter	17.214	10.584	6.630	7.309	5.367	1.942	42,5	50,7	29,3
23	14	São Roberto	5.946	3.110	2.836	2.499	1.597	902	42,0	51,4	31,8
24	23	Amapá do Maranhão	6.385	1.567	4.818	2.651	871	1.780	41,5	55,6	36,9
25	9	Conceição do Lago-Açu	14.404	7.556	6.848	5.961	3.897	2.064	41,4	51,6	30,1
26	7	São João do Carú	12.244	5.944	6.300	4.832	3.054	1.778	39,5	51,4	28,2
27	24	Governador Newton Bello	11.889	7.622	4.267	4.485	3.536	949	37,7	46,4	22,2
28	18	Centro Novo do Maranhão	17.556	12.049	5.507	6.394	4.250	2.144	36,4	35,3	38,9
29	5	Água Doce do Maranhão	11.565	8.445	3.120	4.197	3.588	609	36,3	42,5	19,5
30	21	Brejo de Areia	5.562	2.719	2.843	1.716	1.021	695	30,9	37,6	24,4

Fonte: IBGE; IMESC

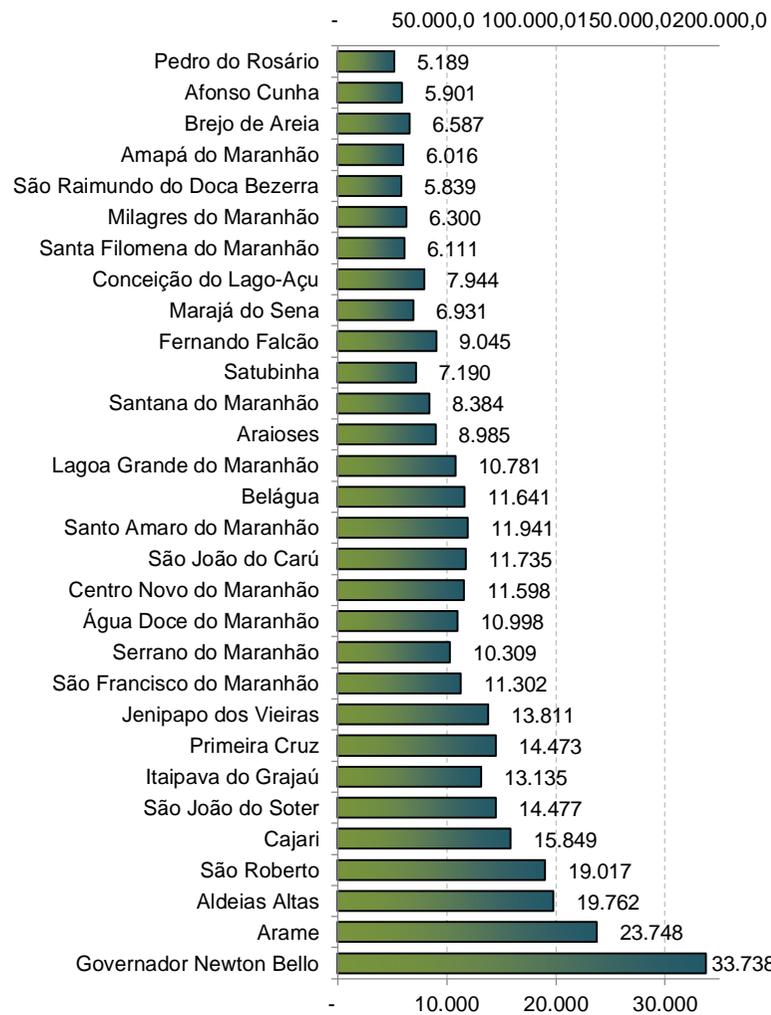
O CadÚnico constitui-se em um instrumento fundamental para monitoramento das ações de redução da extrema pobreza nos municípios-alvo, visto que as informações sobre renda, em nível municipal, são censitárias. A redução no intervalo mínimo para a atualização dos dados do CadÚnico (hoje de dois anos) é uma iniciativa de grande importância para permitir o monitoramento tempestivo das ações do Plano Mais IDH.

**Gráfico 33 – Famílias cadastradas no CadÚnico nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão - 2014**



Fonte: IBGE; IMESC

**Gráfico 34 – Pessoas cadastradas no CadÚnico nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão - 2014**

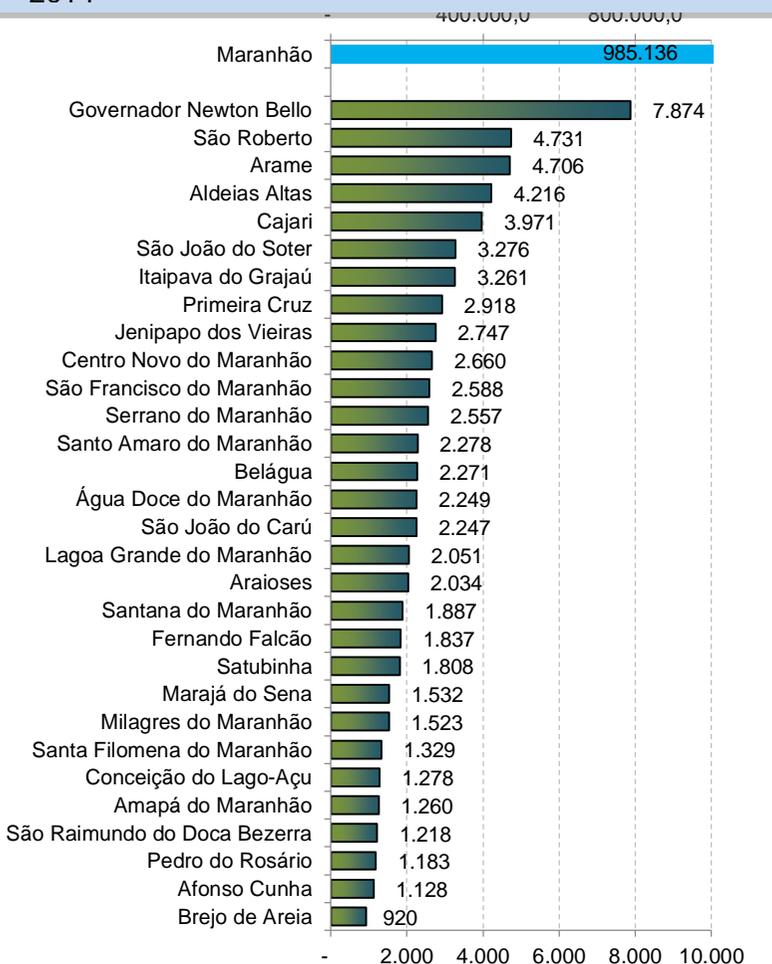


Fonte: IBGE; IMESC

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único ou CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda (com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos). O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. (MDS, 2015)

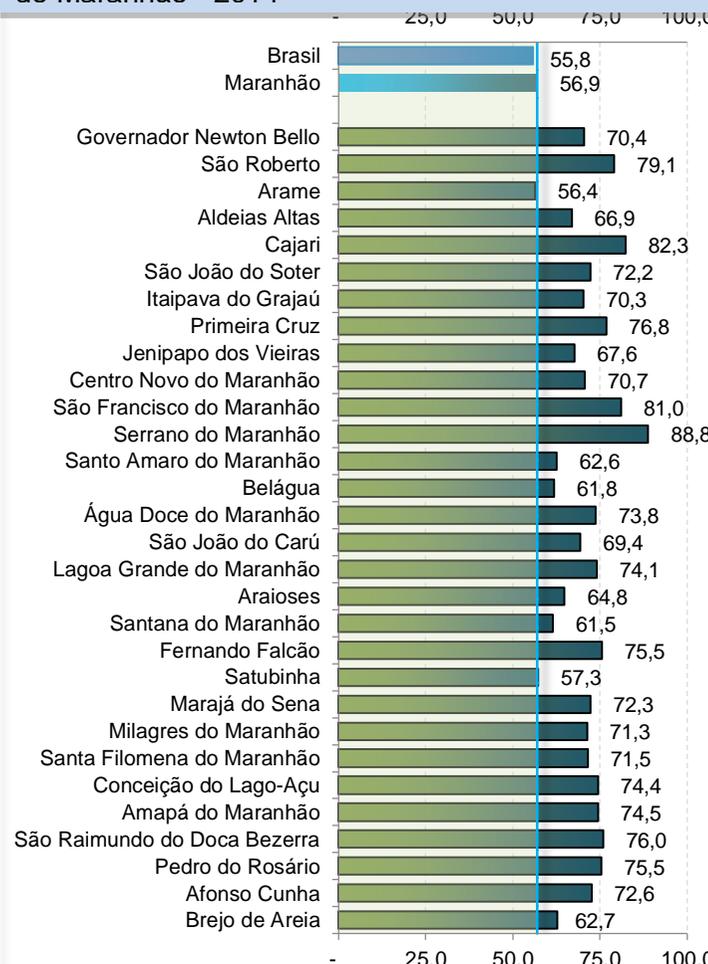
De acordo com Informações do MDS para o ano de 2014, no Maranhão, 985,1 mil famílias são beneficiárias do Bolsa Família (**Gráfico 35**) o que representa, aproximadamente 56,9% da população do Estado (**Gráfico 36**). O total de famílias cadastradas nos 30 municípios com menor IDHM representa 7,7% do total de famílias cadastradas no Estado. Em média, 71,1% da população desses municípios são beneficiados pelo Bolsa Família. Em termos monetários, foram transferidos para esses municípios um valor de R\$ 188,4 milhões, no ano de 2014. Projeções apontam que o Programa Mais Bolsa Família representará a injeção de um montante de, aproximadamente, R\$ 15,7 milhões no conjunto desses 30 municípios. (**Gráfico 36**).

**Gráfico 35 - Número de Famílias beneficiárias do Bolsa Família nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão - 2014**



Fonte: MDS; IMESC

**Gráfico 36 - Estimativa\* de pessoas beneficiárias do Bolsa Família nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão - 2014**



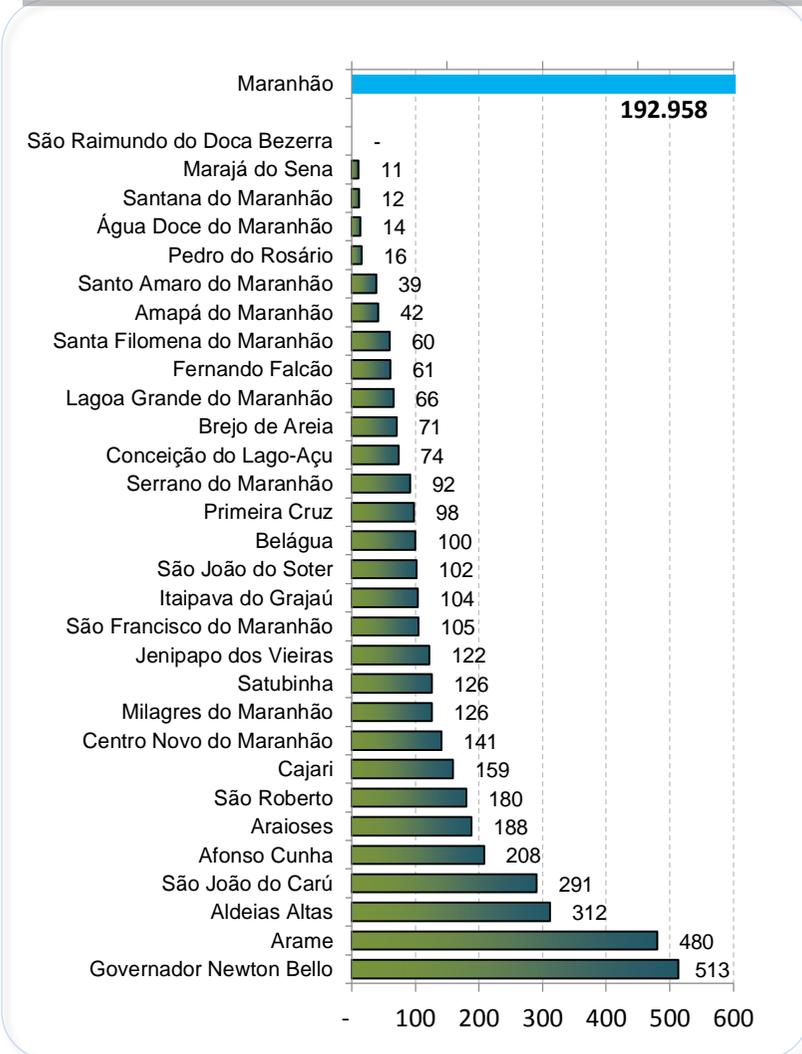
Fonte: MDS; IMESC

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que atende famílias pobres (renda mensal por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154) e extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 77). Ele possui vários tipos de benefícios, utilizados para compor a parcela mensal que os beneficiários recebem. (MDS, 2015).

\*O Benefício é concedido para a família, para se chegar à estimativa da população beneficiária, fez uma estimativa levando em consideração uma média de 3,8 pessoas por famílias. Essa é a média considerada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

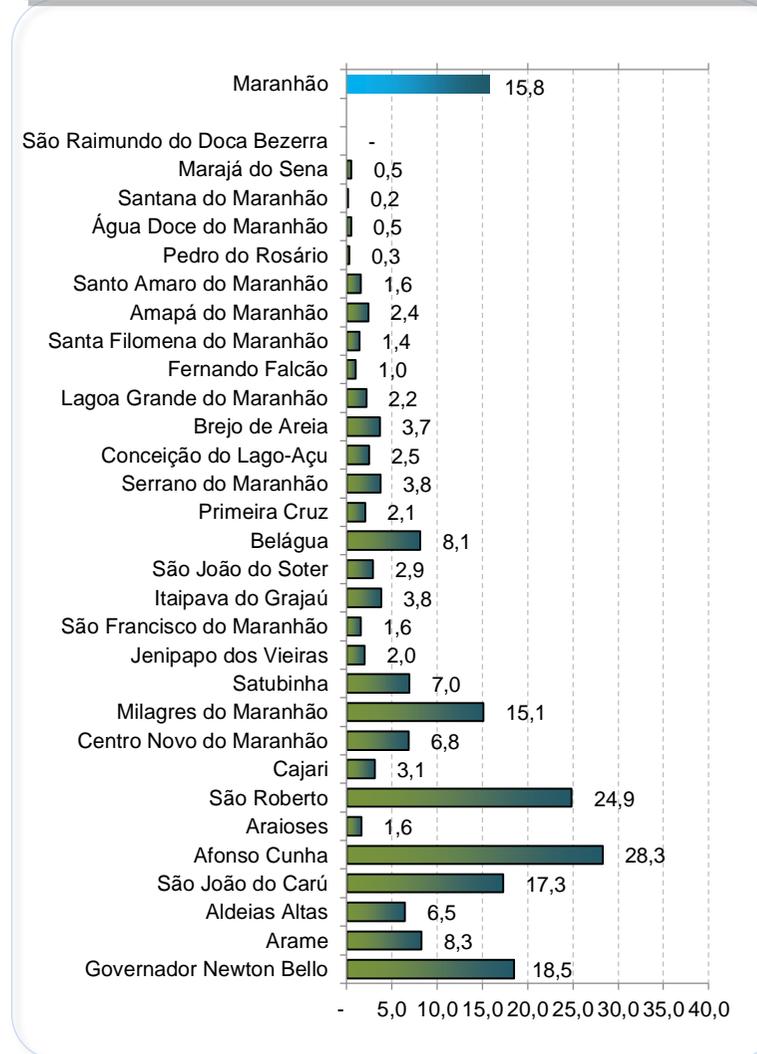
No Maranhão, um total de 192.958 idosos em situação de extrema pobreza são beneficiários do BPC Idoso (**Gráfico 37**), essa quantidade representa 15,8% da população de 60 anos ou mais de idade do Estado (**Gráfico 38**). Nos 30 municípios alvo do Mais IDH, apenas 1.533 idosos são beneficiários do BPC Idoso o que representa uma média de 5,9% dos idosos em cada município. Tendo em vista a quantidade de pessoas em situação de extrema pobreza nesses municípios, pode-se afirmar que há muitos idosos elegíveis ao BPC que ainda não recebem o benefício.

**Gráfico 37 – Beneficiários do BPC nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão - 2014**



Fonte: MDS; IMESC

**Gráfico 38 – Percentual de Beneficiários do BPC nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão - 2014**



Fonte: MDS; IMESC

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC) é um direito Constitucional que assegura 1 (um) salário mínimo mensal ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprove não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. Em ambos os casos, é necessário que a renda mensal bruta familiar *per capita* seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente. (MDS, 2015)

**Tabela 12 – Quantidade de CRAS e CREAS nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão - 2013**

Ranking IDHM	Local	2013				
		CRAS Cadastrados	CRAS com Co-financiamento Federal	Quantidade de CREAS municipais	Quantidade de CREAS regionais	Quantidade de CREAS com financiamento federal
--	<b>Maranhão</b>	<b>307</b>	<b>230</b>	<b>115</b>	<b>2</b>	<b>105</b>
1	Fernando Falcão	1	1	-	-	-
2	Marajá do Sena	1	1	-	-	-
3	Jenipapo dos Vieiras	1	1	-	-	-
4	Satubinha	1	-	-	-	-
5	Água Doce do Maranhão	1	1	-	-	-
6	Lagoa Grande do Maranhão	1	-	-	-	-
7	São João do Carú	1	1	-	-	-
8	Santana do Maranhão	1	1	-	-	-
9	Arame	1	1	-	-	-
9	Belágua	2	1	-	-	-
9	Conceição do Lago-Açu	1	1	-	-	-
9	Primeira Cruz	1	1	-	-	-
13	Aldeias Altas	2	2	1	-	1
14	Pedro do Rosário	1	1	1	-	1
14	São Raimundo do Doca Bezerra	1	1	-	-	-
14	São Roberto	1	1	-	-	-
17	São João do Soter	1	1	-	-	-
18	Centro Novo do Maranhão	3	2	-	-	-
18	Itaipava do Grajaú	1	1	-	-	-
18	Santo Amaro do Maranhão	1	1	-	-	-
21	Brejo de Areia	1	1	-	-	-
21	Serrano do Maranhão	1	-	-	-	-
23	Amapá do Maranhão	1	1	-	-	-
24	Araioses	2	2	1	-	-
24	Governador Newton Bello	1	1	-	-	-
26	Cajari	1	-	-	-	-
27	Santa Filomena do Maranhão	1	1	-	-	-
28	Milagres do Maranhão	1	1	-	-	-
29	São Francisco do Maranhão	1	-	-	-	-
30	Afonso Cunha	1	1	-	-	-

Fonte: MDS; IBGE

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.).

Através das pesquisas de campo será possível atualizar o registro da quantidade CRAS e CREAS nos municípios analisados. Será possível, também, dimensionar os serviços oferecidos, e a estrutura no que se refere aos recursos humanos e equipamentos.

A **Tabela 13** mostra a População Total do Brasil, Maranhão e dos municípios com 30 menores IDHM do Maranhão; a População em Idade Ativa (PIA), que compreende o conjunto de todas as pessoas teoricamente aptas a exercer uma atividade econômica (população de 10 anos ou mais de idade); a População Economicamente Ativa (PEA), que é uma parcela da PIA e compreende a mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada; e Taxa de Atividade, que é relação entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de pessoas em idade ativa.

Pode-se perceber através desses dados que, embora a PIA represente, em média, 76,1% da população dos municípios analisados, a Taxa de Atividade é, em média, de 42,0%. Isso demonstra que, embora nesses municípios exista uma considerável população apta a trabalhar, há uma baixa inserção da população no mercado de trabalho. Ressalte-se que, como a PIA e a PEA compreendem pessoas a partir de 10 anos, elas incluem também crianças e adolescentes, o que configura trabalho infantil, fato que mascara, de certa forma, o indicador Taxa de Atividade.

Na **Tabela 14**, a seguir, pode-se notar que, o percentual da população ocupada em empregos formais no Maranhão (27,5%) é bem inferior à registrada no Brasil (50,7%). Nos 30 municípios analisados, o percentual é ainda menor: 11,8%, em média. A maior parte da população ocupada são trabalhadores informais (26,9%, em média) e trabalhadores na produção para o próprio consumo.

A **Tabela 15**, por sua vez, mostra a População Ocupada (POC) por principais Seções de Atividade. Pode-se perceber a predominâncias de ocupações no setor Agropecuário, que é em média 62,1% nos 30 municípios, enquanto no Estado é de 31,8% e, no Brasil é de apenas 14,2%. Se somadas às atividades Agropecuárias, a Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, a Educação, Saúde humana e serviços sociais e os Serviços domésticos, tem-se uma média de 79,1% da POC.

**Tabela 13 – População Total, PIA, PEA e Taxa de Atividade nos 30 municípios**

Ranking IDHM	Município	População	População em Idade Ativa - PIA	Pop. Economicamente Ativa - PEA	Taxa de Atividade (PEA/PIA) (%)
--	<b>Brasil</b>	<b>190.755.799</b>	<b>161.981.299</b>	<b>93.504.659</b>	<b>57,7</b>
--	<b>Maranhão</b>	<b>6.574.789</b>	<b>5.264.736</b>	<b>2.585.063</b>	<b>49,1</b>
1	Fernando Falcão	9.241	6.931	3.255	47,0
2	Marajá do Sena	8.051	5.982	2.200	36,8
3	Jenipapo dos Vieiras	15.440	11.537	5.118	44,4
4	Satubinha	11.990	9.107	3.995	43,9
5	Água Doce do Maranhão	11.581	9.160	2.922	31,9
6	Lagoa Grande do Maranhão	10.517	7.976	3.702	46,4
7	São João do Carú	12.309	9.188	4.449	48,4
8	Santana do Maranhão	11.661	9.180	1.865	20,3
9	Arame	31.702	23.689	9.420	39,8
9	Belágua	6.524	4.677	1.772	37,9
9	Conceição do Lago-Açu	14.436	10.687	5.653	52,9
9	Primeira Cruz	13.954	10.490	3.807	36,3
13	Aldeias Altas	23.952	18.194	8.121	44,6
14	Pedro do Rosário	22.732	16.860	9.042	53,6
14	São Raimundo do Doca Bezerra	6.090	4.774	1.933	40,5
14	São Roberto	5.957	4.672	1.687	36,1
17	São João do Soter	17.238	13.056	6.163	47,2
18	Centro Novo do Maranhão	17.622	13.128	5.492	41,8
18	Itaipava do Grajaú	14.297	10.808	4.982	46,1
18	Santo Amaro do Maranhão	13.820	10.401	5.336	51,3
21	Brejo de Areia	5.577	4.299	2.254	52,4
21	Serrano do Maranhão	10.940	8.303	2.556	30,8
23	Amapá do Maranhão	6.431	4.850	2.402	49,5
24	Araioses	42.505	33.762	12.490	37,0
24	Governador Newton Bello	11.921	9.113	4.157	45,6
26	Cajari	18.338	14.079	5.055	35,9
27	Santa Filomena do Maranhão	7.061	5.516	1.969	35,7
28	Milagres do Maranhão	8.118	6.095	3.230	53,0
29	São Francisco do Maranhão	12.146	9.890	4.622	46,7
30	Afonso Cunha	5.905	4.430	1.164	26,3

Fonte: IMESC; IBGE

**Tabela 14 - População Ocupada por Posição na Ocupação, População Desocupada e Trabalho Infantil nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão – 2010**

Ranking IDHM	Município	População Ocupada - POC	População Ocupada, por Posição na Ocupação (%)						Desocupação e Trabalho Infantil		
			Emprego Formal	Emprego Informal	Conta própria	Empregadores	Não remunere	Trabalhadores na prod.	População Desocupada	Taxa de Desocupa-	Trabalho Infantil
--	<b>Brasil</b>	<b>86.353.839</b>	<b>50,7</b>	<b>20,2</b>	<b>21,5</b>	<b>2,0</b>	<b>1,7</b>	<b>4,0</b>	<b>7.150.820</b>	<b>7,6</b>	<b>12,4</b>
--	<b>Maranhão</b>	<b>2.361.389</b>	<b>27,5</b>	<b>28,5</b>	<b>27,5</b>	<b>0,9</b>	<b>3,3</b>	<b>12,4</b>	<b>223.674</b>	<b>8,7</b>	<b>12,7</b>
1	Fernando Falcão	2.886	9,3	8,7	3,6	59,1	0,0	19,3	369	11,3	22,2
2	Marajá do Sena	1.858	7,4	22,3	0,6	42,5	0,2	27,1	342	15,5	6,1
3	Jenipapo dos Vieiras	4.913	9,0	18,3	5,0	49,7	0,1	17,9	205	4,0	23,0
4	Satubinha	3.929	8,8	28,3	0,3	43,2	0,0	19,4	66	1,7	16,6
5	Água Doce do Maranhão	2.720	17,4	36,2	5,6	26,3	0,6	13,9	202	6,9	13,6
6	Lagoa Grande do Maranhão	3.508	13,1	32,4	6,1	17,7	0,0	30,6	194	5,2	24,9
7	São João do Carú	4.186	11,9	25,3	6,5	27,2	0,3	28,9	263	5,9	20,8
8	Santana do Maranhão	1.583	15,9	44,3	1,6	27,5	0,0	10,8	282	15,1	5,1
9	Arame	8.638	12,7	28,6	1,1	34,6	0,2	22,9	782	8,3	13,9
9	Belágua	1.679	9,5	16,4	0,9	48,7	0,5	24,1	93	5,2	22,3
9	Conceição do Lago-Açu	5.524	6,8	18,6	3,9	11,4	0,5	58,7	129	2,3	18,8
9	Primeira Cruz	3.660	9,6	18,4	3,5	32,6	0,6	35,4	147	3,9	11,4
13	Aldeias Altas	7.232	26,1	25,1	2,4	27,7	0,5	18,4	889	10,9	10,0
14	Pedro do Rosário	8.565	9,0	20,6	7,5	34,1	0,3	28,6	477	5,3	26,6
14	São Raimundo do Doca Bezerra	1.875	11,0	29,7	2,1	40,1	0,0	17,0	58	3,0	17,9
14	São Roberto	1.595	14,0	36,5	1,7	28,3	0,0	19,4	92	5,5	12,4
17	São João do Soter	5.925	9,8	24,1	9,9	9,1	0,3	46,9	238	3,9	18,2
18	Centro Novo do Maranhão	4.899	23,1	37,4	1,1	14,8	0,0	23,7	593	10,8	8,1
18	Itaipava do Grajaú	4.343	9,4	27,3	6,5	33,0	2,3	21,5	639	12,8	19,4
18	Santo Amaro do Maranhão	5.035	8,4	19,8	1,9	43,4	0,0	26,5	301	5,6	21,6
21	Brejo de Areia	2.086	7,4	37,4	14,6	15,4	0,0	25,2	168	7,5	28,8
21	Serrano do Maranhão	2.415	12,3	12,5	1,0	38,8	0,2	35,1	141	5,5	8,7
23	Amapá do Maranhão	2.176	10,9	33,5	2,0	26,8	0,1	26,6	226	9,4	17,7
24	Araioses	11.536	12,3	21,4	4,6	27,8	0,9	33,0	954	7,6	14,0
24	Governador Newton Bello	3.698	8,0	42,6	3,4	5,0	0,0	41,0	459	11,0	11,7
26	Cajari	4.866	6,5	19,4	0,6	39,4	0,6	33,4	189	3,7	8,3
27	Santa Filomena do Maranhão	1.603	11,9	34,7	10,9	17,2	0,0	25,3	366	18,6	6,2
28	Milagres do Maranhão	2.729	7,8	18,5	1,7	33,0	0,0	39,1	501	15,5	14,8
29	São Francisco do Maranhão	4.513	10,4	18,6	19,3	38,3	0,0	13,3	109	2,4	24,6
30	Afonso Cunha	1.012	25,9	50,7	0,6	3,3	0,0	19,6	152	13,1	1,8

Emprego Formal: somatório da população ocupada com Carteira assinada, mais os Militares e mais os Funcionários Públicos Estatutários.

Emprego Informal: população ocupada sem carteira assinada.

Trabalhador na produção para o próprio consumo - Pessoa que trabalha na produção de bens do ramo, que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar

Trabalho Infantil: população de 10 a 17 anos de idade ocupada.

Tabela 15 – População Ocupada por principais Seções de Atividades do Trabalho Principal nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão – 2010

Ranking IDHM	Município	Seção de atividade do trabalho principal														
		População Ocupada	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Indústrias extra-tivas	Indústrias de transformação	Construção	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Alojamento e alimentação	Atividades administrativas e serviços complementares	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde humana e serviços sociais	Serviços domésticos	Atividades mal especificadas	Outras Atividades
--	<b>Brasil</b>	<b>86.353.839</b>	<b>12.258.008</b>	<b>401.314</b>	<b>10.201.882</b>	<b>6.298.431</b>	<b>14.657.394</b>	<b>3.679.185</b>	<b>3.003.277</b>	<b>2.986.448</b>	<b>4.649.113</b>	<b>4.875.249</b>	<b>3.254.093</b>	<b>5.964.950</b>	<b>4.174</b>	<b>14.120.321</b>
--	<b>Maranhão</b>	<b>2.361.389</b>	<b>751.678</b>	<b>10.453</b>	<b>115.636</b>	<b>189.559</b>	<b>380.332</b>	<b>77.645</b>	<b>56.306</b>	<b>47.352</b>	<b>117.670</b>	<b>158.883</b>	<b>66.859</b>	<b>148.862</b>	<b>101.683</b>	<b>138.471</b>
1	Fernando Falcão	2.886	2.472	-	15	31	24	31	13	6	54	166	23	39	10	2
2	Marajá do Sena	1.858	1.403	-	6	23	35	19	3	3	127	94	23	39	84	-
3	Jenipapo dos Vieiras	4.913	3.748	10	38	86	204	39	19	-	296	253	46	136	20	18
4	Satubinha	3.929	2.970	-	100	105	200	53	62	5	188	75	45	91	14	21
5	Água Doce do Maranhão	2.720	1.107	-	175	304	287	31	23	42	163	201	57	123	166	41
6	Lagoa Grande do Maranhão	3.508	2.469	14	29	50	142	39	8	16	239	126	13	108	211	44
7	São João do Carú	4.186	2.480	6	158	173	384	95	40	-	465	164	23	118	39	41
8	Santana do Maranhão	1.583	619	-	92	186	135	19	13	8	113	223	49	64	23	39
9	Arame	8.638	5.350	-	135	272	677	173	37	61	536	555	122	319	117	284
9	Belágua	1.679	1.188	-	15	38	61	34	10	6	43	159	31	21	17	56
9	Conceição do Lago-Açu	5.524	3.801	5	86	162	369	72	26	51	225	265	55	143	154	110
9	Primeira Cruz	3.660	2.287	-	86	133	244	50	11	66	68	291	60	69	260	35
13	Aldeias Altas	7.232	4.138	-	868	265	628	85	90	23	268	299	92	246	97	133
14	Pedro do Rosário	8.565	5.783	23	296	392	374	155	19	61	576	262	30	385	117	92
14	São Raimundo do Doca Bezerra	1.875	1.195	3	29	35	85	20	16	45	68	188	33	87	63	8
14	São Roberto	1.595	860	3	45	65	106	19	26	4	104	155	51	80	22	55
17	São João do Soter	5.925	3.974	-	95	189	413	87	93	5	322	345	82	161	50	109
18	Centro Novo do Maranhão	4.899	2.147	65	702	191	491	38	43	24	242	409	126	252	110	59
18	Itaipava do Grajaú	4.343	2.738	17	55	257	338	52	13	31	232	134	59	131	221	65
18	Santo Amaro do Maranhão	5.035	3.284	16	122	189	320	91	75	45	112	350	115	159	58	99
21	Brejo de Areia	2.086	1.092	20	22	69	182	28	36	9	37	186	40	90	235	40
21	Serrano do Maranhão	2.415	1.775	-	17	52	73	11	5	33	58	247	65	61	4	14
23	Amapá do Maranhão	2.176	1.040	26	68	104	253	31	17	17	107	246	55	108	17	87
24	Araioses	11.536	6.769	-	291	471	950	200	127	192	282	813	95	542	421	383
24	Governador Newton Bello	3.698	2.146	6	47	127	282	66	27	36	188	281	66	117	213	96
26	Cajari	4.866	3.508	-	63	96	219	108	14	24	233	316	53	102	64	66
27	Santa Filomena do Maranhão	1.603	1.140	4	8	9	55	9	14	25	77	152	49	6	26	29
28	Milagres do Maranhão	2.729	1.805	3	154	87	114	26	118	7	126	122	49	51	46	21
29	São Francisco do Maranhão	4.513	3.009	16	61	167	240	92	23	62	84	272	36	104	276	71
30	Afonso Cunha	1.012	298	-	34	63	120	17	16	36	195	88	16	72	29	28

**Tabela 16** - População Ocupada e Percentual da População Ocupada por nível de instrução nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão – 2010

População Ocupada, por nível de escolaridade (%)						
Município	População Ocupada	Sem instrução e	Fundamenta l completo e	Médio completo e	Superior completo	Não determinad
<b>Brasil</b>	<b>86.353.839</b>	<b>38,5</b>	<b>17,8</b>	<b>30,7</b>	<b>12,7</b>	<b>0,4</b>
<b>Maranhão</b>	<b>2.361.389</b>	<b>50,4</b>	<b>16,0</b>	<b>26,4</b>	<b>6,7</b>	<b>0,4</b>
Fernando Falcão	2.886	83,8	8,7	6,2	1,0	0,3
Marajá do Sena	1.858	81,1	9,7	6,2	3,1	0,0
Jenipapo dos Vieiras	4.913	75,0	11,3	10,6	2,7	0,3
Satubinha	3.929	78,8	11,1	9,0	1,1	0,0
Água Doce do Maranhão	2.720	73,5	11,0	12,0	3,5	0,0
Lagoa Grande do Maranhão	3.508	82,4	6,5	7,3	2,1	1,7
São João do Carú	4.186	73,1	14,0	11,8	1,0	0,2
Santana do Maranhão	1.583	66,8	16,2	13,8	3,1	0,0
Arame	8.638	71,2	10,7	12,7	4,6	0,8
Belágua	1.679	63,3	14,9	19,4	2,2	0,2
Conceição do Lago-Açu	5.524	76,6	10,4	8,2	2,9	1,8
Primeira Cruz	3.660	74,3	9,3	13,2	2,7	0,4
Aldeias Altas	7.232	75,4	10,6	11,6	2,2	0,2
Pedro do Rosário	8.565	71,4	15,7	11,0	2,0	0,0
São Raimundo do Doca Bezerra	1.875	69,1	12,4	14,3	3,3	0,8
São Roberto	1.595	72,5	9,0	14,5	3,6	0,3
São João do Soter	5.925	77,0	12,4	8,3	2,2	0,2
Centro Novo do Maranhão	4.899	67,9	16,2	12,3	3,3	0,4
Itaipava do Grajaú	4.343	73,9	14,3	9,3	1,7	0,8
Santo Amaro do Maranhão	5.035	71,7	13,4	12,7	1,9	0,4
Brejo de Areia	2.086	73,8	10,5	9,8	3,3	2,7
Serrano do Maranhão	2.415	67,5	15,2	14,9	2,0	0,3
Amapá do Maranhão	2.176	69,3	13,3	12,2	5,2	0,0
Araioses	11.536	73,9	12,2	9,3	4,0	0,6
Governador New ton Bello	3.698	69,7	15,8	13,3	1,0	0,2
Cajari	4.866	65,9	15,4	16,5	2,1	0,1
Santa Filomena do Maranhão	1.603	73,1	13,0	11,5	2,4	0,0
Milagres do Maranhão	2.729	76,4	10,5	10,3	2,6	0,1
São Francisco do Maranhão	4.513	78,2	7,9	10,7	3,1	0,1
Afonso Cunha	1.012	56,5	11,5	20,2	10,9	0,9

A **Tabela 16** mostra o percentual da População Ocupada – POC, por nível de instrução. Percebe-se que, enquanto no Brasil um percentual de 38,5% da POC não tem instrução ou tem apenas fundamental completo, no Maranhão esse percentual é de 50,4%. Nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão esse percentual é, em média, de 62,3%. Nesses municípios, apenas 4,1% das pessoas ocupadas tem nível superior completo, abaixo do percentual do Estado (6,7%).

Essa situação pode ser relacionada ao fato de a maior parte das POC desses municípios está concentrada em atividades Agropecuárias, principalmente agricultura.

Fonte: IMESC; IBGE

A Relação Anual de Informações – RAIS mostra o estoque de vínculos formais. No Maranhão o total de vínculos formais no ano de 2013 totalizava 721, dos quais, apenas 12,9 mil (1,8%) se encontravam nos 30 municípios com Menor IDHM. Do total de vínculos formais nesses municípios, 82,0%, em média, são na Administração Pública.

**Tabela 17 – Vínculos formais por subsetor de Atividade Econômica nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão – 2013**

Ranking IDHM	Município	Vínculos formais (2013)	Vínculos formais por subsetor de atividade econômica - RAIS										
			Indústria da Madeira e Mobiliário	Indústria Química	Serviços de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Serviços de Instituição Financeira	Serviços de Transporte e Comunicações	Serviços de Alojamento e Alimentação	Administração Pública	Agricultura
--	<b>Brasil</b>	<b>48.948.433</b>	<b>485.543</b>	<b>952.017</b>	<b>444.674</b>	<b>2.892.557</b>	<b>7.926.938</b>	<b>1.584.156</b>	<b>850.020</b>	<b>2.724.142</b>	<b>4.155.941</b>	<b>9.340.409</b>	<b>1.479.564</b>
--	<b>Maranhão</b>	<b>721.490</b>	<b>2.316</b>	<b>5.555</b>	<b>5.535</b>	<b>58.326</b>	<b>117.885</b>	<b>24.993</b>	<b>6.960</b>	<b>29.289</b>	<b>51.235</b>	<b>263.916</b>	<b>18.653</b>
1	Fernando Falcão	248	0	0	0	0	0	0	0	0	0	220	28
2	Marajá do Sena	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	0
3	Jenipapo dos Vieiras	451	0	0	0	0	2	0	0	6	1	442	0
4	Satubinha	485	0	0	0	0	10	0	0	2	0	472	1
5	Água Doce do Maranhão	454	0	0	0	38	32	0	0	3	0	372	9
6	Lagoa Grande do Maranhão	324	0	0	0	0	18	0	0	3	0	301	0
7	São João do Carú	25	0	0	0	0	9	0	3	0	0	0	13
8	Santana do Maranhão	321	0	0	0	0	6	26	5	2	2	274	0
9	Arame	906	0	0	31	0	147	0	4	7	11	685	11
9	Belágua	620	0	0	0	0	0	0	0	2	3	615	0
9	Conceição do Lago-Açu	586	0	0	0	0	6	0	0	3	0	555	22
9	Primeira Cruz	220	0	0	0	0	5	0	0	2	33	179	1
13	Aldeias Altas	1.663	0	865	0	0	87	0	6	17	3	659	8
14	Pedro do Rosário	527	0	0	0	0	3	0	0	3	0	513	8
14	São Raimundo do Doca Bezerra	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
14	São Roberto	124	0	0	0	0	0	0	0	2	0	122	0
17	São João do Soter	370	0	0	0	0	10	0	0	3	2	354	1
18	Centro Novo do Maranhão	420	57	0	0	1	6	0	0	3	0	296	54
18	Itaipava do Grajaú	180	0	0	0	0	0	0	0	4	2	174	0
18	Santo Amaro do Maranhão	545	0	0	0	0	6	0	0	2	10	527	0
21	Brejo de Areia	225	0	0	0	0	3	0	0	3	0	218	1
21	Serrano do Maranhão	535	0	0	0	2	5	0	0	3	0	525	0
23	Amapá do Maranhão	236	0	0	0	0	5	0	0	0	0	230	1
24	Araioses	1.726	3	0	0	26	198	2	15	7	20	1.432	11
24	Governador Newton Bello	31	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	28
26	Cajari	532	0	0	0	0	3	0	3	3	1	521	0
27	Santa Filomena do Maranhão	206	0	0	0	0	3	0	0	0	0	201	2
28	Milagres do Maranhão	288	0	0	0	0	2	0	0	2	0	283	9b 1
29	São Francisco do Maranhão	495	0	0	0	1	19	0	3	3	3	451	14
30	Afonso Cunha	10	0	0	0	0	1	0	0	3	0	0	6

Nos 30 municípios alvo do Plano Mais IDH, um percentual de 50,7% dos trabalhadores formais tem Ensino Médio Completo, No Maranhão esse percentual é de 45,2% e, no Brasil, 51,7%. Nesses municípios, em média, 23,3% da dos trabalhadores formais possuem nível superior ou mais, percentual acima do verificado no Maranhão (17,9%).

**Tabela 18 - Vínculos formais por escolaridade nos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão – 2013**

Ranking IDHM	Município	Vínculos formais (2013)	Vínculos formais por escolaridade - RAIS										
			Analfabeto	Até 5ª Incompleto	5ª Completo Fundamental	6ª a 9ª Fundamental	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Mestrado	Doutorado
--	<b>Brasil</b>	<b>48.948.433</b>	<b>163.039</b>	<b>1.514.951</b>	<b>1.684.460</b>	<b>3.200.199</b>	<b>5.598.269</b>	<b>3.723.884</b>	<b>22.137.706</b>	<b>1.879.225</b>	<b>8.742.765</b>	<b>229.437</b>	<b>74.498</b>
--	<b>Maranhão</b>	<b>721.491</b>	<b>3.558</b>	<b>18.625</b>	<b>15.725</b>	<b>28.580</b>	<b>115.630</b>	<b>32.489</b>	<b>373.353</b>	<b>17.554</b>	<b>113.706</b>	<b>1.953</b>	<b>318</b>
1	Fernando Falcão	248	0	2	0	3	59	19	152	7	5	1	0
2	Marajá do Sena	100	0	0	0	0	4	2	27	21	46	0	0
3	Jenipapo dos Vieiras	451	0	1	0	1	16	3	233	13	184	0	0
4	Satubinha	485	0	8	19	42	36	25	203	42	105	5	0
5	Água Doce do Maranhão	454	2	3	5	13	38	15	186	42	148	0	2
6	Lagoa Grande do Maranhão	324	0	4	0	13	18	8	210	33	35	3	0
7	São João do Carú	25	0	2	3	2	1	5	10	2	0	0	0
8	Santana do Maranhão	321	0	3	14	12	38	13	207	7	27	0	0
9	Arame	906	12	18	35	11	64	59	314	11	381	1	0
9	Belágua	620	0	3	3	14	27	21	302	84	165	1	0
9	Conceição do Lago-Açu	586	8	20	25	45	62	19	325	10	71	1	0
9	Primeira Cruz	220	0	30	2	0	26	17	42	52	51	0	0
13	Aldeias Altas	1.663	100	321	67	189	71	133	563	117	102	0	0
14	Pedro do Rosário	527	0	2	7	3	50	5	325	4	131	0	0
14	São Raimundo do Doca Bezerra	3	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0
14	São Roberto	124	0	0	0	0	0	0	123	0	1	0	0
17	São João do Soter	370	0	3	2	1	3	0	40	1	320	0	0
18	Centro Novo do Maranhão	420	6	31	31	42	54	16	156	3	81	0	0
18	Itaipava do Grajaú	180	0	0	0	0	2	0	134	2	42	0	0
18	Santo Amaro do Maranhão	545	0	1	0	5	6	2	487	1	43	0	0
21	Brejo de Areia	225	1	0	0	0	8	0	113	2	101	0	0
21	Serrano do Maranhão	535	0	0	0	0	0	0	439	11	85	0	0
23	Amapá do Maranhão	236	0	0	0	12	28	3	91	7	78	17	0
24	Araioses	1.726	2	18	8	18	181	84	815	101	499	0	0
24	Governador Newton Bello	31	2	13	3	2	2	2	7	0	0	0	0
26	Cajari	532	0	0	6	1	0	0	509	0	16	0	0
27	Santa Filomena do Maranhão	206	0	2	0	0	56	0	72	0	76	0	0
28	Milagres do Maranhão	288	0	3	0	0	64	5	111	0	105	0	97
29	São Francisco do Maranhão	495	0	0	0	4	109	5	315	1	61	0	0
30	Afonso Cunha	10	1	0	0	1	0	0	7	0	1	0	0

### 5.4 Eixo Gestão Municipal e Meio Ambiente

O eixo Gestão e Meio Ambiente sensibiliza indiretamente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Não obstante os indicadores analisados não participarem formalmente do cálculo do Índice, são considerados fundamentais para a implantação e desencadeamento de ações e políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento municipal.

Por tratar-se de um eixo que engloba um conjunto de indicadores relacionados ao planejamento, gestão e capacidade de suporte, funciona como um potencializador dos demais Índices (Saúde, Educação e Renda), que influenciam diretamente na melhoria da qualidade de vida e na elevação IDH.

Os indicadores do eixo Gestão e Meio Ambiente selecionados para a elaboração deste Diagnóstico Preliminar relacionam-se à localização nas Bacias hidrográficas, Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Assentamentos Rurais e Queimadas, à existência e operacionalização dos Instrumentos de Planejamento Municipal, à conformidade com a Legislação Ambiental, entre outros. Os indicadores analisados a seguir, foram representados através de Mapas temáticos produzidos no IMESC e foram coletados em diversas fontes oficiais, tais como: IBGE, EMBRAPA, SEMA, MacroZEE, MUNIC, INCRA, ANEEL, INPE, além de Secretarias Estaduais.

Além destes, outros indicadores complementarão o Diagnóstico Avançado, como: Estrutura Institucional, Capacidade técnica dos servidores, presença de Conselhos, comitês e Consórcios, realização de Convênios e Programas, Acesso à Documentação Básica, Cadastro Ambiental Rural, Conflitos Socioambientais, Comunidades Quilombolas, Impactos Ambientais Potenciais e Desmatamento. Nesta fase as informações serão espacializadas em escala municipal e local (setor censitário), e enriquecidas a partir da colaboração com órgãos e instituições municipais.

**Quadro 5 – Painel de Indicadores do Eixo Gestão Municipal e Meio Ambiente**

EIXO GESTÃO MUNICIPAL E MEIO AMBIENTE					
DIAGNOSTICO PRELIMINAR	DETALHAMENTO	DIAGNOSTICO AVANÇADO	FONTE SECUNDÁRIA	FONTE PRIMÁRIA	ANO
-	Quantidade e tipos de secretarias e outros órgãos municipais	Estrutura institucional	-	Secretarias Municipais	2015
-	Qualificação dos servidores	Capacidade técnica das Secretarias municipais	-	Secretarias Municipais	2015
Instrumentos de planejamento	presença de leis, planos, órgãos, fundos	Outros Instrumentos de planejamento	MUNIC/ Secretarias Estaduais	-	2013
-	Percentual de Produtores cadastrados	Cadastro Ambiental Rural - CAR	Secretarias Estaduais	-	2014
-	Presença	Conselhos, comitês, consórcios	Secretarias Estaduais	Secretarias Municipais	2015
-	Participação, implantação	Convênios e Programas	Secretarias Estaduais	Secretarias Municipais	2015
-	Percentual da população atendida	Acesso a documentação básica	Secretarias Estaduais	-	2015
Queimadas	Focos de queimadas/área	-	INPE	-	2014
-	Percentual de área desmatada	Desmatamentos	INPE/MMA	-	2013
-	Impactos Associados as atividades produtivas	Impactos Ambientais em Potencial	IBGE	-	2014
municípios por bacia hidrográfica	% do município em bacia hidrográfica		MacroZEE/SEMA	-	2015
Áreas protegidas (Unidades de Conservação...)	Área, tipos, percentual no município	-	MacroZEE/SEMA	-	2015
-	Localização, tipos, motivos, envolvidos	Conflitos socioambientais	Secretarias Estaduais, órgãos de pesquisa	Secretarias Municipais	2015
Presença de PAs, Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas	Área, percentual no município, quantidade de famílias	-	INCRA/ITERMA	Secretarias Municipais	2014

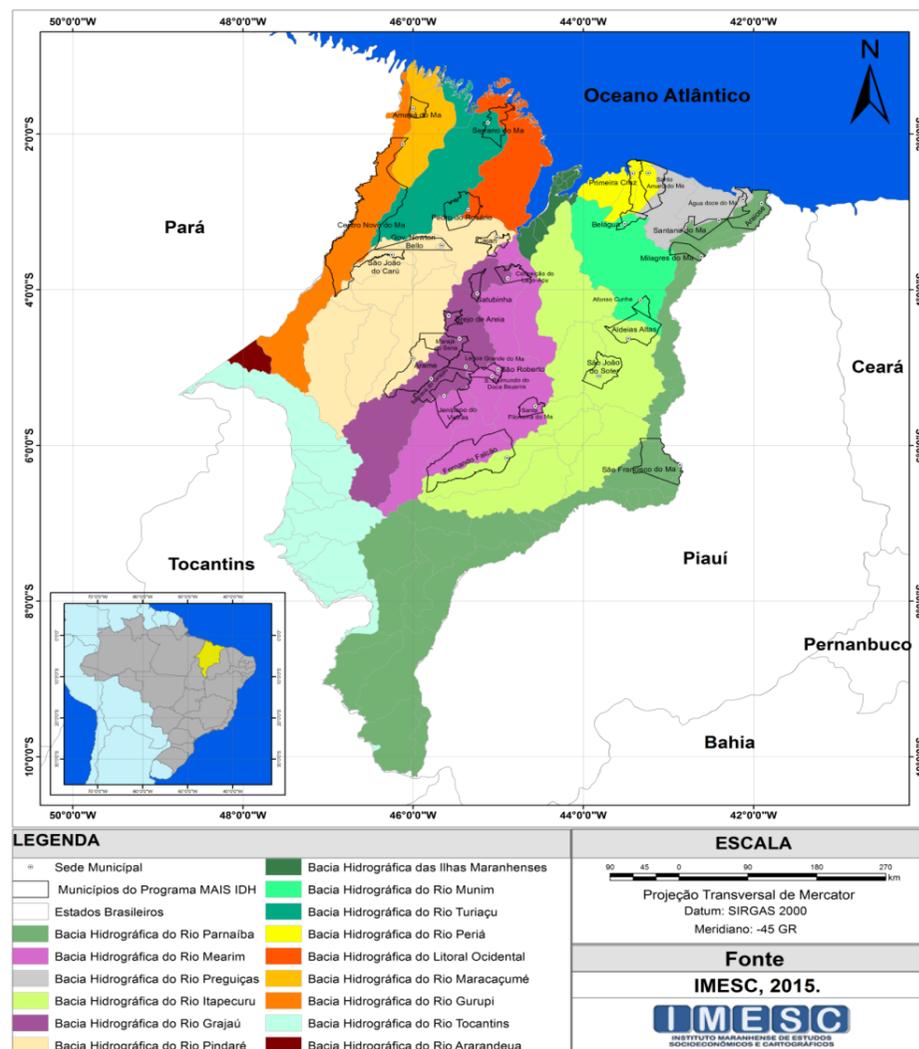
O território brasileiro está dividido em 12 Regiões Hidrográficas, de acordo com a Resolução Nº 32, de 25 de junho de 2003, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Neste contexto o Estado do Maranhão está inserido em três, destas Regiões Hidrográficas: região Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental, região Hidrográfica do Parnaíba e região Hidrográfica do Tocantins - Araguaia.

No Maranhão (**Mapa 11**) estão delimitadas 15 Bacias Hidrográficas. Dos municípios que fazem parte do Plano Mais IDH, 24 possuem territórios em mais de uma bacia hidrográfica (**Tabela 19**), necessitando assim da representação em pelo menos dois comitês de gestão dos recursos hídricos. No entanto, apenas 6 municípios, dentre os 30, fazem parte de um Comitê de Bacia Hidrográfica .

Segundo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Governo do Estado do Maranhão - SEMA, o Estado possui dois comitês de bacias já constituídos: a Bacia do Rio Munim e da Bacia do Rio Mearim. Esta última, assim como as Bacias do Itapecuru e Parnaíba, onde situam-se 26 municípios do Plano Mais IDH, são áreas de atuação da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) que desenvolve ações de acesso à água, inclusão produtiva, revitalização de bacias e recuperação ambiental. A articulação do Comitê gestor do Plano Mais IDH com a CODEVASP, coloca-se, desta forma, como uma desejável ação, que deverá se traduzir na ampliação da capacidade de intervir nos territórios onde se situam os municípios-alvo.

**Mapa 11 – Bacias Hidrográficas do Estado do Maranhão e delimitação dos municípios com menores IDHM**

MAPA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS MUNICÍPIOS DO PROGRAMA MAIS IDH



**Tabela 19 - Percentual das Bacias Hidrográficas nos Municípios**

Município	Bacia Hidrográfica	% na Bacia	Município	Bacia Hidrográfica	% na Bacia
Afonso Cunha	Rio Munim	100	Santa Filomena do Maranhão	Rio Mearim	100
Governador Newton Bello	Rio Pindaré	100	São Joao do Soter	Rio Itapecuru	100
			Satubinha	Rio Grajaú	100
Agua Doce do Maranhão	Rio Preguiças	51	jenipapo dos Vieiras	Rio Mearim	57
	Rio Parnaíba	49		Rio Grajaú	43
Aldeias Altas	Rio Itapecuru	73	Lagoa Grande do Maranhão	Rio Grajaú	99
	Rio Munim	27		Rio Mearim	1
Amapá do Maranhão	Rio Gurupi	5	Marajá do Sena	Rio Grajaú	67
	Rio Maracaçumé	95		Rio Pindaré	33
Araiose	Rio Parnaíba	89	Milagres do Maranhão	Rio Parnaíba	93
	Rio Preguiças	11		Rio Munim	7
Arame	Rio Grajaú	53	Primeira Cruz	Rio Preguiças	10
	Rio Pindará	47		Rio Peria	90
Brejo de Areia	Rio Grajaú	98	Santana do Maranhão	Rio Parnaíba	78
	Rio Pindaré	2		Rio Preguiças	22
Cajari	Rio Pindaré	87	Santo Amaro do Maranhão	Rio Peria	60
	Rio Mearim	13		Rio Preguiças	40
Itaipava do grajaú	Rio Grajaú	95	São Roberto	Rio Grajaú	5
	Rio Mearim	5		Rio Mearim	95
Belágua	Rio Munim	69	Pedro do Rosário	Rio Pindaré	25
	Rio Peria	14		Rio Turiaçu	47
	Rio Preguiças	18		Sistema Hidrográfico do Litoral Ocidental	28
Fernando Falcão	Rio Mearim	62	São Raimundo do Doca Bezerra	Rio Grajaú	2
	Rio Itapecuru	38		Rio Mearim	98
Centro Novo do Maranhão	Rio Turiaçu	9	São Francisco do Maranhão	Rio Parnaíba	98
	Rio Pindaré	2		Rio Itapecuru	2
	Rio Gurupi	88	São João do Caru	Rio Pindaré	91
	Rio Maracaçumé	1		Rio Gurupi	9
Conceição do Lago Açu	Rio Grajaú	44	Serrano do Maranhão	Rio Turiaçu	66
	Rio Mearim	56		Sistema Hidrográfico do Litoral Ocidental	34

No âmbito do meio ambiente urbano, os principais instrumentos de planejamento ambiental são o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE, o Plano Diretor Municipal, o Plano de Bacia Hidrográfica, o Plano Ambiental Municipal, a Agenda 21 Local, e o Plano de Gestão Integrada da Orla. No entanto, todos os planos setoriais ligados à qualidade de vida no processo de urbanização, como saneamento básico, moradia, transporte e mobilidade, também constituem instrumentos de planejamento ambiental. (MMA, 2015).

Os Instrumentos de Planejamento são fundamentais para uma boa gestão e na maioria das vezes elementos obrigatórios para a captação de recursos e implantação de políticas públicas. Para este indicador foram utilizadas: leis (Ambiental, de Parcelamento do solo e Uso e ocupação, de Zoneamento e de Áreas de Interesse Social) planos (Diretor, de Saneamento e de Resíduos Sólidos) e órgãos específicos (Secretarias Exclusivas) considerados básicos para a implantação das ações em escala municipal.

No Maranhão ainda existem 57 municípios com nenhum desses instrumentos de planejamento. Entre estes, 7 estão entre os 30 municípios com menores IDHM, a saber: Amapá do Maranhão, Governador Newton Belo, Itaipava do Maranhão, Marajá do Sena, São Francisco do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra e Satubinha, segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic/IBGE, 2012 e 2013 (**Tabela 20**).

**Tabela 20 – Instrumentos de Planejamento (órgão, leis e planos) por município, ano 2012 e 2013**

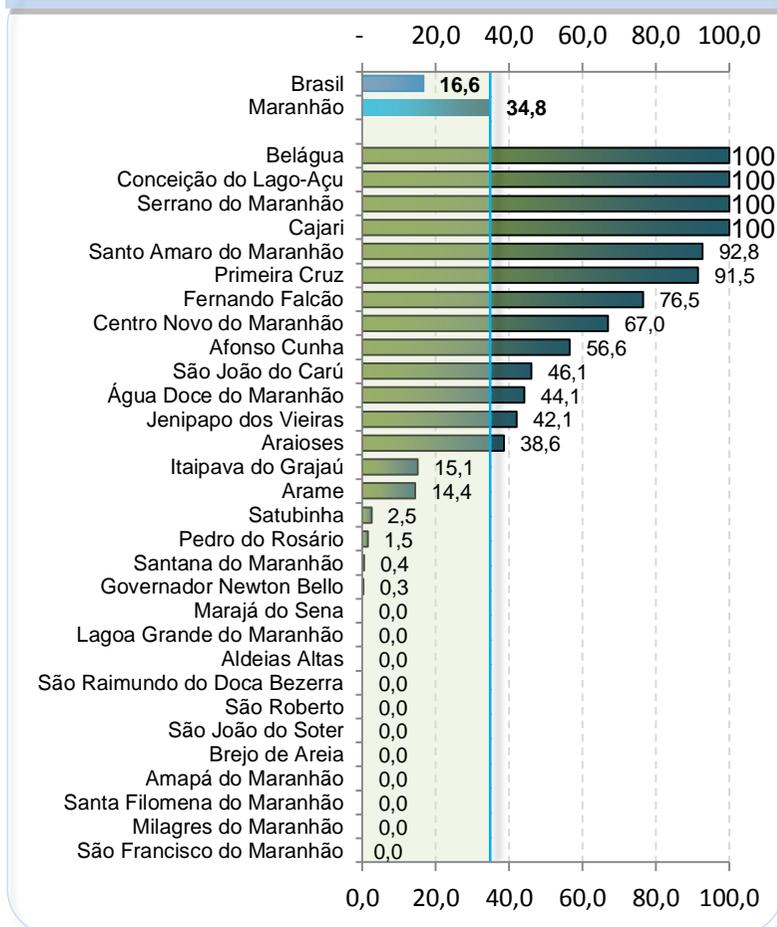
Municípios	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Caracterização do órgão gestor do meio ambiente	Legislação Ambiental	Participa de Comitê de Bacia Hidrográfica	Plano Diretor	Lei de Parcelamento do Solo	Legislação zoneamento ou uso e ocupação do solo	Legislação sobre zona e/ou área de interesse social	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Plano de saneamento
<b>Fernando Falcão</b>	sim	Secretaria exclusiva	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Marajá do Sena</b>	não	Secretaria em conjunto com outras políticas	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Jenipapo dos Vieiras</b>	não	Subordinada a outra secretaria	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Satubinha</b>	não	Não possui	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Água Doce do Maranhão</b>	não	Secretaria em conjunto com outras políticas	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Lagoa Grande do Maranhão</b>	não	Subordinada a outra secretaria	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
<b>São João do Caru</b>	sim	Secretaria exclusiva	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Santana do Maranhão</b>	sim	Secretaria exclusiva	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
<b>Arame</b>	sim	Secretaria exclusiva	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim, parte do Plano Diretor	Não	Não

Municípios	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Caracterização do órgão gestor do meio ambiente	Legislação Ambiental	Participa de Comitê de Bacia Hidrográfica	Plano Diretor	Lei de Parcelamento do Solo	Legislação zoneamento ou uso e ocupação do solo	Legislação sobre zona e/ou área de interesse social	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Plano de saneamento
<b>Belágua</b>	sim	Secretaria exclusiva	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
<b>Conceição do Lago-Açu</b>	não	Secretaria em conjunto	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
<b>Primeira Cruz</b>	não	Secretaria em conjunto com outras políticas	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
<b>Aldeias Altas</b>	não	Secretaria em conjunto com outras políticas	Não	Não	Não	Sim, parte integrante do Plano Diretor	Não	Não	Não	Não
<b>Pedro do Rosário</b>	não	Subordinada a outra secretaria	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
<b>São Raimundo do Doca Bezerra</b>	não	Secretaria exclusiva	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>São Roberto</b>	não	Subordinada a outra secretaria	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
<b>São João do Soter</b>	não	Subordinada a outra secretaria	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não
<b>Centro Novo do Maranhão</b>	sim	Secretaria exclusiva	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim, parte do Plano Diretor	Não	Não
<b>Itaipava do Maranhão</b>	não	Não possui	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Santo Amaro do Maranhão</b>	não	Não possui	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim, parte do Plano Diretor	Não	Não
<b>Brejo de Areia</b>	não	Recusa	Recusa	Recusa	Recusa	Recusa	Recusa	Recusa	Recusa	Sim
<b>Serrano do Maranhão</b>	sim	Secretaria exclusiva	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Amapá do Maranhão</b>	não	Subordinada a outra secretaria	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Araioses</b>	não	Secretaria em conjunto com outras políticas	Não	Não	Sim	Sim, parte integrante do Plano Diretor	Não	Não	Não	Não
<b>Governador Newton Bello</b>	não	Secretaria em conjunto com outras políticas	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Cajari</b>	não	Não possui	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
<b>Santa Filomena do Maranhão</b>	não	Subordinada a outra secretaria	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
<b>Milagres do Maranhão</b>	não	Secretaria em conjunto com outras políticas	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim, parte integrante do Plano Diretor	Sim	Sim
<b>São Francisco do Maranhão</b>	não	Não possui	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Afonso Cunha</b>	sim	Secretaria exclusiva	Não	Não	Não	Não	Não	Sim, parte do Plano Diretor	Não	Não

Fonte: Munic;2012 e 2013; IMESC; 2015

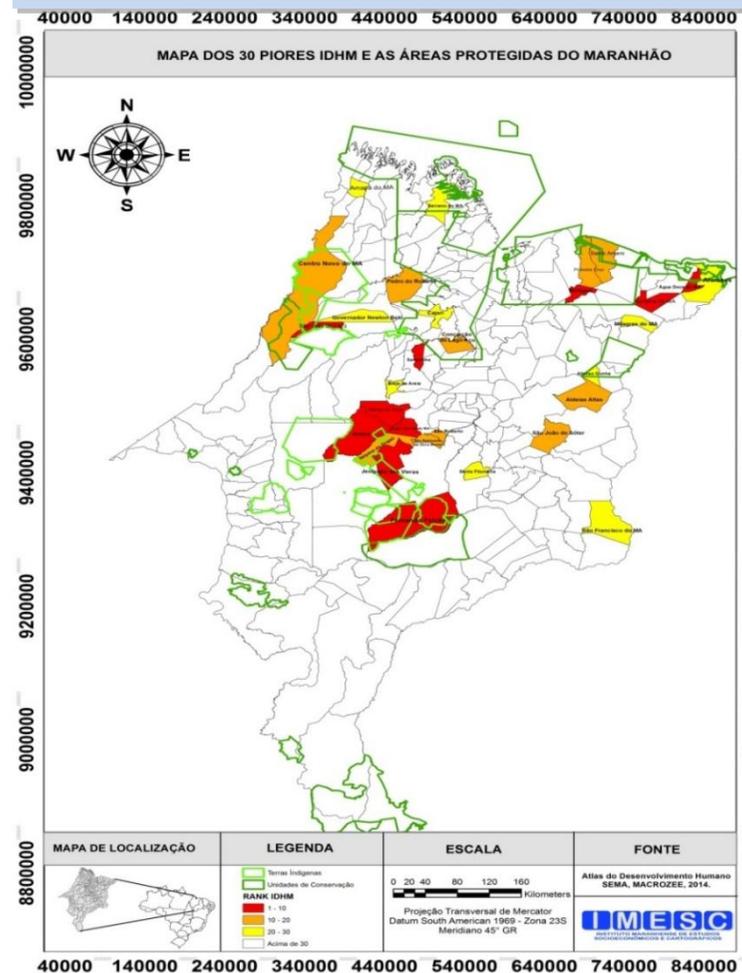
As Unidades de Conservação – UC são áreas que devem ser preservadas ou utilizadas de forma adequada e sustentável, visando à proteção de ecossistemas significativos, em termos de recursos naturais e/ou culturais (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012). As Unidades de Proteção Integral (Parques, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural), são áreas destinadas à preservação da natureza e preservação da diversidade biológica, onde somente se permite a realização de pesquisas científicas, atividades educacionais e medidas de recuperação dos ecossistemas. As áreas de Unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Área de Relevante Interesse Ecológico), permitem certo grau de ocupação humana e de exploração dos recursos naturais, visando à utilização dos ecossistemas de forma direta e sustentável (**Gráfico 39; Mapa 12**).

**Gráfico 39 - Percentual de Unidades de Conservação e Terras Indígenas**



Fonte: MACROZEE, 2014; IMESC, 2015.

**Mapa 12 – Mapa de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, no Maranhão**



No Maranhão existem 24 Unidades de Conservação (UC's) e 21 Terras Indígenas (TI), abrangendo cerca de 115.200 km<sup>2</sup> de áreas protegidas (cerca de 35% do território do Estado), distribuídas em 98 municípios e abrangendo pouco mais de 20% da população do Estado. Nos municípios que fazem parte do Plano Mais IDH (**Tabela 21**), visualiza-se a presença das 3 categorias de proteção, Unidades de Conservação (Proteção Integral e Uso Sustentável) e Terras Indígenas, mais especificamente nota-se a presença de Áreas de Proteção Ambiental, Parques, Reserva Biológica e Reservas Extrativistas, além de Terras Indígenas Guajajaras, Canela, Timbira e Urubu Kabor. Cumpre mapear o conjunto de restrições e de oportunidades (de acesso a recursos e financiamentos e de uso econômico) que se colocam em cada modalidade de Unidade de Conservação.

<b>Tabela 21 - Percentual da Área de Unidades de Conservação por município, ano 2013</b>			
<b>Município</b>	<b>Unidade de Conservação</b>	<b>Área</b>	<b>Percentual</b>
Afonso Cunha	Área de Proteção Ambiental Estadual do Morro Garapenses	210	56,6
Água Doce do Maranhão	Área de Proteção Ambiental da Foz do Rio Preguiças - Pequenos Lençóis - Região Lagunar Adjacente	164	36,8
	Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba	196	44,1
	Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba	0,546	0,1
	Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba	633	35,4
Araioses	Área de Proteção Ambiental da Foz do Rio Preguiças - Pequenos Lençóis - Região Lagunar Adjacente	645	36,1
	Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba	257	14,4
	Área de Proteção Ambiental Estadual Upaon-Açu – Miritiba – Alto Preguiças	449	100
Belágua	Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense	662	100
Cajari	Reserva Biológica do Gurupi	1633	19,7
Centro Novo do Maranhão	Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense	733	100
Conceição do Lago Açu	Parque Estadual do Mirador	297	5,8
Fernando Falcão	Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense	18	1,1
Pedro do Rosário	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	114	8,3
	Área de Proteção Ambiental Estadual Upaon-Açu – Miritiba – Alto Preguiças	1143	83,6
Santana do Maranhão	Área de Proteção Ambiental Estadual Upaon-Açu – Miritiba – Alto Preguiças	4	0,4
Santo Amaro do Maranhão	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	688	42,9
	Área de Proteção Ambiental Estadual Upaon-Açu – Miritiba – Alto Preguiças	798	49,8
São João do Carú	Reserva Biológica do Gurupi	115	18,6
Satubinha	Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense	11	2,5
Serrano do Maranhão	Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense	1206	100
	Reserva Extrativista de Cururupu	97	8,1
	Área de Proteção Ambiental Das Reentrâncias Maranhense	925	76,7

Fonte: SEMA, 2013; IMESC, 2015.

Os municípios: Belágua, Cajari, Conceição do Lago Açu e Serrano do Maranhão possuem 100% do território em UC's de Uso Sustentável (APA e RESEX), permitindo assim ocupação e exploração dos recursos naturais de seus territórios. Já Santo Amaro e Primeira Cruz situam-se tanto em UC's de Uso Sustentável (APA) quanto de Proteção integral (Parque), o que restringe o uso de parte do território municipal somente para pesquisa científica e atividades educacionais. É importante frisar a existência de áreas com UC's de Uso Sustentável (APA e RESEX) que se sobrepõem no território dos municípios, como ocorre em Água Doce do Maranhão, Araióses e Serrano do Maranhão.

Nos 30 municípios-alvo do Plano Mais IDH existem, além das UC's, áreas consideradas Terras Indígenas – TI, classificadas como uma parcela de propriedade da União, com um tipo específico de posse, de natureza originária, coletiva e com níveis de proteção diferenciados (IMAZON, 2011). Essas áreas possuem características de Uso Sustentável para a população indígena e de Proteção Integral para os não Índios (**Tabela 22**). Municípios a exemplo de Jenipapo dos Vieiras, Centro Novo do Maranhão, Fernando Falcão e São João do Carú que além de possuírem enormes faixas de terras classificadas como TI's, também possuem áreas com UC's de Proteção Integral (REBIO e Parque), necessitam de planejamento e intervenções que considerem medidas de compensação direcionadas a garantir a preservação da natureza e o desenvolvimento econômico e social das comunidades.

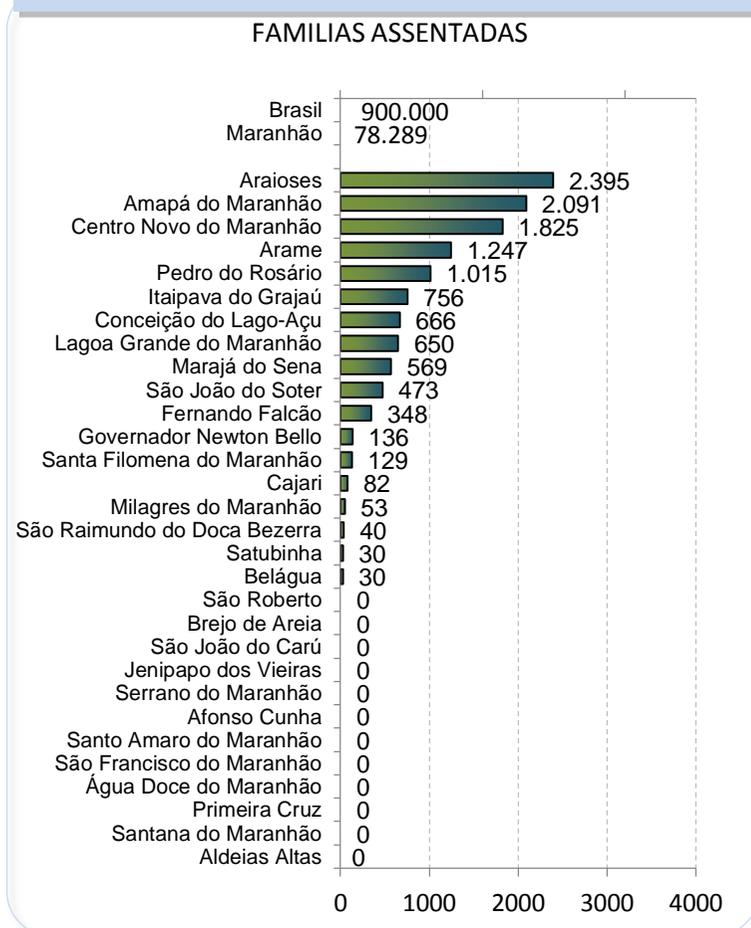
**Tabela 22** - Percentual da Área de Terras Indígenas, por município, ano 2013

Município	Terras Indígenas	Área do Município (km)	Área da Terra Indígena (km)	Percentual (%)
Arame	Timbiras	3.007	432	14,37
Centro Novo do Maranhão	Urubu Kabor e Guajajara	8.258	3.901	47,24
Fernando Falcão	Canela	5.083	3.593	70,69
Governador Newton Bello	Guajajara	1.160	4	0,34
Itaipava do Grajaú	Timbira e Guajajara	1.238	187	15,11
Jenipapo dos Vieiras	Guajajara	1.962	825	42,05
São João do Carú	Guajajara	616	169	27,44

Fonte: MACROZEE, 2014; IMESC, 2015.

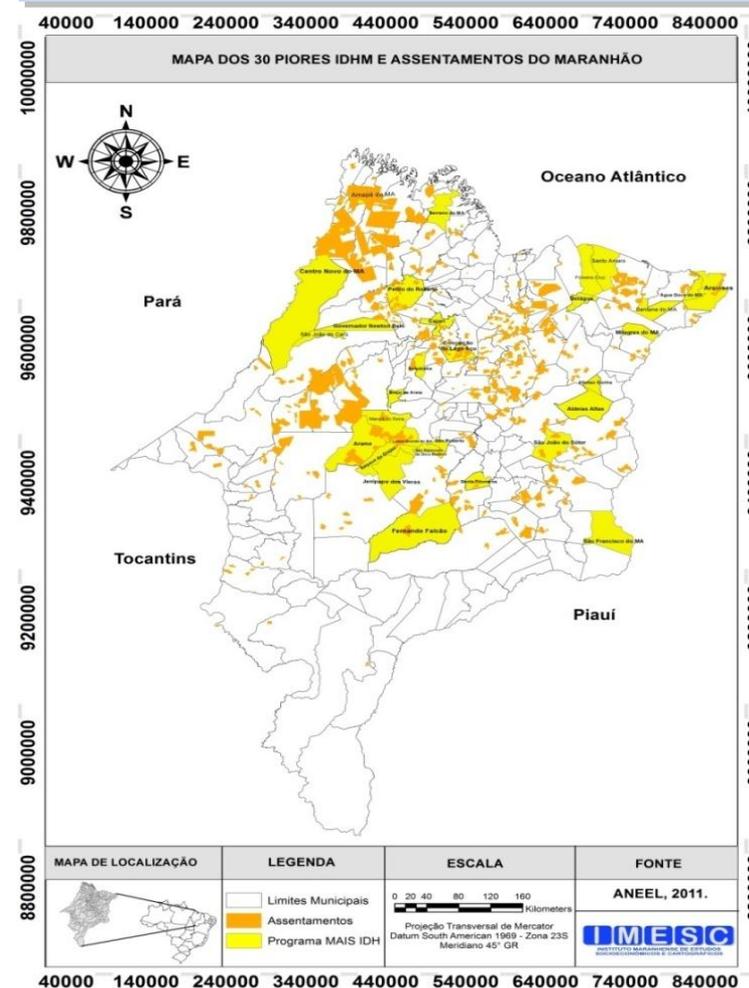
Os Assentamentos Rurais são definidos como o estabelecimento de áreas destinadas aos produtores agrícolas familiares, visando o reordenamento do uso da terra; ou a busca de novos padrões sociais na organização do processo de produção agrícola. Dentre eles estão projetos de reassentamento de populações atingidas por grandes projetos, planos estaduais de valorização das terras públicas e de regularização possessória, programas de reforma agrária e criação de reservas extrativistas, além de áreas quilombolas (BERGAMASCO; NORDER 1996). Segundo o INCRA (2012) o País possui mais de 900 mil famílias beneficiárias em 7.800 assentamentos rurais. No Maranhão são contabilizadas 78.289 famílias beneficiárias em 570 assentamentos rurais (**Gráfico 40; Mapa 13**), cujo território perfaz 25.100 km<sup>2</sup>, ou 7,6% do Estado. Nos municípios integrados ao Plano Mais IDH encontram-se em assentamentos rurais 12.535 famílias beneficiárias, distribuídas em 28 assentamentos em 10 municípios.

**Gráfico 40 -** Quantitativo de Famílias beneficiárias em Assentamentos (2011).



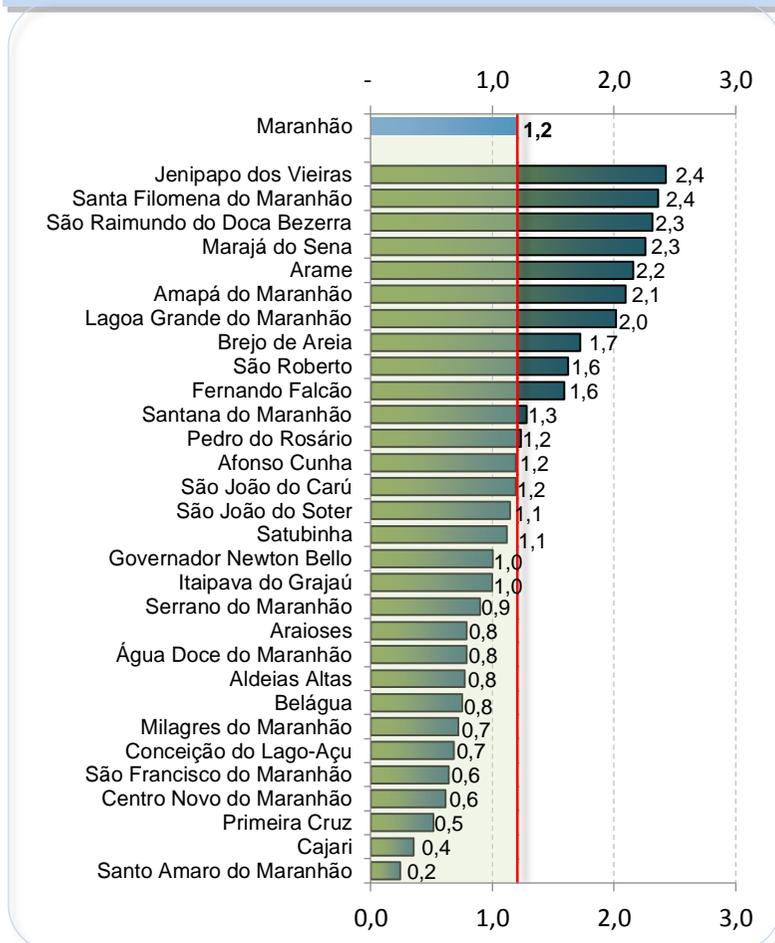
Fonte: INCRA; ANEEL,2011.

**Mapa 13 –** Assentamentos Rurais no Maranhão - 2011



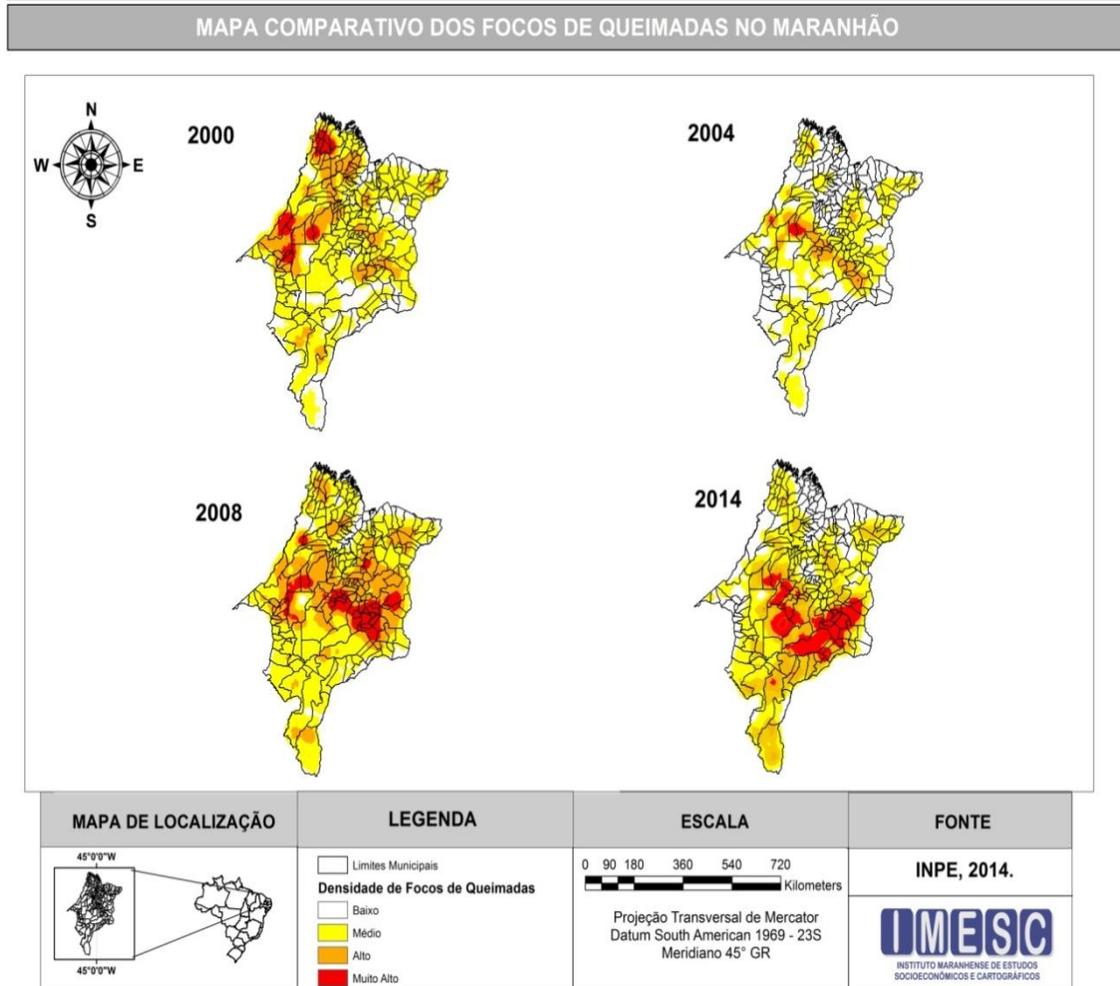
De acordo com o INPE, no Brasil são registradas aproximadamente 300 mil queimadas anualmente. Esse cenário colocou o Brasil no 5º lugar entre os países com maior incidência de queimadas, devastando, em média, 15 mil km<sup>2</sup>/ano de florestas. No Estado do Maranhão entre o período de 2000 a 2014, registrou-se 1.284.335 focos de queimadas, destes 48.131 foram detectados nos 30 municípios do Plano Mais IDH. Ressalta-se que grande parte dos focos de queimadas nos municípios analisados são resultados de limpeza de terrenos, preparo de plantios com práticas rudimentares, desmatamentos e caça ilegal, mostrando a necessidade de elaborar planos de assistência técnica que atendam às demandas do produtor rural e do monitoramento especializado permanente dos focos de queimadas no Estado **Gráfico 41; Mapa 14**).

**Gráfico 41** - Quantitativo de focos de queimadas por KM<sup>2</sup> no período de 2000 a 2014



Fonte: INPE, 2015.

**Mapa 14** - Quantitativo de focos de queimada nos períodos de 2000, 2004, 2008 e 2014.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Graças ao esforço conjunto de gestores e técnicos das Secretarias e Autarquias do Governo do Estado, componentes do Comitê Gestor do Plano de Ação Mais IDH, foi possível organizar o presente Diagnóstico Preliminar no prazo determinado pelo cronograma das atividades do Plano. Complementando e atualizando os dados arquivados no IMESC, a contribuição dos órgãos estaduais foi decisiva para construir um primeiro cenário geral das condições de Educação, Saúde e Renda nos 30 municípios selecionados. Ainda em uma versão preliminar, que deverá avançar com novas informações mais detalhadas e devidamente especializadas sobre os territórios, o Diagnóstico comprova o imenso passivo social que pesa sobre a região analisada e o cotidiano de parte da população maranhense, que ali vive e trabalha.

Ainda carente de aprofundamentos a partir da complementação de novos dados sugeridos pelos gestores, técnicos e parceiros e também daqueles coletados nas visitas aos municípios-alvo, o Diagnóstico Preliminar demonstra que, principalmente nos Eixos da Educação e Saúde, os baixos índices se devem, essencialmente, à baixa capacidade da gestão pública de atender aos mais necessitados. Tal situação tem reflexos nos indicadores de analfabetismo adulto, abandono escolar, taxas de mortalidade e de doenças endêmicas. Uma situação consolidada pela precarização das condições de trabalho e pela insuficiência dos recursos humanos – professores, médicos, enfermeiros – e inadequação da estrutura física – creches, escolas e postos de saúde. –. No comparativo com a média estadual, a dimensão do passivo nos municípios selecionados nestes campos alcança cifras desproporcionais, representando um imenso desafio ao Governo Estadual em repor, nos percentuais determinados por instituições nacionais e internacionais, a quantidade e qualidade dos quadros técnicos capazes de reverter – em médio e longo prazo – o grave quadro da educação e da saúde públicas nos municípios do Plano.

Ao incorporar as informações sistematizadas pelos componentes do Eixo Renda, esse quadro assume proporções ainda mais severas e urgentes, que se expressam nas difíceis condições de acesso daquelas populações a atividades capazes de gerar renda. Os dados comprovam que a quase totalidade das finanças municipais são mantidas através das transferências constitucionais e voluntárias, situação que resulta na hipertrofia do setor público, única alternativa viável perante a inanição das atividades agropecuárias de pequena escala. Sem qualquer produção fabril expressiva, arremata-se a reduzida, senão nula, capacidade de acumulação e, conseqüentemente, de reprodução ampliada de capital nas regiões analisadas. Sem trocas comerciais significativas com os municípios do entorno, tal situação, quando sobreposta aos dados referentes às condições de Educação e Saúde, demonstra não apenas o enclausuramento em que se encontram centenas de famílias, mas também as extremas dificuldades de rompimento, por parte das prefeituras, com o círculo vicioso e a instauração de um processo alternativo de desenvolvimento socioeconômico para os municípios analisados. Consideração que põe em discussão não apenas a expansão do Plano de Ação Mais IDH para outras dezenas de municípios em situação semelhante, mas a ampliação do raio de atuação

territorial do Plano, possibilitando pensar na inclusão regional desses espaços com baixa dinâmica produtiva.

O conhecimento da estrutura local de gestão do solo foi incluído na coleta e sistematização de dados, em função das características territoriais apresentadas por parte significativa dos 30 municípios do Plano de Ação Mais IDH. A existência de grandes áreas de reserva legal, a vigência de legislações especiais para exploração dos recursos naturais e a proteção de comunidades tradicionais – principalmente indígenas e quilombolas -, passaram a compor o quadro desenhado pelo Diagnóstico Preliminar, pois representam, no entendimento do IMESC/SEPLAN, algo indissociável de qualquer análise das condições de produção e de vida de uma população: o território sobre o qual se instala e se desenvolve a comunidade. A partir de tal inserção, o Diagnóstico identifica a existência de inúmeras comunidades seculares e a permanência de suas formas não capitalistas de produção em grandes regiões do nosso Estado, com alta concentração nos municípios selecionados. Considerar tal realidade implica incluir, na concepção de desenvolvimento a ser adotada pelo Plano, o respeito ao direito de tais comunidades à sobrevivência e à posse dos seus territórios ancestrais, outro desafio na implementação das ações a serem empreendidas pelo Governo do Estado.

Com o mesmo intuito e de forma igualmente atenta e respeitosa à cultura dos lugares, a inclusão, no Diagnóstico, de um item referente aos dados históricos dos municípios do Plano é um esforço do IMESC para enriquecer a compreensão das particularidades históricas que possuem. Sintomaticamente, tal como os dados coletados sobre as características socioambientais dos territórios, estrutura de gestão e diplomas legais, as informações apresentam inúmeras lacunas, que somente com a inclusão de novos parceiros e a participação efetiva de munícipes estudiosos das questões locais, poderão ser preenchidas. Compondo um quadro sociocultural das sedes e dos povoados, capaz de contribuir para a definição e implantação de planos de desenvolvimento, a coleta e sistematização de mais informações sobre a constituição das sociedades locais será uma tarefa decisiva para a construção do Diagnóstico Avançado.

## REFERÊNCIAS

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil 2013: metodologia. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/metodologia-idhm.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BERGAMASCO, Sonia M. P. P.; NORDER, Luís A. C. O que são os assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos). Resenha de: PINASSI, Maria Orlando. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.409-410. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Matriz de informação social**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Instrumentos de planejamento**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/planejamento-ambiental-urbano/instrumentos-de-planejamento>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório anual de informações – RAIS**. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

BURSZTYN; Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de políticas e gestão ambiental**: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Ed. GARAMOND, 2012.

CORDEIRO FILHO. **Guia do Maranhão**: Viana – Maranhão, a cidade dos lagos e dos verdes campos. 9. ed. São Luís: Mídia e Marketing, 2013.

DANIEL, Pablo. **História do município de Arame**. Disponível em: <<http://pablo0800.blogspot.com.br/2011/05/historia-do-municipio-de-aramema.html>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

DUARTE, Walther. **A nova versão da história de São Roberto-MA**. Disponível em: <<http://waltherduarte.blogspot.com.br/2011/08/nova-versao-da-historia-de-sao-roberto.html>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

ÍNDICE de desenvolvimento humano municipal brasileiro. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013). Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas.2013.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados agregados – SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959. v. 15.

\_\_\_\_\_. **IBGE-Cidades**: Afonso Cunha. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=210010&search=maranhao|afonso-cunha|infograficos:-historico>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **IBGE-Cidades**: Aldeias Altas. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=210030&search=aldeias-altas>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **IBGE-Cidades**: Belágua. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=210173&search=maranhao|belagua|infograficos:-historico>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **IBGE-Cidades**: Itaipava do Grajaú. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=210535&search=itaipava-do-grajau>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Enciclopédia dos municípios maranhenses**: microrregião geográfica da Baixada Maranhense. São Luís, 2013.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos municípios maranhenses**: microrregião geográfica do Litoral Ocidental. São Luís, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE CIDADANIA E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos rurais no Maranhão**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Cálculo das taxas de rendimento escolar**: censo da educação básica 2010. Nota técnica 004/2011. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/censo/2010/nota\\_tecnica\\_indicadores\\_rendimento\\_2010.pdf](http://download.inep.gov.br/download/censo/2010/nota_tecnica_indicadores_rendimento_2010.pdf). Acesso em: 2 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB.** Nota Técnica. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portaI\\_ideb/o\\_que\\_e\\_o\\_ideb/Nota\\_Tecnica\\_n1\\_concepcaoIDEB.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portaI_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do Ideb no Brasil, Estados, Municípios e Escolas.** Nota Técnica. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/Ideb/Nota\\_Tecnica\\_n2\\_metas\\_intermediarias\\_IDEB.pdf](http://download.inep.gov.br/download/Ideb/Nota_Tecnica_n2_metas_intermediarias_IDEB.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Portal do monitoramento de queimadas e incêndios.** Disponível em: <<http://www.inpe.br/queimadas>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PREFEITURA DE GOVERNADOR NEWTON BELLO. **História de governador Newton Bello.** Disponível em: <<http://governadornewtonbello.ma.gov.br/cidade/historia/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO SÓTER. **História de São João do Sóter.** Disponível em: <<http://www.prefeiturasaojoaodosoterma.com.br/historia/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

RAMOS, Elivaldo. **Água Doce do Maranhão.** Disponível em: <<http://elivaldoramos.blogspot.com.br/p/agua-doce-do-ma.html>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Santana do Maranhão.** Disponível em: <<http://elivaldoramos.blogspot.com.br/p/santana-do-maranhao.html>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

RODRIGUES, Rivaldo. **História de São João do Caru.** Disponível em: <<http://rivaldo-rodrigues.zip.net/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

SALDANHA, Marcus. **Milagres do Maranhão.** Disponível em: <<http://marcushistorico.blogspot.com.br/2009/02/milagres-do-maranhao.html>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

TROVÃO, José Ribamar. **Ensaio sobre os municípios do Litoral Oriental.** São Luís, 2002. Mimeografado.